

Suplemento Definitivo ao
Prospecto Definitivo de Programa de Distribuição Pública de Debêntures Não Conversíveis de Emissão de

R\$ 88.527.000,00

Classificação de Risco: Moody's: A3.br

Registro na CVM: nº CVM/SRE/DEB/2004/040, concedido em 28 de outubro de 2004

Primeira emissão, por Companhia Energética do Ceará - Coelce (**Emissora**), para distribuição pública, em série única, de 88.527 (oitenta e oito mil, quinhentos e vinte e sete) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) em 20 de fevereiro de 2004 (**Data de Emissão**), perfazendo o total de R\$ 88.527.000,00 (oitenta e oito milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais), com vencimento em 20 de fevereiro de 2012 (**Data de Vencimento**) (**Debêntures**). As Debêntures são nominativas escriturais, não conversíveis em ações e quirografárias, com vinculação de parcela dos recursos recebidos em pagamento de faturas decorrentes da prestação do serviço público de distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Ceará (**Serviços**), em valor mensal equivalente a 20% (vinte por cento) do saldo devedor das Debêntures.

Esta emissão é realizada ao amparo do programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, no montante máximo de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), arquivado na CVM em 08 de outubro de 2004 sob o nº CVM/SRE/PRO/2004/005 (**Programa de Distribuição**).

O Programa de Distribuição, a emissão e a distribuição pública das Debêntures são realizados com base nas deliberações (i) da reunião da diretoria da Emissora realizada em 16 de abril de 2004, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará em 17 de maio de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará em 25 de maio de 2004 e nos jornais "Valor Econômico" e "Diário do Nordeste" em 21 de maio de 2004; (ii) da reunião do conselho fiscal da Emissora realizada em 27 de abril de 2004; e (iii) da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 29 de abril de 2004, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará em 28 de maio de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará e nos jornais "Valor Econômico" e "Diário do Nordeste" em 07 de junho de 2004.

A Escritura de Emissão foi (i) inscrita na Junta Comercial do Estado do Ceará em 25 de outubro de 2004; e (ii) registrada (a) no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, em 18 de outubro de 2004; e (b) no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 07 de outubro de 2004. O Contrato de Vinculação foi registrado (i) no 1º Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, em 18 de outubro de 2004; e (ii) no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 07 de outubro de 2004.

Algumas cifras apresentadas neste Suplemento poderão não resultar em um somatório preciso em razão de arredondamentos.

Este suplemento (**Suplemento**) e o prospecto do Programa de Distribuição (**Prospecto**) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes hoje em vigor e contêm as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta, das Debêntures e da Emissora, suas atividades, sua situação econômico-financeira e os riscos inerentes à atividade da Emissora.

Este Suplemento e o Prospecto não devem, em qualquer circunstância, ser considerados recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir por adquirir as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures. Este Suplemento e o Prospecto foram preparados com base nas informações prestadas pela Emissora, não implicando, por parte do Coordenador Líder, em qualquer julgamento da situação e do desempenho da Emissora em suas atividades e/ou das Debêntures.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Emissora, bem como sobre as Debêntures a serem distribuídas.

Os investidores devem ler a seção "V. Fatores de Risco", nas páginas 23 a 29 do Prospecto e a seção "V. Fatores de Risco Relativos às Debêntures", nas páginas 31 a 35 deste Suplemento.



A presente oferta pública foi elaborada de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários registrado no 5º Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 497585, atendendo aos padrões mínimos de informação contido no mesmo, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora, das instituições participantes e dos títulos mobiliários objeto da oferta.

Coordenador Líder



Banco Votorantim

A data deste Suplemento é 28 de outubro de 2004

ÍNDICE

I.	Glossário e Abreviaturas.....	01
II.	Características da Operação.....	07
	2.1 Emissora.....	07
	2.2 Breve Descrição da Operação.....	07
	2.3 Coordenador Líder – Banco Votorantim.....	08
III.	Identificação de Administradores, Consultores e Auditores.....	09
	3.1 Administradores.....	09
	3.2 Consultores.....	09
	3.3 Auditores.....	10
	3.4 Informações Adicionais.....	10
	3.5 Artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03.....	10
	3.6 Estimativas e Projeções.....	10
IV.	Informações Relativas à Oferta.....	12
	4.1 Composição do Capital Social.....	12
	4.2 Características e Prazos.....	12
	4.3 Receitas Vinculadas.....	25
	4.4 Cronograma Tentativo das Etapas da Oferta.....	26
	4.5 Divulgação dos Anúncios Relacionados à Oferta.....	26
	4.6 Público Alvo.....	26
	4.7 Inadequação da Oferta a Certos Investidores.....	26
	4.8 Negociação das Debêntures.....	26
	4.9 Manifestação de Aceitação à Oferta.....	27
	4.10 Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta.....	27
	4.11 Suspensão ou Cancelamento da Oferta.....	27
	4.12 Modificação da Oferta.....	27
	4.13 Contrato de Coordenação.....	28
	4.14 Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez.....	29
	4.15 Relação da Emissora com o Coordenador Líder.....	29
	4.16 Destinação dos Recursos.....	29
V.	Fatores de Risco Relativos às Debêntures.....	31
	5.1 Espécie das Debêntures.....	31
	5.2 Vinculação de Receitas e Penhor.....	31
	5.3 Observância pela Emissora dos Índices e Limites Financeiros.....	34
	5.4 Vencimento Antecipado das Debêntures e/ou de Outras Dívidas Relevantes.....	34
	5.5 Contrato de Financiamento com o BEI – Eventual Redução de Recebíveis Livres da Emissora.....	34
	5.6 Limitação Sobre os Ativos da Emissora.....	35
	5.7 Eventual Rebaixamento da Classificação de Risco (<i>Rating</i>) das Debêntures.....	35
	5.8 Súmula 176 do STJ.....	35
	5.9 Baixa Liquidez do Mercado Secundário Brasileiro.....	35
	Anexos.....	37
	A. Escritura de Emissão.....	39
	B. Contrato de Vinculação.....	81
	C. Súmula da Classificação de Risco Atribuída às Debêntures.....	115
	D. Atos Societários Relativos à Emissão das Debêntures.....	119
	E. Autorização da ANEEL.....	137

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

I. GLOSSÁRIO E ABREVIATURAS

Os termos que não estiverem aqui definidos têm o significado a eles atribuído na seção "I. Glossário e Abreviaturas" do Prospecto.

Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 4200, Sala 514, Bloco 4, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.343.682/0001-38.
Amortização ou Amortizações	Cada uma das 8 (oito) parcelas iguais, anuais e sucessivas do Valor Nominal.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
Banco Centralizador	Para fins do Contrato de Vinculação, Banco do Brasil S.A., sociedade de economia mista federal, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, por sua Agência Empresarial, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Duque de Caxias 560, 2º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 00.000.000/4289-73.
Banco do Brasil	Banco do Brasil S.A.
Banco Votorantim	Banco Votorantim S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Júnior 999, 16º andar, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 59.588.111/0001-03.
Bancos Arrecadadores	Para fins do Contrato de Vinculação, Banco do Brasil.
BEC	Banco do Estado do Ceará S.A.
BEI	European Investment Bank.
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo.
Bovespa Fix	Sistema Bovespa Fix, administrado pela Bovespa.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CERJ	CERJ – Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação.
Conta Centralizadora	Conta corrente de titularidade da Emissora n.º 5893-9, aberta e mantida pela Emissora exclusivamente para o fim da emissão das Debêntures na agência n.º 1604-7 do Banco Centralizador.
Conta Movimento	Conta corrente de titularidade da Emissora n.º 730100-6, mantida pela Emissora na agência n.º 084 do BEC.
Contrato de Coordenação	"Contrato de Coordenação e de Garantia Firme de Colocação e Distribuição de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Primeira Emissão de Companhia Energética do Ceará – Coelce", celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder, e seus eventuais aditamentos.

Contrato de Vinculação

"Instrumento Particular de Vinculação de Receitas e de Constituição de Penhor de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Centralizador, e seus eventuais aditamentos.

Coordenador Líder

Banco Votorantim.

Créditos Empenhados

Os créditos depositados junto ao Banco Centralizador, decorrentes (i) dos recursos recebidos por conta da Emissora em pagamento das Receitas Vinculadas; e (ii) dos recursos a que se referem os parágrafos 2º e 3º da Cláusula 4ª do Contrato de Vinculação, em ambos os casos mantidos em depósito na Conta Centralizadora, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, ressalvada, no caso de trânsito ou compensação bancária, a liberação para a Conta Movimento nos termos do parágrafo 2º da Cláusula 5ª do Contrato de Vinculação.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Apuração

O último dia útil de cada mês.

Data de Emissão

20 de fevereiro de 2004.

Data de Integralização

Data de integralização das Debêntures, no ato da subscrição.

Data de Vencimento

20 de fevereiro de 2012.

Debêntures

88.527 debêntures não conversíveis em ações e quirografárias, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 na Data de Emissão, perfazendo o total de R\$88.527.000,00, objeto da Escritura de Emissão e realizada ao amparo do Programa de Distribuição.

Debêntures Objeto da Garantia Firme

Observado o disposto no Contrato de Coordenação, a totalidade das Debêntures.

Despesas Financeiras Líquidas
Desembolsadas

Cálculo considerando os últimos 12 meses (incluindo o mês da base de cálculo): Despesas Financeiras (Encargos de Dívidas (DRE)) decorrentes de Dívidas Bancárias, efetivamente desembolsadas, excluindo operações relativas a Ativo Regulatório e Variações Monetárias (DRE), e deduzidas as Receitas Financeiras (rendas de aplicações financeiras, acréscimos moratórios sobre contas de energia) do mesmo período.

Dívida Bancária Líquida

Cálculo considerando os últimos 12 meses (incluindo o mês da base de cálculo): Saldo de Dívidas Bancárias (excluindo operações relativas a Ativo Regulatório e Eletrobras), deduzido o saldo de Disponibilidades e Depósitos Vinculados (aplicações financeiras e contas reservas vinculadas a operações de crédito).

EBITDA

Cálculo considerando os últimos 12 meses (incluindo o mês da base de cálculo): Resultado do Serviço (DRE) (+) Depreciação (+) Amortização (incluindo efeito do ágio pela aquisição da Emissora) (+) Provisões Operacionais (fiscais, trabalhistas, cíveis e crédito de liquidação duvidosa).

Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.
Emissora	Companhia Energética do Ceará – Coelce, companhia aberta, com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Barão de Studart 2917, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 07.047.251/0001-70.
Encargos Moratórios	Juros de mora de 1% ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
Endesa España	Endesa S.A.
Endesa Internacional	Endesa Internacional S.A.
Escritura de Emissão	"Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Primeira Emissão de Companhia Energética do Ceará – Coelce", celebrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário, e seus eventuais aditamentos.
Faelce	Fundação Coelce de Seguridade Social – Faelce.
Instituição Depositária	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003.
Investluz	Investluz S.A.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
LAIF II LLC	Latin America Infrastructure Fund LLC.
Lei n.º 6.404/76	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Limite Mínimo	Valor mensal equivalente a 20% do Saldo Devedor das Debêntures.
Novo Limite Mínimo	Valor mensal equivalente a 20% do saldo devedor das Obrigações apurado na data do inadimplemento (incluindo o Saldo Devedor das Debêntures naquela data), sem prejuízo da aplicação da Remuneração até a data da liquidação total das Obrigações.
Obrigações	Todas as obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão e no Contrato de Vinculação, incluindo obrigações de pagar principal, juros, comissões, custos, Encargos Moratórios, indenizações, reembolsos e despesas, devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, das Debêntures e do Contrato de Vinculação, bem como do ressarcimento de toda e qualquer importância que os debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar em virtude da constituição, manutenção, utilização e/ou excussão da Vinculação e/ou do Penhor.
Patrimônio Líquido	Saldo do Patrimônio Líquido do mês da base de cálculo.
Penhor	Penhor sobre os Créditos Empenhados, nos termos do Contrato de Vinculação.

Período de Capitalização

O intervalo de tempo entre duas datas de pagamento da Remuneração, sendo que o primeiro Período de Capitalização tem início na Data de Emissão e término na data do primeiro pagamento da Remuneração. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data de pagamento da Remuneração do Período de Capitalização anterior e término na data de pagamento da Remuneração subsequente, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos na Escritura de Emissão.

Período de Cura

Prazo de cinco dias úteis contados da data de recebimento da comunicação do Agente Fiduciário previsto no Contrato de Vinculação.

Petros

Fundação Petrobrás de Seguridade Social.

Prazo Adicional

Prazo de até 15 dias contados da data em que tais recursos tenham sido depositados, conforme previsto no Contrato de Vinculação.

Prazo da Garantia Firme

Prazo de um dia útil para promover a colocação das Debêntures Objeto da Garantia Firme, contado a partir da data da publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures. O Prazo da Garantia Firme poderá ser estendido por até sete dias úteis em virtude da ocorrência de eventos alheios à vontade do Coordenador Líder, tais como, exemplificativamente, a não disponibilidade dos serviços de liquidação da CETIP, que comprovadamente dificultem ou impeçam a colocação das Debêntures no Prazo da Garantia Firme.

Preço de Subscrição

Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

Programa de Distribuição

Programa de distribuição pública de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, no montante máximo de R\$150.000.000,00, de emissão da Emissora, arquivado na CVM em 8 de outubro de 2004 sob o n.º CVM/SRE/PRO/2004/005, sendo que os termos e condições de cada uma das emissões ao amparo do Programa de Distribuição serão deliberadas pela Emissora por ocasião das respectivas emissões e constarão de Suplemento.

Prospecto

O prospecto do Programa de Distribuição.

Receitas Vinculadas

Parte da Arrecadação da Emissora em valor correspondente ao Limite Mínimo ou, em caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das Obrigações e observado o disposto no parágrafo 5º da Cláusula 6ª do Contrato de Vinculação, ao Novo Limite Mínimo, incluindo (i) o produto do pagamento dos clientes da Emissora decorrente da prestação dos Serviços; (ii) o produto do pagamento dos clientes da

Emissora decorrente de multas e penalidades aplicadas pela Emissora com relação à prestação dos Serviços; (iii) o produto do pagamento decorrente de indenizações devidas pelos clientes da Emissora por força dos contratos de prestação dos Serviços; e (iv) quaisquer outros direitos creditórios devidos pelos clientes da Emissora oriundos, decorrentes ou relacionados à prestação dos Serviços de que a Emissora seja ou venha a se tornar titular e que aqui não estejam descritos, ou outras convenções e acordos realizados pela Emissora a respeito do fornecimento de energia elétrica aos seus clientes.

Remuneração	Juros remuneratórios correspondentes a 116% da Taxa DI, calculada de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.
Safra Luxembourg	Banque Safra Luxembourg S.A.
Saldo Devedor das Debêntures	O saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até cada Data de Apuração, e dos Encargos Moratórios (se houver), multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas e não resgatadas ou canceladas.
SDT	Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.
Serviço da Dívida	Cálculo considerando os últimos 12 meses (incluindo o mês da base de cálculo): Despesas Financeiras (Encargos de Dívidas (DRE)) decorrentes de Dívidas Bancárias, efetivamente desembolsadas, excluindo operações relativas a Ativo Regulatório e Variações Monetárias (DRE), e deduzidas as Receitas Financeiras (rendas de aplicações financeiras, acréscimos moratórios sobre contas de energia) do mesmo período (+) amortizações efetivamente realizadas com Dívidas Bancárias (excluindo amortizações relativas a Ativo Regulatório, pagamentos de dívidas realizados com saldo de caixa e depósito vinculado na posição de novembro de 2003 e rolagens de dívidas que não impliquem em acréscimo líquido do saldo de dívidas) (-) saldo de Disponibilidades e Depósitos Vinculados (aplicações financeiras e contas reservas vinculadas a operações de crédito).
Serviços	Serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Ceará e demais serviços que venham a ser contratados ou realizados pela Emissora.
SND	Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

Suplemento	Este suplemento, relativo a esta emissão de Debêntures, ao amparo do Programa de Distribuição.
Taxa de Conversão	Cotação divulgada pelo Banco Central do Brasil, via SISBACEN, no Boletim de Taxas de Câmbio e de Mercado, código PTAX800, opção 5/venda, moeda 220, verificada para a liquidação financeira de obrigações vencíveis em determinada data e devidamente divulgada pelo Banco Central do Brasil no dia útil imediatamente anterior à data do evento.
Taxa DI	Taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na <i>Internet</i> (http://www.cetip.com.br).
Taxa Selic	Taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
Valor Nominal	Valor nominal das Debêntures, de R\$1.000,00.
Vinculação	A vinculação das Receitas Vinculadas, nos termos do Contrato de Vinculação.
Wisteria	Wisteria Holdings LLC.

II. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO

2.1 Emissora

A Emissora (www.coelce.com.br) é uma sociedade anônima de capital aberto regulamentada pela Lei n.º 6.404/76, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, responsável pela distribuição de energia elétrica no Estado do Ceará, abrangendo um território de 146.817km² e 184 municípios e com suas atividades fiscalizadas e regulamentadas pela ANEEL e pela ARCE.

A Emissora foi criada pela Lei Estadual n.º 9.477/71, por escritura pública lavrada em 30 de agosto de 1971, arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará em 2 de setembro de 1971, autorizada para a prestação do serviço público de distribuição de energia pelo Decreto n.º 69.469/71. Conforme disposto no artigo 4º do estatuto social da Emissora, a Emissora tem prazo de duração indeterminado.

Como concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Ceará, a Emissora tem por atividade principal a entrega da energia adquirida dos geradores aos consumidores finais. A Emissora também atua na prestação de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica e no transporte de energia elétrica em média e alta tensão (transmissão). A atividade de fornecimento de energia elétrica é responsável por 99,18% da receita líquida da Emissora.

Por meio do PND, instituído pela Lei n.º 8.031/90, a Emissora teve seu controle passado à iniciativa privada em 2 de abril de 1998, por meio de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, passando a ser administrada pelo consórcio Distriluz, formado pela Enersis, Chiletra e CERJ, o qual arrematou a Emissora por US\$868.000 mil. Após a privatização, o Contrato de Concessão foi assinado em maio de 1998, outorgando à Emissora 30 anos de direitos exclusivos sobre a distribuição de energia elétrica no Estado do Ceará.

2.2 Breve Descrição da Operação

Primeira emissão, pela Emissora, para distribuição pública, em série única, de 88.527 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 em 20 de fevereiro de 2004 (Data de Emissão), perfazendo o total de R\$88.527.000,00, com vencimento em 20 de fevereiro de 2012 (Data de Vencimento) (Debêntures). As Debêntures são nominativas escriturais, não conversíveis em ações e quirografárias, com vinculação de parcela dos recursos recebidos em pagamento de faturas decorrentes da prestação do serviço público de distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Ceará (Serviços), em valor mensal equivalente a 20% do saldo devedor das Debêntures.

Esta emissão é realizada ao amparo do programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, no montante máximo de R\$150.000.000,00, arquivado na CVM em 8 de outubro de 2004 sob o n.º CVM/SRE/PRO/2004/005 (Programa de Distribuição).

As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, com colocação mediante regime de garantia firme, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, independentemente de qualquer ordem cronológica, o Coordenador Líder e/ou os clientes do Coordenador Líder que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures.

Ressalvadas as Debêntures subscritas e integralizadas pelo Coordenador Líder a título de investimento, o Coordenador Líder efetuará a colocação das Debêntures junto a investidores pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados assim considerados pelas regras vigentes no país.

A emissão será registrada para distribuição no mercado primário por meio do SDT, administrado pela ANDIMA sendo a subscrição liquidada pela CETIP.

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio (i) do SND, administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) do Bovespa Fix, administrado pela Bovespa, sendo aos negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC.

Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures serão subscritas no Prazo da Garantia Firme.

A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

2.3 Coordenador Líder – Banco Votorantim

O Banco Votorantim iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim D.T.V.M. Ltda. O sucesso inicial da Votorantim D.T.V.M. Ltda., que chegou a ser a segunda maior distribuidora de valores do País em 1990, motivou sua transformação em banco múltiplo, autorizada pelo Banco Central do Brasil em 7 de agosto de 1991, após sua transformação em sociedade anônima em 25 de fevereiro de 1991.

Além dos serviços de banco comercial e de investimento, prestados diretamente a grandes clientes de elevado conceito e posição relevante em sua área de atuação, o Banco Votorantim atua em operações de varejo (financiamento e crédito ao consumidor) por intermédio de suas subsidiárias BV Financeira e BV Leasing Ltda., na gestão de fundos de investimento, com a Votorantim Asset Management, e como corretora de valores mobiliários, com a Votorantim C.T.V.M. O Banco Votorantim tem sua sede na Cidade de São Paulo e filiais nas Cidades do Rio de Janeiro e de Porto Alegre.

Nos últimos quatro anos, o Banco Votorantim participou da estruturação de 20 operações no mercado de capitais local totalizando um volume de emissões de R\$10,5 bilhões. No *ranking* ANBID de originação de operações no mercado doméstico, o Banco Votorantim encerrou o ano de 2003 em décimo lugar, com uma participação de mercado de 3,55%.

III. IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

3.1 Administradores

Companhia Energética do Ceará – Coelce

Av. Barão de Studart 2917

60127-900 Fortaleza, CE

At.: Antônio Osvaldo Alves Teixeira

Telefone: (85) 216 1350

Fac-símile: (85) 216 1401

Correio Eletrônico: antonioteixeira@coelce.com.br

Para maiores informações sobre os administradores da Emissora *vide* "XIII. Administração e Conselho Fiscal – 13.1 Administração" no Prospecto.

3.2 Consultores

3.2.1 Coordenador Líder

Banco Votorantim S.A.

Av. Roque Petroni Júnior 999, 16º andar

04707-910 São Paulo, SP

At.: Emilio Otranto Neto

Telefone: (11) 5185 1651

Fac-símile: (11) 5185 1921

Correio Eletrônico: emilio.otranto@bancovotorantim.com.br

3.2.2 Agente Fiduciário

Pentágono S.A. D.T.V.M.

Av. das Américas 4200, Sala 514, Bloco 4

22640-102 Rio de Janeiro, RJ

At.: Mauricio da Costa Ribeiro

Telefone: (21) 3385 4565

Fac-símile: (21) 3385 4046

Correio Eletrônico: pentagono@pentagonotrustee.com.br

3.2.3 Instituição Depositária

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar

06029-900 Osasco, SP

At.: Departamento de Ações e Custódia

Telefone: (11) 3684 4522

Fac-símile: (11) 3684 5645

3.2.4 Consultores Legais do Coordenador Líder

Pinheiro Guimarães – Advogados

Av. Paulista 1842, Torre Norte, 13º andar

01310-200 São Paulo, SP

Telefone: (11) 3283 5811

Fac-símile: (11) 251 0627

3.2.5 Consultores Legais da Emissora

Companhia Energética do Ceará – Coelce

Gerência Jurídica

Av. Barão de Studart 2917

60127-900 Fortaleza, CE

Telefone: (85) 216 1123

Fac-símile: (85) 216 1423

3.3 Auditores

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Av. Presidente Wilson 231
20030-021 Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 3981 0500
Fac-símile: (21) 3981 0600

3.4 Informações Adicionais

Além da Emissora e do Coordenador Líder, quaisquer outras informações complementares sobre a Emissora e a distribuição das Debêntures poderão ser obtidas na CVM (www.cvm.gov.br), nos endereços abaixo:

Comissão de Valores Mobiliários
Centro de Consulta
Rua Sete de Setembro 111, 5º andar
Rio de Janeiro, RJ

Comissão de Valores Mobiliários
Rua Formosa 367, 20º andar
São Paulo, SP

3.5 Artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03

A Emissora e o Coordenador Líder declaram que este Suplemento (i) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à atividade da Emissora e quaisquer outras informações relevantes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

3.6 Estimativas e Projeções

Este Suplemento contém declarações prospectivas. As declarações que apresentem natureza hipotética, que dependam de acontecimentos ou condições futuras ou que a eles se refiram ou que incluam palavras como "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "acredita", "estima" e expressões similares são declarações prospectivas. Embora a Emissora acredite que essas declarações prospectivas baseiem-se em pressupostos razoáveis, essas declarações estão sujeitas a vários riscos e incertezas, e são feitas levando em conta as informações às quais atualmente a Emissora tem acesso.

Ademais, determinadas informações referentes ao Brasil e ao setor de energia incluídas neste Suplemento foram compiladas de dados disponíveis ao público em geral, e a Emissora e o Coordenador Líder não assumem qualquer responsabilidade pela veracidade ou precisão das mesmas.

As declarações prospectivas poderão ser influenciadas por certos fatores, incluindo os seguintes:

- a conjuntura geral econômica, política e comercial nos mercados de atuação da Emissora, tanto no Brasil como no exterior, inclusive níveis de demanda e de preços;
- flutuações da taxa de juros, inflação e variações na taxa de câmbio do real em relação ao dólar dos Estados Unidos da América;
- a natureza cíclica do setor elétrico brasileiro;
- o nível de endividamento e correspondentes exigências de serviço da dívida da Emissora;
- a capacidade da Emissora de obter financiamentos em termos satisfatórios;
- concorrência;
- medidas adotadas pelos principais acionistas da Emissora;
- desfecho de processos de grande monta relativos a tributação, questões trabalhistas e outras questões legais; e
- outros fatores identificados ou discutidos na seção "V. Fatores de Risco" do Prospecto ou na seção "V. Fatores de Risco Relativos às Debêntures" deste Suplemento.

As declarações prospectivas da Emissora não constituem garantia de desempenho futuro, podendo os resultados ou acontecimentos efetivos diferir de forma relevante das expectativas expressas nas declarações prospectivas. Quanto às declarações prospectivas relacionadas a resultados financeiros futuros e outras projeções, os resultados efetivos serão diferentes em razão da incerteza inerente às estimativas, previsões e projeções. Em vista dessas incertezas, as declarações prospectivas não devem ser utilizadas como um parâmetro objetivo.

Potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações sobre tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Suplemento, bem como sobre as metodologias e assunções em que se baseiam as discussões sobre tendências e previsões.

A Emissora e o Coordenador Líder não assumem qualquer obrigação de atualizar publicamente qualquer declaração prospectiva, seja em função de novas informações, de acontecimentos futuros, seja por qualquer outro motivo.

Algumas cifras apresentadas neste Suplemento poderão não resultar em um somatório preciso em razão de arredondamentos.

IV. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

4.1 Composição do Capital Social

Em 30 de junho de 2004, o capital social da Emissora era de R\$433.057.722,64, representado por 155.710.600.088 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 96.135.874.703 ações ordinárias e 59.574.725.385 ações preferenciais, sendo 56.236.537.604 ações preferenciais classe A e 3.338.187.781 ações preferenciais classe B.

Em 30 de junho de 2004, a Emissora possuía um total de 4.446 acionistas, com a seguinte composição:

Nome	Ordinárias	%	Pref. A	%	Pref. B	%	Total	%
Investluz	88.122.867.207	91,66	-	0,00	-	0,00	88.122.867.207	56,6
Eletrobras	-	0,00	7.935.512.353	14,11	3.062.282.387	91,75	10.997.794.740	7,1
Laif II LLC	-	0,00	9.711.200.000	17,27	-	0,00	9.711.200.000	6,2
Itaú BBA	20.700.000	0,02	8.162.549.999	14,51	800.000	0,02	8.184.049.999	5,3
Petros	-	0,00	5.945.735.287	10,57	-	0,00	5.945.735.287	3,8
Wisteria	451.300.981	0,47	4.457.981.605	7,93	75.673.339	2,27	4.984.955.925	3,2
Endesa	-	0,00	3.540.000.000	6,29	-	0,00	3.540.000.000	2,3
Internacional								
Safra	3.149.253.000	3,28	-	0,00	-	0,00	3.149.253.000	2,0
Luxembourg								
Faelce	1.838.807.471	1,91	51.310.316	0,09	-	0,00	1.890.117.787	1,2
Outros	2.552.946.044	2,66	16.432.913.819	29,22	198.766.280	5,96	19.184.626.143	12,3
Total	96.135.874.703	100,00	56.237.203.379	100,00	3.337.552.006	100,00	155.710.600.088	100

4.2 Características e Prazos

Para maiores informações, *vide* "Anexo A – Escritura de Emissão" e "Anexo B – Contrato de Vinculação".

- 4.2.1 *Número da emissão.* A Escritura de Emissão representa a primeira emissão de debêntures da Emissora.
- 4.2.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$88.527.000,00 (oitenta e oito milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais) na Data de Emissão.
- 4.2.3 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão (Valor Nominal).
- 4.2.4 *Quantidade.* Serão emitidas 88.527 (oitenta e oito mil, quinhentas e vinte e sete) Debêntures.
- 4.2.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 4.2.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.
- 4.2.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 4.2.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografia, com obrigação adicional de Vinculação e Penhor nos termos do item 4.2.8.2 abaixo.

- 4.2.8.1 *Limite de emissão.* O limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76 está cumprido, tendo em vista que o capital social da Emissora nesta data é de R\$433.057.722,64 (quatrocentos e trinta e três milhões, cinqüenta e sete mil, setecentos e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos).
- 4.2.8.2 *Vinculação de receitas.* Em garantia do fiel e integral cumprimento de todas as obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão e no Contrato de Vinculação, incluindo obrigações de pagar principal, juros, comissões, custos, Encargos Moratórios, indenizações, reembolsos e despesas, devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, das Debêntures e do Contrato de Vinculação, bem como do ressarcimento de toda e qualquer importância que os debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar em virtude da constituição, manutenção, utilização e/ou excussão da Vinculação e/ou do Penhor (Obrigações), a Emissora, pelo Contrato de Vinculação e na melhor forma de direito, vincula, em favor dos debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, por meio da transferência, no tempo e modo previstos no Contrato de Vinculação, de fundos imediatamente transferíveis e disponíveis para a Conta Centralizadora, parte dos pagamentos decorrentes da cobrança dos serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Ceará (estes serviços, em conjunto com aqueles que venham a ser contratados ou realizados pela Emissora, doravante denominados Serviços) a seus consumidores por meio de nota fiscal/conta de energia elétrica junto à rede bancária credenciada pela Emissora em valor correspondente (Vinculação):
- I. ao valor mensal equivalente a 20% (vinte por cento) do saldo devedor das Debêntures, assim entendido o saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até cada Data de Apuração, e dos Encargos Moratórios (se houver), multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas e não resgatadas ou canceladas (Saldo Devedor das Debêntures) (Limite Mínimo); ou
 - II. em caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das Obrigações e observado o disposto no item 4.2.8.2.6.5 abaixo (parágrafo 5º da Cláusula 6ª do Contrato de Vinculação), ao valor mensal equivalente a 20% (vinte por cento) do saldo devedor das Obrigações apurado na data do inadimplemento (incluindo o Saldo Devedor das Debêntures naquela data), sem prejuízo da aplicação da Remuneração até a data da liquidação total das Obrigações (Novo Limite Mínimo) (o *caput* e os incisos I e II em conjunto, Receitas Vinculadas).
- 4.2.8.2.1 As Receitas Vinculadas incluem (i) o produto do pagamento dos clientes da Emissora decorrente da prestação dos Serviços; (ii) o produto do pagamento dos clientes da Emissora decorrente de multas e penalidades aplicadas pela Emissora com relação à prestação dos Serviços; (iii) o produto do pagamento decorrente de indenizações devidas por força dos contratos de prestação dos Serviços; e (iv) quaisquer outros direitos creditórios devidos pelos clientes da Emissora oriundos, decorrentes ou relacionados à prestação dos Serviços de que a Emissora seja ou venha a se tornar titular e que aqui não estejam descritos, ou outras convenções e acordos realizados pela Emissora a respeito do fornecimento de energia elétrica aos seus clientes.
- 4.2.8.2.2 Sem prejuízo do disposto no item 4.2.8.2 acima, a Emissora, pelo Contrato de Vinculação e na melhor forma de direito, constitui, em favor dos debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, de forma indivisível e no mesmo grau de preferência, nos termos do artigo 1.451 e seguintes do Código Civil, penhor sobre os créditos depositados junto ao Banco Centralizador decorrentes (i) dos recursos recebidos por conta da Emissora em pagamento das Receitas Vinculadas; e (ii) dos recursos a que se referem os parágrafos 2º e 3º da Cláusula 4ª do Contrato de Vinculação, em ambos os casos mantidos em depósito na conta corrente de titularidade da Emissora n.º 5893-9, aberta e mantida pela Emissora exclusivamente para esse fim na agência n.º 1604-7 do Banco Centralizador (Conta Centralizadora), independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, ressalvada, no caso de trânsito ou compensação bancária, a liberação para a Conta Movimento nos termos do parágrafo 2º da Cláusula 5ª do Contrato de Vinculação (Créditos Empenhados) (Penhor).

4.2.8.2.3 Como parte do processo da Vinculação e do Penhor:

- I. a Emissora obrigou-se a manter junto aos Bancos Arrecadadores um volume de Arrecadação equivalente a, no mínimo, o Limite Mínimo ou, conforme o caso, o Novo Limite Mínimo;
- II. a Emissora, por si ou por meio dos Bancos Arrecadadores, permanece, por um prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data do depósito da respectiva Receita Vinculada na Conta Centralizadora, na posse e guarda dos documentos representativos das Receitas Vinculadas e assume, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, e sem direito a qualquer remuneração, o encargo de fiel depositária destes documentos, obrigando-se a bem custodiá-los, guardá-los e conservá-los, e a exhibi-los ou entregá-los, ou fazer com que os Bancos Arrecadadores custodiem, guardem, conservem, exibam ou entreguem, conforme o caso, ao Agente Fiduciário ou ao juízo competente, quando solicitados, dentro do prazo que lhes for determinado pelo Agente Fiduciário ou pelo juízo, sendo certo que o prazo mencionado neste inciso com relação à posse e guarda dos documentos representativos das Receitas Vinculadas será por tempo indeterminado na ocorrência de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das Obrigações;
- III. a Emissora deverá, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de assinatura do Contrato de Vinculação, entregar ao Agente Fiduciário original ou cópia autenticada da notificação preparada substancialmente nos termos do Anexo II ao Contrato de Vinculação, devidamente assinada pelos Bancos Arrecadadores, (a) informando-os da Vinculação; e (b) instruindo-os a depositar e transferir a Arrecadação por eles recebida para a Conta Centralizadora;
- IV. no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da respectiva assinatura, (a) o Contrato de Vinculação deverá ser registrado nos competentes cartórios de registros de títulos e documentos da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, e da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e (b) uma via original de tais documentos e o comprovante de tais registros deverão ser enviados ao Agente Fiduciário;
- V. as Receitas Vinculadas e os Créditos Empenhados ficarão indisponíveis à Emissora e à disposição do Agente Fiduciário exclusivamente nos termos do Contrato de Vinculação; e
- VI. nos termos e para os fins dos artigos 1.454 e 1.455 do Código Civil, e sem prejuízo de quaisquer das demais disposições previstas no Contrato de Vinculação, a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 do Código Civil, (a) nomeou e constituiu o Agente Fiduciário seu procurador com poderes irrevogáveis e irretratáveis para, nos termos e nas hipóteses do item 4.2.8.2.6 abaixo, por si ou por seus representantes, proceder à cobrança direta dos Créditos Empenhados junto ao Banco Centralizador no montante necessário para a liquidação das Obrigações; e (b) outorga poderes ao Banco Centralizador para, independentemente de consulta prévia à Emissora, acatar todas as ordens e instruções do Agente Fiduciário emitidas em conformidade com os termos do Contrato de Vinculação, inclusive, se assim determinado pelo Agente Fiduciário, para bloquear a Conta Centralizadora e permitir o saque e a utilização dos recursos da Conta Centralizadora no montante necessário para a liquidação das Obrigações nos termos do item 4.2.8.2.6 abaixo.

4.2.8.2.4 Até o último dia útil (inclusive) de cada mês (sendo o último dia útil de cada mês considerado uma Data de Apuração), o valor dos recursos recebidos em pagamento das Receitas Vinculadas que tenham sido depositados na Conta Centralizadora durante o respectivo mês, ainda que liberado nos termos do item 4.2.8.5.2 abaixo, deverá ser equivalente a, no mínimo, o Limite Mínimo.

4.2.8.2.4.1 A Emissora obrigou-se, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, do Agente Fiduciário neste sentido, a fazer com que, até cada Data de Apuração, o valor dos recursos recebidos em pagamento das Receitas Vinculadas depositados mensalmente na Conta Centralizadora seja equivalente a, no mínimo, o Limite Mínimo.

4.2.8.2.4.2 A fim de assegurar a manutenção do Limite Mínimo:

- I. o Agente Fiduciário, caso verifique o não atendimento do Limite Mínimo até o 5º (quinto) dia útil anterior a cada Data de Apuração, relativamente à estimativa do Saldo Devedor das Debêntures realizada pelo Agente Fiduciário utilizando como parâmetro a última Taxa DI disponível, enviará notificação neste sentido à Emissora; e
- II. a Emissora deverá, sempre que necessário:
 - (a) incluir novos bancos arrecadadores com volume de Arrecadação suficiente para que o saldo de recursos transitados pela Conta Centralizadora até cada Data de Apuração seja equivalente ao Limite Mínimo, sendo certo que (i) o volume de Arrecadação de tais novos bancos arrecadadores deverá ser comprovado por meio da apresentação do histórico de Arrecadação recebida por tais novos bancos arrecadadores nos últimos 12 (doze) meses; (ii) o Contrato de Vinculação deverá ser aditado para incluir tais novos bancos arrecadadores; (iii) os procedimentos previstos no item 4.2.8.2.3 acima deverão ser observados; e (iv) o procedimento previsto nesta alínea será obrigatório caso a Emissora tenha depositado recursos próprios na Conta Centralizadora nos termos da alínea (b) abaixo durante 3 (três) meses consecutivos; ou
 - (b) sem prejuízo do disposto no item 4.2.8.5.2 abaixo, transferir recursos próprios para a Conta Centralizadora de forma que o saldo de recursos transitados pela Conta Centralizadora até a Data de Apuração seja equivalente ao Limite Mínimo, sendo certo que referidos recursos serão considerados Créditos Empenhados.

4.2.8.2.4.3 Caso o Agente Fiduciário verifique o não atendimento ao Limite Mínimo no 1º (primeiro) dia útil contado da respectiva Data de Apuração, o Agente Fiduciário deverá, na mesma data, enviar notificação fundamentada ao Banco Centralizador e à Emissora, informando sobre o não atendimento ao Limite Mínimo e solicitando à Emissora que inclua novos bancos arrecadadores para atender ao Limite Mínimo do mês cujo inadimplemento foi verificado nos termos e de acordo com os procedimentos da alínea (a) do inciso II do item 4.2.8.2.4.2 acima, observado o seguinte procedimento:

- I. a Emissora deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da comunicação do Agente Fiduciário (Período de Cura):
 - (a) incluir novos bancos arrecadadores para atender ao Limite Mínimo do mês cujo inadimplemento foi verificado nos termos e de acordo com os procedimentos da alínea (a) do inciso II do item 4.2.8.2.4.2 acima; ou
 - (b) depositar recursos próprios na Conta Centralizadora para atender ao Limite Mínimo do mês cujo inadimplemento foi verificado, sendo certo que (i) a Emissora deverá, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data em que tais recursos tenham sido depositados, incluir novos bancos arrecadadores nos termos da alínea (a) acima (Período Adicional); e (ii) referidos recursos (x) serão considerados Créditos Empenhados e ficarão bloqueados na Conta Centralizadora juntamente com os demais recursos ali depositados a partir do 1º (primeiro) dia útil contado da respectiva Data de Apuração, nos termos do inciso II abaixo até a inclusão dos novos bancos arrecadadores; e (y) não serão considerados para o cálculo do Limite Mínimo do mês subsequente ao mês cujo inadimplemento foi verificado; e
- II. o Banco Centralizador deverá bloquear a Conta Centralizadora, de modo que os Créditos Empenhados ficarão indisponíveis à Emissora e à disposição do Agente Fiduciário, devendo o Agente Fiduciário:
 - (a) no 1º (primeiro) dia útil contado da data em tiver recebido a comunicação sobre o cumprimento do disposto no inciso I acima ou do término do Período de Cura, o que ocorrer primeiro, verificar o cumprimento, pela Emissora, do disposto no inciso I acima e, (i) em caso afirmativo, observar o disposto na alínea (b) abaixo; ou (ii) em caso negativo, considerar a Emissora inadimplente e observar o disposto na Escritura de Emissão; e

- (b) autorizar por escrito o Banco Centralizador a transferir os recursos depositados na Conta Centralizadora para a Conta Movimento, após verificar o atendimento do Limite Mínimo e a inexistência de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas Obrigações, observado que:
 - (i) no caso da alínea (a) do inciso I acima, a verificação do Agente Fiduciário será realizada na data a que se refere a alínea (a) acima; e
 - (ii) no caso da alínea (b) do inciso I acima, (1) a verificação do Agente Fiduciário será realizada no 1º (primeiro) dia útil contado da data em tiver recebido a comunicação sobre o cumprimento do disposto no item (i) da alínea (b) do inciso I acima ou o término do Período Adicional, o que ocorrer primeiro; e (2) o Agente Fiduciário deverá considerar a Emissora inadimplente e observar o disposto na Escritura de Emissão se a verificação constatar o não cumprimento do ali disposto.
- 4.2.8.2.5A Emissora obriga-se a (i) manter a Conta Centralizadora, na qual serão depositados os recursos recebidos em pagamento das Receitas Vinculadas e os recursos a que se referem os itens 4.2.8.2.4.2 e 4.2.8.2.4.3 acima; e (ii) fazer com que os Bancos Arrecadadores depositem os recursos referentes à Arrecadação na Conta Centralizadora.
- 4.2.8.2.5.1 Durante a vigência do Contrato de Vinculação, a Emissora não poderá movimentar a Conta Centralizadora, não sendo permitida a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação, sendo a Conta Centralizadora movimentada unicamente pelo Banco Centralizador ou, nos termos do item 4.2.8.2.6 abaixo, pelo Agente Fiduciário, neste caso mediante ordens por escrito e firmadas por representante devidamente cadastrado junto ao Banco Centralizador.
- 4.2.8.2.5.2 Observado o disposto na alínea (b) do inciso I e no inciso II item 4.2.8.2.4.3 acima, os Créditos Empenhados ficarão indisponíveis à Emissora e à disposição do Agente Fiduciário, sendo certo entretanto que o Banco Centralizador transferirá os recursos depositados na Conta Centralizadora para a conta corrente de titularidade da Emissora n.º 730100-6, mantida pela Emissora na agência n.º 084 do Banco do Estado do Ceará S.A. (Conta Movimento) a partir das 14h01 (horário de Brasília, DF) do mesmo dia do depósito dos respectivos créditos na Conta Centralizadora, salvo se o Agente Fiduciário enviar comunicação escrita ao Banco Centralizador até as 14h00 (horário de Brasília, DF) daquele mesmo dia, instruindo-o a não transferir tais recursos para a Conta Movimento em decorrência de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas Obrigações. Os recursos transferidos para a Conta Movimento nos termos deste item serão de livre e exclusiva movimentação e utilização pela Emissora.
- 4.2.8.2.5.3 A Emissora, em caráter irrevogável e irretratável consoante o artigo 684 do Código Civil, nomeou o Banco Centralizador e, nos termos do item 4.2.8.2.6 abaixo, o Agente Fiduciário, seus bastantes procuradores pelos períodos necessários ao cumprimento integral de todas as Obrigações, para (i) serem as únicas pessoas autorizadas a movimentar a Conta Centralizadora, podendo efetuar as transferências de recursos previstas no Contrato de Vinculação e praticar todos os demais atos necessários para tanto; e (ii) destruir todos os talões de cheques e cartões eventualmente emitidos para movimentação da Conta Centralizadora; podendo praticar todos os demais atos necessários ao cumprimento do disposto neste item.
- 4.2.8.2.6 Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures ou de vencimento das Debêntures sem pagamento dos valores devidos na Data de Vencimento, o Agente Fiduciário, em conformidade com o disposto na Escritura de Emissão e no Contrato de Vinculação, poderá, de forma amigável e de boa-fé, judicial ou extrajudicialmente, no todo ou em parte, independentemente de avaliação, notificação judicial ou extrajudicial, ou de qualquer outro procedimento, reter as Receitas Vinculadas, por meio de uma ou várias retenções e/ou executar o Penhor até a integral liquidação das Obrigações, ficando para tanto autorizado pela Emissora a vender, ceder, transferir, usar, sacar, aplicar ou resgatar as Receitas Vinculadas e/ou os Créditos Empenhados, utilizando o produto obtido única e exclusivamente na satisfação das Obrigações e de todos e quaisquer tributos incidentes sobre a venda, cessão, transferência, uso, saque, aplicação ou resgate das Receitas Vinculadas e/ou dos Créditos Empenhados e sobre o pagamento aos debenturistas do

montante de seu crédito, inclusive qualquer quantia relativa ao pagamento do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF (ou tributo equivalente), entregando, ao final, à Emissora, o que sobejar, ficando o Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretroatável, pelo Contrato de Vinculação e na melhor forma de direito, como condição do Contrato de Vinculação, autorizado, na qualidade de mandatário da Emissora a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários para tanto, podendo, inclusive, exercer todos os direitos e praticar todos os atos previstos no artigo 1.422, no inciso IV do artigo 1.433 e nos artigos 1.454 e 1.455 do Código Civil e no parágrafo 2º do artigo 120 do Decreto-Lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945. Fica certo e ajustado que, para todos os fins e efeitos do Contrato de Vinculação e da Escritura de Emissão, em nenhuma hipótese o Agente Fiduciário e/ou os debenturistas terão direito a promover qualquer cobrança das Receitas Vinculadas junto aos clientes da Emissora.

- 4.2.8.2.6.1 Para os fins do disposto acima, o Banco Centralizador, mediante o recebimento de simples comunicação escrita do Agente Fiduciário, reterá diariamente e transferirá à Instituição Depositária o valor das Receitas Vinculadas depositado na Conta Centralizadora e utilizará tais valores nos termos do item 4.2.8.2.6.3 abaixo.
- 4.2.8.2.6.2 Fica desde já certo e ajustado que, na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures ou de vencimento das Debêntures sem pagamento dos valores devidos na Data de Vencimento, os procedimentos descritos nos incisos I, V e VI do item 4.2.8.2.3 acima continuarão válidos e aplicáveis, obrigando-se o Agente Fiduciário a instruir, e o Banco Centralizador a acatar, a retenção dos valores depositados na Conta Centralizadora, e a utilizar esses valores nos termos do item 4.2.8.2.6.3 abaixo, sem prejuízo da possibilidade do Agente Fiduciário tomar quaisquer outras medidas que lhe forem autorizadas por lei, pela Escritura de Emissão ou por o Contrato de Vinculação, observado sempre o disposto na parte final do *caput* deste item.
- 4.2.8.2.6.3 Os recursos apurados de acordo com o disposto acima, na medida em que forem sendo recebidos pelo Agente Fiduciário, deverão ser aplicados na liquidação dos valores devidos relativos às Debêntures, na proporção da respectiva participação de cada um dos debenturistas. Na hipótese do produto obtido com os procedimentos previstos acima não serem suficientes para quitar simultaneamente todos os valores devidos relativos às Debêntures, o valor obtido será utilizado no pagamento dos valores abaixo, na seguinte ordem: (i) quaisquer valores devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão que não sejam os valores a que se referem os itens (ii), (iii) e (iv) abaixo; (ii) quaisquer valores devidos pela Emissora nos termos do Contrato de Vinculação que não sejam os valores a que se referem os itens (iii) e (iv) abaixo; (iii) Remuneração e demais encargos, inclusive moratórios, dos valores devidos relativos às Debêntures; e (iv) pagamento do saldo do Valor Nominal de todas as Debêntures. Caso a quantia apurada não seja suficiente para o pagamento das quantias constantes em (i), (ii), (iii) e (iv) acima, os valores deverão ser alocados na ordem direta das prioridades estabelecidas acima de tal forma que, uma vez liquidadas as quantias referentes a um dos itens, os valores sejam alocados para o item seguinte.
- 4.2.8.2.6.4 Caso o produto obtido com os procedimentos previstos acima não seja suficiente para liquidar os valores devidos relativos às Debêntures, a Emissora permanecerá responsável pelo saldo remanescente das Obrigações e respectivos encargos moratórios.
- 4.2.8.2.6.5 Se, entretanto, em decorrência do disposto acima, a quantia retida e transferida à Instituição Depositária em um mês exceder o Novo Limite Mínimo, a Instituição Depositária colocará o saldo excedente à disposição da Emissora na Conta Movimento, em até 1 (um) dia útil contado da data do referido pagamento, em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis.
- 4.2.8.2.6.6 Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures ou de vencimento das Debêntures sem pagamento dos valores devidos na Data de Vencimento, o Agente Fiduciário poderá, a seu exclusivo critério e às expensas da Emissora, notificar os Bancos Arrecadadores e/ou o Banco Centralizador, respectivamente devedores das Receitas Vinculadas e dos Créditos Empenhados, informando-os de que todos os valores a serem pagos à Emissora decorrentes das Receitas Vinculadas e dos Créditos Empenhados deverão ser efetuados conforme instruído na referida notificação.

- 4.2.9 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, com colocação mediante regime de garantia firme, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, independentemente de qualquer ordem cronológica, o Coordenador Líder e/ou os clientes do Coordenador Líder que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures.
- 4.2.10 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio do SND e do Bovespa Fix.
- 4.2.11 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 20 de fevereiro de 2004 (Data de Emissão).
- 4.2.12 *Prazo e data de vencimento.* As Debêntures terão prazo de vencimento de 96 (noventa e seis) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de fevereiro de 2012 (Data de Vencimento).
- 4.2.13 *Prazo de subscrição.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures.
- 4.2.14 *Preço de subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (Preço de Subscrição).
- 4.2.15 *Forma de subscrição e de integralização.* A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição deverá ser feito à vista, no ato da subscrição (Data de Integralização) e em moeda corrente nacional.
- 4.2.16 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em 8 (oito) parcelas iguais, anuais e sucessivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão até a Data de Vencimento, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de fevereiro de 2005 (Amortização ou Amortizações).
- 4.2.17 *Remuneração.* Sobre o saldo do Valor Nominal incidirão juros remuneratórios correspondentes a 116% (cento e dezesseis por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (Taxa DI), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (Remuneração). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.
- 4.2.17.1 *Periodicidade de pagamento da Remuneração.* A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de agosto de 2004 e o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior à data de pagamento.
- 4.2.17.2 *Fórmula para cálculo da Remuneração.* A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [FatorDI - 1], \text{ onde:}$$

- JR = valor da Remuneração a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VN = saldo do Valor Nominal unitário no início de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento; e

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k \times S/100)], \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total das Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n.$$

DI_k = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia " k ";

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro; e

S = 116,00 (cento e dezesseis).

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k \times S/100)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k \times S/100)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante Fator DI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Define-se Período de Capitalização o intervalo de tempo entre 2 (duas) datas de pagamento da Remuneração, sendo que o primeiro Período de Capitalização tem início na Data de Emissão e término na data do primeiro pagamento da Remuneração. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data de pagamento da Remuneração do Período de Capitalização anterior e término na data de pagamento da Remuneração subsequente, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos na Escritura de Emissão.

4.2.17.3 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI exceder o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto no item 4.2.17.4 abaixo para a definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.2.17.4 No caso de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos, de extinção ou de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Taxa Selic). No caso de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa Selic por mais de 10 (dez) dias consecutivos, de extinção ou de impossibilidade legal de aplicação da Taxa Selic às Debêntures, o Agente Fiduciário convocará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data em que foi verificada a impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, assembléia geral de debenturistas, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração das

Debêntures. Até que esse novo parâmetro seja estabelecido de comum acordo com a Emissora na assembleia geral de debenturistas mencionada neste item, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI ou Taxa Selic (conforme a taxa que tenha sido utilizada até a data do evento que deu causa à convocação da assembleia geral de debenturistas), divulgada oficialmente, acrescida do percentual da Taxa DI ou Taxa Selic, conforme o caso, aplicável, calculada *pro rata temporis*, até a data da deliberação da assembleia geral de debenturistas. Caso não haja, entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), acordo sobre o novo parâmetro de remuneração, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva assembleia geral de debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a última Taxa DI ou Taxa Selic, conforme o caso, divulgada oficialmente. O resgate a que se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

- 4.2.18 *Repactuação.* Não haverá repactuação.
- 4.2.19 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora, para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 4.2.20 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força da Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (Encargos Moratórios).
- 4.2.21 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 4.2.22 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes a todos e quaisquer valores devidos nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 4.2.22.1 Caso qualquer debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.
- 4.2.23 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados (i) pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou (ii) pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou com feriados bancários na Cidade de São Paulo.

- 4.2.24 *Publicidade.* Exceto os anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados somente no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Ceará e nos jornais "Gazeta Mercantil", edição nacional, e "O Povo", e por meio do *site* da Emissora (www.coelce.com.br) na *Internet*, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, na Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da última publicação do aviso.
- 4.2.25 *Vencimento antecipado.* O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nos itens 4.2.25.1 e 4.2.25.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* (e, no caso do inciso II abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto no item 4.2.25.3 abaixo), e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:
- I. (a) pedido de auto-falência (i) da Emissora; (ii) da CERJ, enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España; ou (iii) de qualquer controladora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora ou da CERJ, esta última enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España; (b) decretação de falência (i) da Emissora; (ii) da CERJ, enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España; ou (iii) de qualquer controladora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora ou da CERJ, esta última enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España; ou (c) pedido de concordata formulado (i) pela Emissora; (ii) pela CERJ, enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España; ou (iii) por qualquer controladora ou por qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora ou da CERJ, esta última enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España (ou, relativamente a qualquer um dos casos deste inciso, qualquer procedimento judicial análogo previsto na legislação que substituirá ou complementará a atual legislação sobre falências e concordatas);
 - II. não pagamento, pela Emissora, das Amortizações, da Remuneração, e/ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas na Escritura de Emissão não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contado das suas respectivas datas de vencimento;
 - III. o Contrato de Vinculação (a) for objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por terceiros que não o Agente Fiduciário ou os titulares das Debêntures, desde que, em qualquer dos casos, impeça ou restrinja o cumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Vinculação; (b) não for implementado; (c) for anulado; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido;
 - IV. vencimento antecipado de qualquer dívida cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais conforme cotação divulgada pelo Banco Central do Brasil, via SISBACEN, no Boletim de Taxas de Câmbio e de Mercado, código PTAX800, opção 5/venda, moeda 220, verificada para a liquidação financeira de obrigações vencíveis em determinada data e devidamente divulgada pelo Banco Central do Brasil no dia útil imediatamente anterior à data do evento (Taxa de Conversão) (a) da Emissora; (b) da CERJ, enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España; ou (c) de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora ou da CERJ, esta última enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España;
 - V. falta de pagamento de quaisquer dívidas líquidas, certas e exigíveis, como e quando tal dívida venha a vencer, observado qualquer período de carência aplicável, em valor agregado igual ou superior a US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais pela Taxa de Conversão, não sanado em até 30 (trinta) dias, a contar do inadimplemento da obrigação (a) pela Emissora; (b) pela CERJ, enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España; ou (c) por qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora ou da CERJ, esta

última enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España, ressalvadas as dívidas entre quaisquer das empresas mencionadas nas alíneas (a), (b) e (c) deste inciso e destas com quaisquer das empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Endesa España (sem envolver dívidas com qualquer terceiro), com relação às quais nenhum procedimento, judicial ou extrajudicial, de cobrança tenha sido iniciado;

- VI. protesto legítimo de títulos cujo valor unitário seja igual ou superior a (a) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas) contra a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora; ou (b) R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas) contra a CERJ ou qualquer controlada, direta ou indireta, da CERJ, enquanto a CERJ for controlada direta ou indiretamente por Endesa España, salvo se, em qualquer dos casos deste inciso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo ou tiverem sido oferecidas outras garantias aceitas em juízo;
- VII. perda, pela Emissora, da concessão para a prestação dos Serviços;
- VIII. alteração, perda, compartilhamento de forma diversa do compartilhamento existente nesta data ou não exercício, de forma direta ou indireta, do controle da Emissora, tal como definido no artigo 116 da Lei n.º 6.404/76, que rebaixe ou mantenha a classificação de risco (*rating*) atribuída inicialmente à emissão em nível inferior à classificação elaborada por agência de classificação de risco conceituada, em escala nacional, equivalente, no mínimo, a brBBB-, conforme escala da Standard & Poor's. Para os fins do disposto neste inciso, a convocação da agência de classificação de risco para que seja realizada a atualização da classificação de risco das Debêntures deve ser feita em até 10 (dez) dias, contados da data em que for publicado o fato relevante sobre o evento em questão, sob pena de, em não sendo feita referida convocação, o Agente Fiduciário declarar o vencimento antecipado das Debêntures. Na hipótese da referida agência de classificação de risco, por qualquer motivo, não atualizar a classificação de risco das Debêntures, a Emissora, de comum acordo com o Agente Fiduciário, deverá providenciar a substituição da mesma por outra agência, com igual qualidade e nível de excelência (preferencialmente Standard & Poor's, Moody's ou Fitch), sob pena do Agente Fiduciário declarar o vencimento antecipado das Debêntures se a responsabilidade pela não substituição for atribuída, de qualquer forma, à Emissora. Fica desde já certo e ajustado que não ensejará o vencimento antecipado de que trata este item nem justificará a necessidade de nova classificação de risco (*rating*), as hipóteses de cessão, transferência ou alienação, a qualquer título, de forma direta ou indireta, de ações de emissão da Emissora desde que o controle direto ou indireto da Emissora permaneça sob a titularidade de Endesa España;
- IX. fusão, incorporação ou cisão da Emissora, salvo se (a) a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação; ou (b) tiver sido assegurado aos debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação das atas das assembléias gerais relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;
- X. não cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão ou no Contrato de Vinculação, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica (a) a qualquer outro inciso deste item; e (b) à obrigação de manutenção do Limite Mínimo ou a qualquer cláusula ou a qualquer outra hipótese prevista no Contrato de Vinculação cujo inadimplemento tenha prazo para ser sanado;

- XI. pagamento, pela Emissora, de dividendos, exceto os obrigatórios por lei ou pelo estatuto social da Emissora em vigor nesta data, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures;
- XII. quaisquer das operações previstas neste inciso envolvendo, se for o caso, a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora (sendo certo que qualquer das operações abaixo entre a Emissora e qualquer de suas controladas não será considerada para os fins deste inciso): (a) fusão (excluindo a Emissora); (b) incorporação (excluindo a incorporação da Emissora mas incluindo a incorporação pela Emissora); (c) cisão (excluindo a Emissora); (d) aquisição de todos os ativos de outra sociedade ou de parcela substancial dos mesmos; (e) aquisição de participação no capital social de qualquer sociedade, sob qualquer forma, seja por aquisição ou subscrição de participação societária ou qualquer título ou valor mobiliário conversível em participação societária; (f) venda ou transferência de todos os ativos ou de parcela substancial dos mesmos; (g) alteração na condução dos negócios ou de parcela substancial dos mesmos, como vêm sendo atualmente conduzidos; ou (h) qualquer outro ato ou operação que tenha como resultado o mesmo de qualquer uma das operações acima; desde que, em qualquer dos casos deste inciso, rebaixe ou mantenha, a qualquer tempo, (i) a classificação de risco (*rating*) das Debêntures atribuída inicialmente à emissão em nível inferior à classificação elaborada por agência de classificação de risco conceituada, em escala nacional, equivalente, no mínimo, a brBBB-, conforme escala da Standard & Poor's; e/ou (ii) no desenquadramento dos índices e limites a que se refere o inciso XVIII abaixo;
- XIII. venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, (a) pela Emissora ou por qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, de bens do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos, mas excluindo eventual reclassificação contábil de ágio) ou de participação em outras sociedades (incluindo direitos de subscrição e títulos ou valores mobiliários conversíveis em participação societária) cujo valor unitário ou agregado durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores seja igual ou superior a US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais pela Taxa de Conversão, sem a aplicação integral, no prazo de 90 (noventa) dias da data em que tais recursos se tornaram disponíveis à Emissora e/ou às suas controladas, conforme o caso, dos recursos líquidos (i) no pagamento de dívidas de sua titularidade, excluídas as dívidas entre quaisquer das seguintes sociedades: a Emissora, quaisquer controladoras ou controladas, diretas ou indiretas, ou coligadas da Emissora; ou (ii) na aquisição de bens de mesmo valor, que irão integrar o ativo permanente da Emissora ou de suas controladas, conforme o caso;
- XIV. mudança do objeto social da Emissora na qual acionistas exerçam seu direito de recesso;
- XV. as declarações previstas na Cláusula 10.1 da Escritura de Emissão provarem-se inverídicas ou incorretas em qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas;
- XVI. realização, pela Emissora, de operação, negócio ou atividade não contemplado em seu objeto social que possa comprovadamente comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Vinculação;
- XVII. (a) celebração, pela Emissora, na qualidade de mutuante, de contratos de empréstimo em dinheiro, ou qualquer forma de repasse ou empréstimo, pela Emissora, de recursos financeiros, incluindo por meio de assunções de dívidas ou compromissos, subscrições de títulos ou valores mobiliários, adiantamentos para futuro aumento de capital, aumentos de capital e aquisição de ações resgatáveis, (i) a qualquer controlada, direta ou indireta, ou coligada da Emissora, cujo valor unitário ou agregado exceda, a qualquer tempo, 20% (vinte por cento) do EBITDA da Emissora; ou (ii) a qualquer acionista, direto ou indireto, da Emissora; ou (iii) a qualquer terceiro; ou (b) permissão, pela Emissora, que qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora celebre, na qualidade de mutuante, contratos de empréstimo em dinheiro, ou de qualquer forma repasse ou empreste recursos financeiros, incluindo por meio de assunções de dívidas ou compromissos, subscrições de títulos ou

valores mobiliários, adiantamentos para futuro aumento de capital, aumentos de capital e aquisição de ações resgatáveis, a qualquer entidade, pessoa física ou pessoa jurídica que não seja a Emissora ou uma controlada da Emissora;

XVIII. falta de enquadramento da Emissora, ao final de cada semestre de seu exercício social em que existirem Debêntures em circulação, dentro dos seguintes índices e limites financeiros, a serem apurados com base nas demonstrações financeiras da Emissora preparadas e entregues pela Emissora ao Agente Fiduciário de acordo com o disposto nas alíneas (a) e (b) do inciso I do item 7.1 da Escritura de Emissão:

- (a) EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas Desembolsadas igual ou superior a (i) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) em 2004; e (ii) 3 (três) a partir de 2005 até a Data de Vencimento;
- (b) Dívida Bancária Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3 (três) até a Data de Vencimento;
- (c) Dívida Bancária Líquida/Patrimônio Líquido igual ou inferior a 0,7 (sete décimos) até a Data de Vencimento; e
- (d) DSCR (*Debt Service Credit Ratio*) = EBITDA/Serviço da Dívida igual ou superior a (i) 1,2 (um inteiro e dois décimos) em 2004 e 2005; e (ii) igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos) a partir de 2006 até a Data de Vencimento; ou

XIX. não manutenção, pela Emissora, de seguro adequado para os seus bens, conforme práticas correntes de mercado, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário.

4.2.25.1 Observados os prazos de cura e demais ressalvas previstos no item 4.2.25 acima, ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I a IX do item 4.2.25 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, sendo certo que os eventos previstos nos incisos I, IV, V e VI que envolvam qualquer inadimplemento da CERJ ou de suas controladoras ou controladas, enquanto a CERJ for controlada direta ou indiretamente por Endesa España, serão objeto de deliberação dos debenturistas nos termos do item 4.2.25.2 abaixo.

4.2.25.2 Observados os prazos de cura e demais ressalvas previstos no item 4.2.25 acima, ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos no item 4.2.25 acima (que não sejam aqueles previstos no item 4.2.25.1 acima), que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 8.9.1 da Escritura de Emissão, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada sua ocorrência, assembleia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia de debenturistas, os debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia de debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.2.25.3 Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II do item 4.2.25 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

4.2.26 *Assembleia dos debenturistas.*

- 4.2.26.1 Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 4.2.26.2 A assembleia de debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 4.2.26.3 A assembleia de debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum. Para os fins de apuração do quorum de instalação em qualquer assembleia de debenturistas, serão excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora.
- 4.2.26.4 A presidência da assembleia de debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.
- 4.2.26.5 Nas deliberações da assembleia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação. Para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer assembleia de debenturistas, serão excluídos os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora, ou qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.
- 4.2.26.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias dos debenturistas.
- 4.2.26.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 4.2.26.8 Aplica-se à assembleia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembleia geral de acionistas.

4.3 **Receitas Vinculadas**

Em garantia do cumprimento das Obrigações, a Emissora:

- I. vinculará as Receitas Vinculadas, que serão direcionadas pelos Bancos Arrecadores ao Banco Centralizador, observado (i) o Limite Mínimo; ou (ii) em caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das Obrigações, o Novo Limite Mínimo; e
- II. constituirá, em favor dos debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, de forma indivisível e no mesmo grau de preferência, nos termos do artigo 1.451 e seguintes do Código Civil, o Penhor.

As Receitas Vinculadas são apenas parte da Arrecadação da Emissora, e seu valor é limitado ao Limite Mínimo ou, em caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das Obrigações e observado o disposto no item 4.2.8.2.6.5 acima (parágrafo 5º da Cláusula 6ª do Contrato de Vinculação), ao Novo Limite Mínimo.

O Limite Mínimo é equivalente a Valor mensal equivalente a 20% do Saldo Devedor das Debêntures. O Novo Limite Mínimo é equivalente a Valor mensal equivalente a 20% do saldo devedor das Obrigações apurado na data do inadimplemento (incluindo o Saldo Devedor das Debêntures naquela data), sem prejuízo da aplicação da Remuneração até a data da liquidação total das Obrigações.

O Penhor, por sua vez, recai sobre os Créditos Empenhados, ou seja, os créditos depositados junto ao Banco Centralizador, decorrentes (i) dos recursos recebidos por conta da Emissora em pagamento das Receitas Vinculadas; e (ii) dos recursos a que se referem os parágrafos 2º e 3º da Cláusula 4ª do Contrato de Vinculação, em ambos os casos mantidos em depósito na Conta Centralizadora, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, ressalvada, no caso de trânsito ou compensação bancária, a liberação para a Conta Movimento nos termos do parágrafo 2º da Cláusula 5ª do Contrato de Vinculação.

Assim sendo, na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures ou de vencimento das Debêntures sem pagamento dos valores devidos na Data de Vencimento, caso o Agente Fiduciário opte por (i) utilizar as Receitas Vinculadas, o valor de tal utilização estará limitado ao Novo Limite Mínimo, de modo que a liquidação das Obrigações poderá se estender por, pelo menos, cinco meses; ou (ii) executar os Créditos Empenhados, não há garantias de que o produto da excussão dos Créditos Empenhados seja suficiente para liquidar integralmente as Obrigações.

Ademais, existem riscos relativos (i) aos efeitos de eventual decretação da falência da Emissora sobre a geração das Receitas Vinculadas; (ii) ao nível de Arrecadação dos Bancos Centralizadores e disponibilidade de recursos; (iii) à dependência de obrigação de fazer depósitos na Conta Centralizadora; (iv) à eventual subordinação do Penhor; (v) ao acesso à Conta Centralizadora; e (vi) a créditos do poder público, todos descritos em "V. Fatores de Risco Relativos às Debêntures – 5.2 Vinculação de Receitas e Penhor".

Para maiores informações, *vide* "IV. Informações Relativas à Oferta – 4.2 Características e Prazos – 4.2.8.2 Vinculação de Receitas", "V. Fatores de Risco Relativos às Debêntures – 5.2 Vinculação de Receitas e Penhor" e "Anexo B – Contrato de Vinculação".

4.4 Cronograma Tentativo das Etapas da Oferta

Reunião da diretoria da Emissora	16/4/2004
Reunião do conselho fiscal recomendando a aprovação da emissão	27/4/2004
Assembléia geral extraordinária aprovando a emissão	29/4/2004
Protocolo do pedido de registro de distribuição pública das Debêntures junto à CVM	26/7/2004
Publicação do aviso ao mercado sobre o prospecto preliminar	29/7/2004
Registro da distribuição pela CVM	28/10/2004
Publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures	03/11/2004
Liquidação física e financeira da Oferta	03/11/2004
Publicação do anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures	04/11/2004

4.5 Divulgação de Anúncios Relacionados à Oferta

Vide item 4.2.24 acima.

4.6 Público Alvo

Ressalvadas as Debêntures subscritas e integralizadas pelo Coordenador Líder a título de investimento, o Coordenador Líder efetuará a colocação das Debêntures junto a investidores pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados assim considerados pelas regras vigentes no país.

4.7 Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado. Os investidores devem ler a seção "V. Fatores de Risco" no Prospecto e a seção "V. Fatores de Risco Relativos às Debêntures" neste Suplemento.

4.8 Negociação das Debêntures

As Debêntures serão registradas para negociação por meio do SND e do Bovespa Fix.

4.9 Manifestação de Aceitação à Oferta

Os investidores terão o prazo de 1 (um) dia útil contado da data de publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures para manifestar ao Coordenador Líder, por meio dos procedimentos do SDT, sua aceitação à subscrição das Debêntures.

4.10 Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta

Exceto na ocorrência das situações expressamente previstas da Instrução CVM n.º 400/03, aos investidores que tiverem aceito a oferta não será permitido revogá-la.

4.11 Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM n.º 400/03, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM n.º 400/03 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender a oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão da oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da oferta e cancelar o respectivo registro. A rescisão do Contrato de Coordenação importará no cancelamento do registro.

A Emissora dará conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceito a oferta, na hipótese de seu cancelamento e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Debêntures ofertadas, correspondendo ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data da efetiva restituição, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam depositadas no CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.

4.12 Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM n.º 400/03, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Emissora, de comum acordo com o Coordenador Líder, de modificação ou revogação da oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Emissão perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria oferta.

É sempre permitida a modificação da oferta para melhorá-la em favor dos debenturistas.

A revogação torna ineficazes a oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Debêntures ofertadas, correspondendo ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data da efetiva restituição, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam depositadas no CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Debêntures. O Coordenador Líder deverá acautelar-se e certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

O Coordenador Líder comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência ao Coordenador Líder ou em sua sede, no endereço indicado na seção "III. Identificação de Administradores, Consultores e Auditores", o interesse em manter a aceitação da oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à oferta, aplicar-se-á o disposto no terceiro parágrafo deste item que se refere à restituição dos valores aos investidores.

4.13 Contrato de Coordenação

O Contrato de Coordenação está disponível para consulta na sede da Emissora, no endereço indicado no item 3.1 acima.

4.13.1 Coordenador

O Coordenador é o Banco Votorantim (Coordenador Líder). Para maiores informações sobre o Coordenador Líder, *vide* "II. Características da Operação – 2.3 Coordenador Líder – Banco Votorantim" e "III. Identificação de Administradores, Consultores e Auditores – 3.2.1 Coordenador Líder".

4.13.2 Instituições Subcontratadas

O Coordenador Líder não subcontratará instituições intermediárias para efetuar a colocação das Debêntures.

4.13.3 Regime de Colocação – Garantia Firme

Observadas as condições previstas no Contrato de Coordenação, o Coordenador Líder garante a subscrição e a integralização da totalidade das Debêntures, obrigando-se a colocá-las ou subscrevê-las pelo Preço de Subscrição (Debêntures Objeto da Garantia Firme).

O Coordenador Líder terá o prazo de 1 (um) dia útil para promover a colocação das Debêntures Objeto da Garantia Firme, contado a partir da data da publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures (Prazo da Garantia Firme). O Prazo da Garantia Firme poderá ser estendido por até 7 (sete) dias úteis em virtude da ocorrência de eventos alheios à vontade do Coordenador Líder, tais como, exemplificativamente, a não disponibilidade dos serviços de liquidação da CETIP, que comprovadamente dificultem ou impeçam a colocação das Debêntures no Prazo da Garantia Firme.

Se, ao final do Prazo da Garantia Firme, as Debêntures Objeto de Garantia Firme não tiverem sido colocadas, o Coordenador Líder obriga-se a subscrever o eventual saldo existente no mesmo dia do término do Prazo da Garantia Firme.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, caso o Coordenador Líder eventualmente (i) venha a subscrever Debêntures nos termos deste item; e (ii) tenha interesse em vender tais Debêntures, o preço de revenda de tais Debêntures estimado pelo Coordenador Líder será em conformidade com as condições de mercado vigentes à época da venda e sujeita à conveniência e necessidade do Coordenador Líder.

4.13.4 Remuneração

A título de remuneração pelo desempenho das obrigações previstas no Contrato de Coordenação e respeitados os valores já pagos, a Emissora pagará ao Coordenador Líder as seguintes comissões:

- I. *comissão de coordenação e estruturação*: R\$663.952,50 (seiscentos e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos);
- II. *comissão de prestação de garantia firme*: R\$442.635,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil, seiscentos e trinta e cinco reais); e
- III. *comissão de colocação*: R\$531.162,00 (quinhentos e trinta e um mil, cento e sessenta e dois reais).

Além da remuneração prevista neste item, nenhuma outra será contratada ou paga pela Emissora, direta ou indiretamente.

4.13.5 Custo da Distribuição

A tabela abaixo demonstra o custo total da distribuição das Debêntures, assumindo a colocação total das Debêntures, com base no valor na Data de Emissão:

Custo Total da Distribuição das Debêntures	Valor (R\$)
Valor da Emissão	88.527.000,00
Custo da Distribuição	1.720.619,50
Custo de Registro junto à CVM	82.870,00
Custo da Remuneração do Coordenador Líder	1.637.749,50
Comissão de Coordenação e Estruturação	663.952,50
Prêmio de Prestação de Garantia Firme	442.635,00
Comissão de Colocação	531.162,00
Montante Líquido para a Emissora	<u>86.806.380,50</u>
Percentual do Custo da Distribuição em Relação ao Valor da Emissão	<u>1,94%</u>

A tabela abaixo demonstra o custo unitário da distribuição das Debêntures, assumindo a colocação total das Debêntures, com base no valor na Data de Emissão:

Custo Unitário da Distribuição das Debêntures	Valor (R\$)
Valor Nominal Unitário	1.000,00
Custo da Distribuição por Debênture	19,44
Montante Líquido para a Emissora	<u>980,56</u>

4.14 Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez

Não serão celebrados contrato de estabilização de preços ou contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Debêntures.

4.15 Relação da Emissora com o Coordenador Líder

Além do Contrato de Coordenação, a Emissora celebrou contrato de mútuo com o Coordenador Líder. Vide "4.16 Destinação dos Recursos – Contrato de Mútuo para Repasse de Empréstimo Externo n.º A0018698 com o Banco Votorantim".

4.16 Destinação dos Recursos

O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será destinado ao refinanciamento de dívidas da Emissora, para reescalonamento do serviço das dívidas registradas no curto prazo.

4.16.1 Fontes e Usos

As Debêntures serão colocadas em regime de garantia firme. Seguem abaixo os quadros de fontes e usos dos recursos obtidos com a presente emissão, com base na Data de Emissão:

Fontes	%	Valor (R\$ mil)
Garantia Firme (1)	100	88.527
Total	<u>100</u>	<u>88.527</u>
Usos (2)	%	Valor (R\$ mil)
Banco Votorantim (9.23.9) (1)	100	88.527
Total	<u>100</u>	<u>88.527</u>

(1) O valor da garantia firme e dos usos tem por base a Data de Emissão. Na data de liquidação, o valor líquido para a Emissora será equivalente ao saldo devedor do empréstimo com o Banco Votorantim, de modo que o valor das Debêntures liquidará integralmente tal empréstimo.

(2) A numeração entre parênteses à frente do nome corresponde à sua localização no Prospecto.

Contrato de Mútuo para Repasse de Empréstimo Externo n.º A0018698 com o Banco Votorantim

Contrato celebrado em 20 de fevereiro de 2004, entre a Emissora e o Banco Votorantim, tendo por objeto o mútuo à Emissora, mediante repasse de empréstimo externo, no valor de US\$30.118.250,00, com vencimento no dia 3 de novembro de 2004. Em garantia do pagamento do empréstimo contratado, a Emissora constituiu garantia de vinculação de parte de suas receitas decorrentes de prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, em valor mensal equivalente a 20% do saldo devedor. O contrato prevê, ainda, obrigatoriedade da Emissora respeitar determinados índices e limites financeiros como forma de limitar a capacidade de endividamento da Emissora.

Em 30 de junho de 2004, o saldo devedor do empréstimo era de R\$93.971 mil, e na data deste Suplemento, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

4.16.2 *Capitalização Pro Forma*

O quadro de capitalização *pro forma* abaixo demonstra o efeito no balanço patrimonial da Emissora, após a presente emissão, em 30 de junho de 2004:

Ativo (R\$ mil)	Consolidado e Revisado em 30.6.04	Após Distribuição das Debêntures em 30.6.04
Circulante	580.798	580.798
Disponibilidades	135.709	135.709
Contas a Receber de Serviços	385.503	385.503
Imposto Diferido e a Recuperar	28.349	28.249
Despesas Antecipadas	31.237	31.237
Depósitos Judiciais	0	0
Outros	0	0
Realizável a Longo Prazo	357.229	357.229
Ativo Permanente	1.493.325	1.493.325
Total	<u>2.431.352</u>	<u>2.431.352</u>
Passivo (R\$ mil)	Consolidado e Revisado em 30.6.04	Após Distribuição das Debêntures em 30.6.04
Circulante	545.355	467.894
Empréstimos e Financiamentos	263.754	180.849
Salários, Encargos e Benefícios Sociais	6.570	6.570
Debêntures	0	5.444
Outros	275.031	275.031
Exigível a Longo Prazo	718.528	795.989
Empréstimos e Financiamentos	482.385	482.385
Debêntures	0	77.461
Outros	236.143	236.143
Receita Recebida Antecipadamente	2.988	2.988
Patrimônio Líquido	1.164.482	1.164.482
Capital Social	433.058	433.058
Outras Reservas de Capital	38.222	38.222
Ágio na Emissão de Ações	650.553	650.553
Reserva de Lucros	22.649	22.649
Lucros/Prejuízos Acumulados	19.995	19.995
Total	<u>2.431.352</u>	<u>2.431.352</u>

V. FATORES DE RISCO RELATIVOS ÀS DEBÊNTURES

Ao considerar a possibilidade de investimento nas Debêntures, potenciais investidores deverão analisar cuidadosamente todas as informações contidas no Prospecto e neste Suplemento e, particularmente, os fatores de risco descritos abaixo e no Prospecto. Os termos utilizados nesta seção que não estiverem aqui definidos têm o significado a eles atribuído na seção "I. Glossário e Abreviaturas" do Prospecto ou deste Suplemento.

5.1 Espécie das Debêntures

As Debêntures serão da espécie quirografária (sem preferência), na forma disposto no artigo 58 da Lei n.º 6.404/76. Ocorrendo o vencimento antecipado das Debêntures, as mesmas concorrerão em igualdade de condições com os demais credores da Emissora sem preferência em caso de liquidação da Emissora.

5.2 Vinculação de Receitas e Penhor

Em garantia do cumprimento das Obrigações, a Emissora:

- I. vinculará as Receitas Vinculadas, que serão direcionadas pelos Bancos Arrecadores ao Banco Centralizador, observado (i) o Limite Mínimo; ou (ii) em caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das Obrigações, o Novo Limite Mínimo; e
- II. constituirá, em favor dos debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, de forma indivisível e no mesmo grau de preferência, nos termos do artigo 1.451 e seguintes do Código Civil, o Penhor.

5.2.1 *Efeitos de Eventual Decretação da Falência da Emissora Sobre a Geração das Receitas Vinculadas*

Na eventualidade de decretação da falência da Emissora, esta deixará de operar e de prestar os Serviços, que geram as receitas Vinculadas. Neste caso, as Receitas Vinculadas (ou os Créditos Empenhados) passíveis de utilização (ou excussão), sujeito às regras de preferência e privilégio de credores estabelecidas em lei, estarão limitados (i) às Receitas Vinculadas cujos Serviços tenham sido efetivamente prestados pela Emissora; e (ii) aos Créditos Empenhados. De acordo com o artigo 125 da Lei de Falências, depois de excutida a garantia real, não sendo o seu produto suficiente para o pagamento total do crédito, o credor será incluído, pelo saldo não pago do crédito, entre os quirografários.

5.2.2 *Insuficiência das Receitas Vinculadas e/ou Créditos Empenhados*

O valor das Receitas Vinculadas é limitada ao Limite Mínimo ou, em caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das Obrigações, ao Novo Limite Mínimo.

Assim sendo, na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures ou de vencimento das Debêntures sem pagamento dos valores devidos na Data de Vencimento, caso o Agente Fiduciário opte por (i) utilizar as Receitas Vinculadas, o valor de tal utilização estará limitado ao Novo Limite Mínimo, de modo que a liquidação das Obrigações poderá se estender por, pelo menos, cinco meses; ou (ii) excutir os Créditos Empenhados, não há garantias de que o produto da excussão dos Créditos Empenhados seja suficiente para liquidar integralmente as Obrigações.

5.2.3 *Nível de Arrecadação dos Bancos Centralizadores e Disponibilidade de Recursos*

Nos termos do Contrato de Vinculação, a fim de assegurar a manutenção do Limite Mínimo, a Emissora deverá, sempre que necessário:

- (i) incluir novos bancos arrecadores com volume de Arrecadação suficiente para que o saldo de recursos transitados pela Conta Centralizadora até cada Data de Apuração seja equivalente ao Limite Mínimo, sendo certo que (a) o volume de Arrecadação de tais novos

Bancos Arrecadores deverá ser comprovado por meio da apresentação do histórico de Arrecadação recebida por tais novos Bancos Arrecadores nos últimos 12 (doze) meses; (b) o Contrato de Vinculação deverá ser aditado para incluir tais novos Bancos Arrecadores; (c) os procedimentos previstos na Cláusula 2ª do Contrato de Vinculação deverão ser observados; e (d) o procedimento previsto neste item será obrigatório caso a Emissora tenha depositado recursos próprios na Conta Centralizadora nos termos do item (ii) abaixo durante 3 (três) meses consecutivos; ou

- (ii) transferir recursos próprios para a Conta Centralizadora de forma que o saldo de recursos transitados pela Conta Centralizadora até a Data de Apuração seja equivalente ao Limite Mínimo, sendo certo que referidos recursos serão considerados Créditos Empenhados.

Os procedimentos de cura previstos no Contrato de Vinculação também prevêem a inclusão de novos bancos arrecadores ou de depósito de recursos próprios para atender ao Limite Mínimo.

O quadro a seguir apresenta os montantes recebidos pelo Banco Arrecador indicado no Contrato de Vinculação por conta da prestação de serviços pela Emissora nos 12 meses compreendidos entre julho de 2003 e junho de 2004.

Banco Arrecador	Período	Total (R\$ mil)
Banco do Brasil	Julho/2003	35.408
	Agosto/2003	35.650
	Setembro/2003	46.090
	Outubro/2003	64.002
	Novembro/2003	60.242
	Dezembro/2003	66.864
	Janeiro/2004	62.575
	Fevereiro/2004	58.052
	Março/2004	64.434
	Abril/2004	59.507
	Maio/2004	69.827
	Junho/2004	69.332

Não há garantias de que (i) o Banco Arrecador manterá os níveis historicamente arrecadados de forma a manter o Limite Mínimo; ou (ii) a Emissora disporá, no futuro, de bancos arrecadores adicionais com receitas livres para recompor o Limite Mínimo, caso seja necessário; ou (iii) a Emissora possuirá recursos próprios suficientes para, caso o Limite Mínimo não seja atendido em determinado mês, depositar o saldo remanescente na Conta Centralizadora.

5.2.4 *Saldo em Conta Centralizadora Depende de Obrigação de Fazer*

O Contrato de Vinculação não prevê acesso aos consumidores da Emissora ou aos Bancos Arrecadores para cobrança direta das Receitas Vinculadas, de modo que, para operacionalizar o Penhor, a Emissora assumiu as seguintes obrigações contratuais: (i) direcionar percentual de seu faturamento equivalente ao Limite Mínimo para a Conta Centralizadora por meio dos Bancos Arrecadores; (ii) somente alterar o Banco Centralizador, os Bancos Arrecadores e a Conta Centralizadora nos termos do Contrato de Vinculação; e (iii) instruir, de forma irrevogável e irretratável, os Bancos Arrecadores a depositarem todos os recursos recebidos por conta da prestação dos serviços pela Emissora na Conta Centralizadora.

Desta forma, o Penhor recairá tão-somente sobre os recursos depositados na Conta Centralizadora, cujo saldo dependerá do cumprimento de obrigação de fazer por parte dos Bancos Arrecadores. Caso os Bancos Arrecadores, por qualquer motivo, descumpram a obrigação prevista no Contrato de Vinculação, o Penhor não alcançará (i) os créditos da Emissora contra os Bancos Arrecadores ou (ii) os créditos da Emissora contra seus consumidores, o que prejudicaria a efetividade da garantia constituída.

5.2.5 Eventual Subordinação do Penhor

A Emissora celebrou diversos contratos que prevêem a vinculação de receitas como mecanismo de garantia. De acordo com os termos e condições de tais contratos, caso a Emissora não honre suas obrigações de pagamento previstas nos respectivos contratos, seus credores estão autorizados a requerer a transferência automática dos recursos que transitam pelas demais contas centralizadoras da Emissora para a satisfação dessas obrigações.

Nos 12 meses compreendidos entre julho de 2003 e junho de 2004, o volume médio mensal vinculado relativo a esses contratos era de aproximadamente R\$72,84 milhões, o que representa 69,49% da receita líquida média mensal da Emissora em tal período, de R\$104,84 milhões.

Em junho de 2004, o valor vinculado relativo a esses contratos era de aproximadamente R\$64,77 milhões, o que representa 56,22% da receita líquida da Emissora em junho de 2004, de R\$115,21 milhões.

O quadro abaixo descreve os recursos vinculados a cada um dos contratos com vinculação de receitas celebrados pela Emissora:

Credor (1)	Saldo Devedor 30.6.04	Média Julho/2003-Junho/2004				Junho/2004		
		Prestação	Receita Líquida Comprometida (2)		Prestação	Receita Líquida Comprometida (2)		
			R\$	%		R\$	%	
Financeiros	464.427.980,68	6.631.263,26	38.895.780,67	37,1	2.754.282,66	38.144.420,62	33,1	
BEC (3)	895.763,95	2.446,42	2.446,42	0	-	-	-	0
BB/União (9.23.1)	47.970.572,99	604.123,09	604.123,09	0,58	236.109,44	236.109,44	0,2	
CEF	1.726.910,05	22.879,60	22.879,60	0,02	8.598,70	8.598,70	0,01	
Eletrobrás	46.243.662,94	581.243,49	581.243,49	0,55	227.510,74	227.510,74	0,2	
Eletrobrás (9.23.2)	51.955.441,41	907.879,59	907.879,59	0,87	612.880,48	612.880,48	0,53	
1288/94	785.969,87	26.227,25	26.227,25	0,03	20.353,07	20.353,07	0,02	
1361/95	785.576,06	30.779,41	30.779,41	0,03	24.360,22	24.360,22	0,02	
1420/96	1.858.721,22	57.927,34	57.927,34	0,06	43.445,75	43.445,75	0,04	
1576/97	228.313,66	5.934,77	5.934,77	0,01	4.163,66	4.163,66	0	
1673/97	1.153.735,71	27.843,95	27.843,95	0,03	19.035,17	19.035,15	0,02	
1972/00	47.143.124,89	759.166,86	759.166,86	0,72	501.522,61	501.522,61	0,44	
0008/04 (4)	-	-	-	0	-	-	-	0
BNDES (9.23.3)	214.485.184,40	4.289.200,05	18.147.784,78	17,3	1.882.725,27	18.062.217,99	15,7	
962.365.3.1	6.119.326,36	263.860,32	369.404,45	0,35	202.741,19	283.837,67	0,25	
02.2.080.3.1	162.135.696,14	4.025.339,72	11.278.380,33	10,8	1.679.984,08	11.278.380,33	9,79	
Repasse	46.230.161,90	-	6.500.000,00	6,2	-	6.500.000,00	5,64	
Faelce (9.23.4)	54.628.946,04	804.789,65	409.720,31	0,39	-	409.720,31	0,36	
Votorantim (9.23.9)	93.970.773,45	-	18.794.154,69	17,9	-	18.794.154,69	16,3	
BNB (9.23.11)	521.298,44	22.824,46	29.671,79	0,03	22.567,47	29.337,71	0,03	
Fornecimento	23.872.417,73	30.300.015,24	33.948.675,43	32,4	23.872.417,73	26.621.779,57	23,1	
CHESF (9.21.2)	21.037.111,21	25.422.700,56	27.964.970,62	26,7	21.037.111,21	23.140.822,33	20,1	
CHESF/Leilão (9.21.2)	252.703,64	451.754,16	451.754,16	0,43	252.703,64	252.703,64	0,22	
CIEN (9.21.2)	2.582.602,88	4.425.560,52	5.531.950,65	5,28	2.582.602,88	3.228.253,60	2,8	
Total	<u>488.300.398,41</u>	<u>36.931.278,50</u>	<u>72.844.456,10</u>	<u>69,49</u>	<u>26.626.700,39</u>	<u>64.766.200,19</u>	<u>56,22</u>	
Receita Líquida			<u>104.841.072,82</u>			<u>115.212.981,51</u>		

- (1) A numeração entre parênteses à frente de cada nome corresponde à sua localização no Prospecto.
- (2) Valor da coluna "Receita Líquida Comprometida" acrescido, se for o caso, do percentual objeto da vinculação conforme previsto no respectivo contrato.
- (3) O pagamento de tal empréstimo é feito anualmente em 31 de março de cada ano, motivo pelo qual não constou em junho de 2004.
- (4) Contrato celebrado em 4 de junho de 2004, com ingresso de recursos apenas em 16 de setembro de 2004, motivo pelo qual a vinculação de receitas ainda não estava em vigor em junho de 2004.

Não há garantias de que a Emissora terá recursos suficientes para vincular as receitas nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Vinculação no evento de acionamento dos mecanismos de garantias previstos em tais contratos. Caso isto ocorra, o saldo existente ou a ser depositado na Conta Centralizadora poderá não ser suficiente para garantir o Limite Mínimo.

5.2.6 *Acesso à Conta Centralizadora*

A Emissora celebrou diversos contratos de financiamento com a Eletrobrás cujo saldo, em 30 de junho de 2004, era de aproximadamente R\$51.955 mil. Referidos contratos, além de contarem com o mecanismo de garantia de vinculação de receitas conforme descrito acima, outorgam amplos, gerais e ilimitados poderes à Eletrobrás para transferir os valores existentes em contas bancárias da Emissora perante quaisquer estabelecimentos da rede bancária, oficial ou privada, para a satisfação do pagamento de quantias que se tornarem devidas pela Emissora nos termos de tais contratos. Desta forma, eventual inadimplemento da Emissora nos contratos celebrados com a Eletrobrás daria à última o direito de acessar qualquer conta corrente da Emissora, incluindo a Conta Centralizadora. Caso isto ocorra, o saldo existente ou a ser depositado na Conta Centralizadora poderá vir a ser utilizado pela Eletrobrás para pagamento dos contratos celebrados com a Emissora, podendo não ser suficiente para cumulativamente garantir o Limite Mínimo e conseqüentemente garantir o pontual pagamento das Debêntures.

5.2.7 *Créditos do Poder Público*

A Emissora celebrou contrato de financiamento com a Faelce cujo saldo, em 30 de junho de 2004, era de aproximadamente R\$54.929 mil. Em garantia do financiamento, a Emissora cedeu à Faelce os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representados pela arrecadação das contas de energia elétrica do Poder Público efetivamente realizadas, até o montante das parcelas da dívida vencidas e não pagas. Desta forma, eventual inadimplemento da Emissora no contrato celebrado com a Faelce daria à última o direito de seqüela sobre as faturas pagas pelo Poder Público. Não há como garantir que as faturas pagas junto aos Bancos Arrecadadores não sejam provenientes de pagamentos realizados pelo Poder Público e que, portanto, estariam sujeitas à garantia constituída nos termos do contrato de financiamento celebrado com a Faelce.

5.3 **Observância pela Emissora dos Índices e Limites Financeiros**

De acordo com a Escritura de Emissão, a Emissora está obrigada a cumprir determinados índices e limites financeiros referentes aos níveis de endividamento e da capitalização. Caso a Emissora não observe tais índices e limites financeiros, as Debêntures poderão ter seu vencimento antecipado declarado. Para maiores informações, *vide* "IV. Informações Relativas à Oferta – 4.2 Características e Prazos".

5.4 **Vencimento Antecipado das Debêntures e/ou de Outras Dívidas Relevantes**

Caso ocorra a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, conforme disposto na Escritura de Emissão, e/ou de outras dívidas relevantes, as Debêntures e/ou as outras dívidas, conforme o caso, vencerão todas ao mesmo tempo e, neste caso, a Emissora poderá ter dificuldades em obter recursos financeiros suficientes para quitar todas simultaneamente.

5.5 **Contrato de Financiamento com o BEI – Eventual Redução de Recebíveis Livres da Emissora**

Em 28 de maio de 2002, a Emissora celebrou com o BEI contrato tendo por objeto o financiamento do projeto de expansão e modernização da rede elétrica do Ceará, no valor de US\$50.000.000,00, com vencimento da última parcela em 28 de maio de 2012.

O contrato dispõe que caso a Emissora conceda a terceiro qualquer garantia em relação a uma dívida, como as Debêntures, a Emissora deverá, caso solicitado pelo BEI, constituir em favor deste garantia equivalente. O BEI manifestou-se pela não constituição de tal garantia equivalente, sujeitando a decisão final (i) à aprovação das instituições financeiras garantidoras da operação; e (ii) à elevação do nível mínimo de classificação de risco (*rating*) das instituições financeiras garantidoras da operação. A Emissora está discutindo com as instituições financeiras garantidoras da operação as condições para a aprovação mencionada no item (i), já que o nível de classificação de risco (*rating*) de tais instituições atende à condição do item (ii).

Caso tais condições não sejam integralmente atendidas, a Emissora deverá constituir em favor do BEI garantia equivalente à Vinculação e ao Penhor, o que reduzirá a disponibilidade de recursos livres à Emissora, podendo afetar seus negócios e, em caso de eventual inadimplemento da Emissora com relação às Debêntures, os debenturistas.

Para maiores informações, *vide* "IX. Atividades e Mercados de Atuação – 9.23 Contratos de Financiamento Relevantes ao Desempenho das Atividades da Emissora – 9.23.5 Contrato de Financiamento com o BEI" no Prospecto.

5.6 Limitação Sobre os Ativos da Emissora

Em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das Debêntures e caso o produto da utilização e/ou excussão das Receitas Vinculadas e/ou dos Créditos Empenhados não seja suficiente para honrar as Obrigações, a execução judicial do crédito representado pelo valor devido e não pago das Debêntures pode ser prejudicada pela ausência de liquidez dos bens da Emissora passíveis de serem penhorados e vendidos judicialmente, tendo em vista que os ativos da Emissora não podem ser removidos, alienados, cedidos ou transferidos, gravados ou onerados sem a prévia anuência da ANEEL, sob pena de caducidade da Concessão. Assim sendo, a satisfação do crédito mediante penhora e venda judicial dos Ativos da Emissora poderá ser dificultada pela necessidade de prévia anuência da ANEEL para sua oneração e/ou alienação e pelas condições a serem observadas para obter-se tal anuência.

5.7 Eventual Rebaixamento nas Classificações de Risco (*Rating*) das Debêntures

Um eventual rebaixamento na classificação de risco divulgado pela agência de classificação de risco (*rating*) Moody's poderá implicar uma menor liquidez para a negociação das Debêntures, que permita aos seus titulares a pronta alienação caso estes decidam pelo desinvestimento nas Debêntures ou que o retorno esperado pelos titulares, caso decidam pelo desinvestimento, seja menor que o previsto na Escritura de Emissão. Adicionalmente, um rebaixamento das Debêntures poderá ensejar em um rebaixamento na classificação de risco da própria Emissora, o que implicará em dificuldade futura para a Emissora na captação de recursos junto ao mercado financeiro.

5.8 Súmula 176 do STJ

O STJ editou a Súmula n.º 176, declarando ser *"nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP"*. De acordo com os acórdãos que sustentam a súmula, tanto a ANBID quanto a CETIP são instituições de direito privado, destinadas à defesa dos interesses de instituições financeiras.

As Debêntures serão remuneradas com base na Taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP. Assim, numa eventual cobrança judicial das Debêntures, o entendimento da Súmula n.º 176 poderá ser aplicado para considerar que a Taxa DI não é válida como fator de remuneração das Debêntures. Neste caso, o índice que vier a ser estipulado pelo judiciário poderá conceder aos debenturistas uma remuneração inferior à da Taxa DI, prejudicando a rentabilidade das Debêntures.

5.9 Baixa Liquidez do Mercado Secundário Brasileiro

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de Debêntures. Os subscritores das Debêntures não tem nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures que queiram vendê-las no mercado secundário.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

- A. Escritura de Emissão
- B. Contrato de Vinculação
- C. Súmula da Classificação de Risco Atribuídas às Debêntures
- D. Atos Societários Relativos à Emissão das Debêntures
- E. Autorização da ANEEL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO A

Escritura de Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
NÃO CONVERSÍVEIS E QUIROGRAFÁRIAS DA PRIMEIRA EMISSÃO DE
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE

4º RTD-CAPITAL - RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 07/10/2004
REGISTRADO EM CO-R Nº AA645040

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE, companhia aberta, com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Barão de Studart 2917, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 07.047.251/0001-70, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 4200, Sala 514, Bloco 4, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, como agente fiduciário, nomeada nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

resolvem celebrar esta "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Primeira Emissão de Companhia Energética do Ceará – Coelce" ("Escritura de Emissão"), de acordo com os seguintes termos e condições:

I
DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações (i) da reunião da diretoria da Emissora realizada em 16 de abril de 2004, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará em 17 de maio de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará em 25 de maio de 2004 e nos jornais "Valor Econômico" e "Diário do Nordeste" em 21 de maio de 2004; (ii) da reunião do conselho fiscal da Emissora realizada em 27 de abril de 2004; e (iii) da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 29 de abril de 2004, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará em 28 de maio de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará e nos jornais "Valor Econômico" e "Diário do Nordeste" em 7 de junho de 2004 ("AGE"), pelas quais foram aprovadas (a) a realização de um programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, no valor de até R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ("Programa de Distribuição"); e (b) a primeira emissão de debêntures pela Emissora, amparada no Programa de Distribuição, conforme a seguir descrita.



1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



- 1.2 A AGE autorizou o conselho de administração a (i) deliberar sobre a emissão de Debêntures de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976; (ii) cancelar as Debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e (iii) cancelar as Debêntures que forem adquiridas pela própria Emissora, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as Debêntures a serem canceladas encontram-se na tesouraria da Emissora.

II DOS REQUISITOS

- 2.1 A emissão e distribuição pública das Debêntures serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:
- I. *Inscrição e registro desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão deverá ter sido (i) inscrita na Junta Comercial do Estado do Ceará; e (ii) registrada nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, e da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
 - II. *registro do Contrato de Vinculação (conforme definido abaixo).* O Contrato de Vinculação deverá ter sido registrado nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, e da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
 - III. *registro para distribuição no mercado primário.* A emissão deverá ter sido registrada para distribuição no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a subscrição liquidada pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP");
 - IV. *registro para negociação no mercado secundário.* A emissão deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário por meio (a) do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) do Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLIC");
 - V. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



7 de dezembro de 1976, da Lei n.º 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e

- VI. registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"). A emissão deverá ser registrada na ANBID no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, em atendimento ao termo 22 do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários de 16 de janeiro de 2002 ("Código de Auto-Regulação da ANBID").

III

DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 *Objeto social da Emissora.* A Emissora tem por objeto social (i) a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, execução de serviços correlatos que lhes venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e o desenvolvimento de atividades associadas aos serviços, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; (ii) a realização de estudos, planejamentos, projetos, construção e operação de sistemas de produção, transformação, transporte e armazenamento, distribuição e comércio de energia de qualquer origem ou natureza, na forma de concessão, autorização e permissão que lhes forem outorgados, com jurisdição na área territorial do Estado do Ceará, e outras áreas definidas pelo Poder Concedente; (iii) o estudo, projeto e execução de planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes de energia, em especial as renováveis, ações que desenvolverá diretamente ou em cooperação com outras instituições; (iv) o estudo, a elaboração e execução, no setor de energia, de planos e programas de desenvolvimento econômico e social em regiões de interesse da comunidade e da companhia, diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou privados, podendo, também, fornecer dados, informações e assistência técnica à iniciativa pública ou privada que revele empenho em implantar atividades econômicas e sociais necessárias ao desenvolvimento; (v) a prática de demais atos que se fizerem necessários ao objeto social, bem como a participação no capital social de outras companhias no Brasil ou no exterior, cujas finalidades sejam a exploração de serviços públicos de energia elétrica, incluindo os ligados à produção, geração, transmissão e distribuição.



- 4.1 O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será destinado ao refinanciamento de dívidas da Emissora, para reescalonamento do serviço das dívidas registradas no curto prazo.

V

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 5.1 *Número da emissão.* Esta Escritura de Emissão representa a primeira emissão de debêntures da Emissora.
- 5.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$88.527.000,00 (oitenta e oito milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 5.3 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 5.4 *Quantidade.* Serão emitidas 88.527 (oitenta e oito mil, quinhentas e vinte e sete) Debêntures.
- 5.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 5.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária (conforme definido abaixo). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLIC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLIC.
- 5.7 *Convertibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 5.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, com obrigação adicional de Vinculação e Penhor (conforme definidos abaixo) nos termos da Cláusula 5.8.2 abaixo.
- 5.8.1 *Limite de emissão.* O limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76 está cumprido, tendo em vista que o capital social da Emissora nesta data é de R\$433.057.722,64 (quatrocentos e trinta e três milhões, cinqüenta e sete mil, setecentos e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos).

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

MAIA

Registro microfilmado

Nº 193610



5.8.2 *Vinculação de receitas.* Em garantia do fiel e integral cumprimento de todas as obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no "Instrumento Particular de Vinculação de Receitas de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e Banco do Brasil S.A. ("Banco Centralizador") ("Contrato de Vinculação"), incluindo obrigações de pagar principal, juros, comissões, custos, Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), indenizações, reembolsos e despesas, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, das Debêntures e do Contrato de Vinculação, bem como do ressarcimento de toda e qualquer importância que os debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar em virtude da constituição, manutenção, utilização e/ou excussão da Vinculação e/ou do Penhor ("Obrigações"), a Emissora, pelo Contrato de Vinculação e na melhor forma de direito, vincula, em favor dos debenturistas, em caráter irrevogável e irretroatível, por meio da transferência, no tempo e modo previstos no Contrato de Vinculação, de fundos imediatamente transferíveis e disponíveis para a Conta Centralizadora (conforme definido abaixo), parte dos pagamentos decorrentes da cobrança dos serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Ceará (estes serviços, em conjunto com aqueles que venham a ser contratados ou realizados pela Emissora, doravante denominados "Serviços") a seus consumidores por meio de nota fiscal/conta de energia elétrica junto à rede bancária credenciada pela Emissora em valor correspondente ("Vinculação"):

- I. ao valor mensal equivalente a 20% (vinte por cento) do saldo devedor das Debêntures, assim entendido o saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até cada Data de Apuração (conforme definido abaixo), e dos Encargos Moratórios (se houver), multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas e não resgatadas ou canceladas ("Saldo Devedor das Debêntures") ("Limite Mínimo"); ou
- II. em caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das Obrigações e observado o disposto no parágrafo 5º da Cláusula 6ª do Contrato de Vinculação, ao valor mensal equivalente a 20% (vinte por cento) do saldo devedor das Obrigações apurado na data do inadimplemento (incluindo o Saldo Devedor das Debêntures naquela data), sem prejuízo da aplicação da Remuneração até a data da liquidação total das Obrigações ("Novo Limite Mínimo") (o *caput* e os incisos I e II em conjunto, "Receitas Vinculadas").

5.8.2.1 As Receitas Vinculadas incluem (i) o produto do pagamento dos clientes da Emissora decorrente da prestação dos Serviços; (ii) o produto do pagamento

5

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



dos clientes da Emissora decorrente de multas e penalidades aplicadas pela Emissora com relação à prestação dos Serviços; (iii) o produto do pagamento decorrente de indenizações devidas por força dos contratos de prestação dos Serviços; e (iv) quaisquer outros direitos creditórios devidos pelos clientes da Emissora oriundos, decorrentes ou relacionados à prestação dos Serviços de que a Emissora seja ou venha a se tornar titular e que aqui não estejam descritos, ou outras convenções e acordos realizados pela Emissora a respeito do fornecimento de energia elétrica aos seus clientes.

5.8.2.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.8.2 acima, a Emissora, pelo Contrato de Vinculação e na melhor forma de direito, constitui, em favor dos debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, de forma indivisível e no mesmo grau de preferência, nos termos do artigo 1.451 e seguintes do Código Civil, penhor sobre os créditos depositados junto ao Banco Centralizador decorrentes (i) dos recursos recebidos por conta da Emissora em pagamento das Receitas Vinculadas; e (ii) dos recursos a que se referem os parágrafos 2º e 3º da Cláusula 4ª do Contrato de Vinculação, em ambos os casos mantidos em depósito na conta corrente de titularidade da Emissora n.º 5893-9, aberta e mantida pela Emissora exclusivamente para esse fim na agência n.º 1604-7 do Banco Centralizador ("Conta Centralizadora"), independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, ressalvada, no caso de trânsito ou compensação bancária, a liberação para a Conta Movimento (conforme definido no Contrato de Vinculação) nos termos do parágrafo 2º da Cláusula 5ª do Contrato de Vinculação ("Créditos Empenhados") ("Penhor").

5.8.2.3 Até o último dia útil (inclusive) de cada mês (sendo o último dia útil de cada mês considerado uma "Data de Aparação"), o valor dos recursos recebidos em pagamento das Receitas Vinculadas que tenham sido depositados na Conta Centralizadora durante o respectivo mês, ainda que liberado nos termos do parágrafo 2º da Cláusula 5ª do Contrato de Vinculação, deverá ser equivalente a, no mínimo, o Limite Mínimo.

5.8.2.4 Sem prejuízo do disposto no Contrato de Vinculação, se, entretanto, em decorrência do vencimento antecipado das Debêntures ou do vencimento das Debêntures sem pagamento dos valores devidos na Data de Vencimento (conforme definido abaixo), a quantia retida e transferida à Instituição Depositária em um mês exceder o Novo Limite Mínimo, a Instituição Depositária colocará o saldo excedente à disposição da Emissora na Conta Movimento, em até 1 (um) dia útil contado da data do referido pagamento, em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis.

5.9 Colocação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



distribuição de valores mobiliários, com colocação mediante regime de garantia firme, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, independentemente de qualquer ordem cronológica, o coordenador da distribuição das Debêntures ("Coordenador Líder") e/ou os clientes do Coordenador Líder que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures.

- 5.10 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio do SND e do Bovespa Fix.
- 5.11 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 20 de fevereiro de 2004 ("Data de Emissão").
- 5.12 *Prazo e data de vencimento.* As Debêntures terão prazo de vencimento de 96 (noventa e seis) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de fevereiro de 2012 ("Data de Vencimento").
- 5.13 *Prazo de subscrição.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures.
- 5.14 *Preço de subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido abaixo) ("Preço de Subscrição").
- 5.15 *Forma de subscrição e de integralização.* A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição deverá ser feito à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional.
- 5.16 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em 8 (oito) parcelas iguais, anuais e sucessivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão até a Data de Vencimento, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de fevereiro de 2005 ("Amortização" ou "Amortizações").
- 5.17 *Remuneração.* Sobre o saldo do Valor Nominal incidirão juros remuneratórios correspondentes a 116% (cento e dezesseis por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis

[Handwritten signatures and initials]

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

5.17.1 *Periodicidade de pagamento da Remuneração.* A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de agosto de 2004 e o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior à data de pagamento.

5.17.2 *Fórmula para cálculo da Remuneração.* A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$JR = VN \times [FatorDI - 1]$, onde:

JR = valor da Remuneração a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VN = saldo do Valor Nominal unitário no início de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento; e

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times 5/100 \right) \right], \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total das Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{360}{365}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n.$$

DI_k = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "k";

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado
Nº 193 510



d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo número inteiro; e

S = 116,00 (cento e dezesseis).

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k \times S/100)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k \times S/100)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo entre 2 (duas) datas de pagamento da Remuneração, sendo que o primeiro Período de Capitalização tem início na Data de Emissão e término na data do primeiro pagamento da Remuneração. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data de pagamento da Remuneração do Período de Capitalização anterior e término na data de pagamento da Remuneração subsequente, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.

5.17.3 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI exceder o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 5.17.4 abaixo para a definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

5.17.4 No caso de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos, de extinção ou de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia

[Handwritten signatures and initials]

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



("Taxa Selic"). No caso de ausência de apuração e divulgação da Taxa Selic por mais de 10 (dez) dias consecutivos, de ocorrência de impossibilidade legal de aplicação da Taxa Selic às Debêntures, o Agente Fiduciário convocará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data em que foi verificada a impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, assembléia geral de debenturistas, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures. Até que esse novo parâmetro seja estabelecido de comum acordo com a Emissora na assembléia geral de debenturistas mencionada nesta Cláusula, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI ou Taxa Selic (conforme a taxa que tenha sido utilizada até a data do evento que deu causa à convocação da assembléia geral de debenturistas), divulgada oficialmente, acrescida do percentual da Taxa DI ou Taxa Selic, conforme o caso, aplicável, calculada *pro rata temporis*, até a data da deliberação da assembléia geral de debenturistas. Caso não haja, entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), acordo sobre o novo parâmetro de remuneração, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva assembléia geral de debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a última Taxa DI ou Taxa Selic, conforme o caso, divulgada oficialmente. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

5.18 *Repactuação.* Não haverá repactuação.

5.19 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora, para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando, recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado
Nº 193610



- 5.20 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").
- 5.21 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 5.22 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes a todos e quaisquer valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 5.22.1 Caso qualquer debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.
- 5.23 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados (i) pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos; ou (ii) pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou com feriados bancários na Cidade de São Paulo.
- 5.24 *Publicidade.* Exceto os anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados somente no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Ceará e nos jornais "Gazeta Mercantil", edição nacional, e "O Povo", e por meio do site

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193 610



da Emissora (www.coelce.com.br) na Internet, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da última publicação do aviso.

- 5.25 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

I. para a Emissora:

Companhia Energética do Ceará – Coelce
Av. Barão de Studart 2917
60127-900 Fortaleza, CE
At.: Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (85) 216 1350
Fac-símile: (85) 216 1401
Correio Eletrônico: investor@coelce.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. D.T.V.M.
Av. das Américas 4200, Sala 514, Bloco 4
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Maurício da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385 4565
Fac-símile: (21) 3385 4046
Correio Eletrônico: pentagono@pentagonotrustee.com.br

III. para a Instituição Depositária:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar
06029-900 Osasco, SP
At.: Departamento de Ações e Custódia
Telefone: (11) 3684 4522
Fac-símile: (11) 3684 5645

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Registro microfilmado
Nº 193 610



- 5.26 *Instituição depositária e banco mandatário.* O Banco Bradesco S.A. será a instituição prestadora de serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures ("Instituição Depositária").

VI

DO VENCIMENTO ANTECIPADO

- 6.1 O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* (e, no caso do inciso II abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.1.3 abaixo), e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- I. (a) pedido de auto-falência (i) da Emissora; (ii) da CERJ – Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro ("CERJ"), enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa S.A. ("Endesa España"); ou (iii) de qualquer controladora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora ou da CERJ, esta última enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España; (b) decretação de falência (i) da Emissora; (ii) da CERJ, enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España; ou (iii) de qualquer controladora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora ou da CERJ, esta última enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España; ou (c) pedido de concordata formulado (i) pela Emissora; (ii) pela CERJ, enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España; ou (iii) por qualquer controladora ou por qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora ou da CERJ, esta última enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España (ou, relativamente a qualquer um dos casos deste inciso, qualquer procedimento judicial análogo previsto na legislação que substituirá ou complementará a atual legislação sobre falências e concordatas);
- II. não pagamento, pela Emissora, das Amortizações, da Remuneração, e/ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contado das suas respectivas datas de vencimento;
- III. o Contrato de Vinculação (a) for objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por terceiros que não o Agente Fiduciário ou os titulares das Debêntures, desde que, em qualquer dos casos, impeça ou

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



restringa o cumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Circulação, (b) não for implementado; (c) for anulado; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido;

- IV. vencimento antecipado de qualquer dívida cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais conforme cotação divulgada pelo Banco Central do Brasil, via SISBACEN, no Boletim de Taxas de Câmbio e de Mercado, código PTAX800, opção 5/venda, moeda 220, verificada para a liquidação financeira de obrigações vencíveis em determinada data e devidamente divulgada pelo Banco Central do Brasil no dia útil imediatamente anterior à data do evento ("Taxa de Conversão") (a) da Emissora; (b) da CERJ, enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España; ou (c) de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora ou da CERJ, esta última enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España;
- V. falta de pagamento de quaisquer dívidas líquidas, certas e exigíveis, como e quando tal dívida venha a vencer, observado qualquer período de carência aplicável, em valor agregado igual ou superior a US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais pela Taxa de Conversão, não sanado em até 30 (trinta) dias, a contar do inadimplemento da obrigação (a) pela Emissora; (b) pela CERJ, enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España; ou (c) por qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora ou da CERJ, esta última enquanto controlada direta ou indiretamente por Endesa España, ressalvadas as dívidas entre quaisquer das empresas mencionadas nas alíneas (a), (b) e (c) deste inciso e destas com quaisquer das empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Endesa España (sem envolver dívidas com qualquer terceiro), com relação às quais nenhum procedimento, judicial ou extrajudicial, de cobrança tenha sido iniciado;
- VI. protesto legítimo de títulos cujo valor unitário seja igual ou superior a (a) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas) contra a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora; ou (b) R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas) contra a CERJ ou qualquer controlada, direta ou indireta, da CERJ, enquanto a CERJ for controlada direta ou indiretamente por Endesa España, salvo se, em qualquer dos casos deste inciso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

1º CARTÓRIO
JURÍDICO
MIAIA

Registro microfilmado
Nº 193516



contado da data do protesto, tiver sido comprovado pelo Agente Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de [illegible]; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo ou tiverem sido oferecidas outras garantias aceitas em juízo;

- VII. perda, pela Emissora, da concessão para a prestação dos Serviços;
- VIII. alteração, perda, compartilhamento de forma diversa do compartilhamento existente nesta data ou não exercício, de forma direta ou indireta, do controle da Emissora, tal como definido no artigo 116 da Lei n.º 6.404/76, que rebaixe ou mantenha a classificação de risco (*rating*) atribuída inicialmente à emissão em nível inferior à classificação elaborada por agência de classificação de risco conceituada, em escala nacional, equivalente, no mínimo, a brBBB-, conforme escala da Standard & Poor's. Para os fins do disposto neste inciso, a convocação da agência de classificação de risco para que seja realizada a atualização da classificação de risco das Debêntures deve ser feita em até 10 (dez) dias, contados da data em que for publicado o fato relevante sobre o evento em questão, sob pena de, em não sendo feita referida convocação, o Agente Fiduciário declarar o vencimento antecipado das Debêntures. Na hipótese da referida agência de classificação de risco, por qualquer motivo, não atualizar a classificação de risco das Debêntures, a Emissora, de comum acordo com o Agente Fiduciário, deverá providenciar a substituição da mesma por outra agência, com igual qualidade e nível de excelência (preferencialmente Standard & Poor's, Moody's ou Fitch), sob pena do Agente Fiduciário declarar o vencimento antecipado das Debêntures se a responsabilidade pela não substituição for atribuída, de qualquer forma, à Emissora. Fica desde já certo e ajustado que não ensejará o vencimento antecipado de que trata esta Cláusula nem justificará a necessidade de nova classificação de risco (*rating*), as hipóteses de cessão, transferência ou alienação, a qualquer título, de forma direta ou indireta, de ações de emissão da Emissora desde que o controle direto ou indireto da Emissora permaneça sob a titularidade de Endesa España;
- IX. fusão, incorporação ou cisão da Emissora, salvo se (a) a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação; ou (b) tiver sido assegurado aos debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação das atas das assembleias gerais relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo saldo do Valor Nominal, acrescido da

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;

- X. não cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Vinculação, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica (a) a qualquer outro inciso desta Cláusula; e (b) à obrigação de manutenção do Limite Mínimo ou a qualquer cláusula ou a qualquer outra hipótese prevista no Contrato de Vinculação cujo inadimplemento tenha prazo para ser sanado;
- XI. pagamento, pela Emissora, de dividendos, exceto os obrigatórios por lei ou pelo estatuto social da Emissora em vigor nesta data, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures;
- XII. quaisquer das operações previstas neste inciso envolvendo, se for o caso, a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora (sendo certo que qualquer das operações abaixo entre a Emissora e qualquer de suas controladas não será considerada para os fins deste inciso): (a) fusão (excluindo a Emissora); (b) incorporação (excluindo a incorporação da Emissora mas incluindo a incorporação pela Emissora); (c) cisão (excluindo a Emissora); (d) aquisição de todos os ativos de outra sociedade ou de parcela substancial dos mesmos; (e) aquisição de participação no capital social de qualquer sociedade, sob qualquer forma, seja por aquisição ou subscrição de participação societária ou qualquer título ou valor mobiliário conversível em participação societária; (f) venda ou transferência de todos os ativos ou de parcela substancial dos mesmos; (g) alteração na condução dos negócios ou de parcela substancial dos mesmos, como vêm sendo atualmente conduzidos; ou (h) qualquer outro ato ou operação que tenha como resultado o mesmo de qualquer uma das operações acima; desde que, em qualquer dos casos deste inciso, rebaixe ou mantenha, a qualquer tempo, (i) a classificação de risco (*rating*) das Debêntures atribuída inicialmente à emissão em nível inferior à classificação elaborada por agência de classificação de risco conceituada, em escala nacional, equivalente, no mínimo, a brBBB-, conforme escala da Standard & Poor's; e/ou (ii) no desenquadramento dos índices e limites a que se refere o inciso XVIII abaixo;

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



- XIII. venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência (a) pela Emissora ou por qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, de bens do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos, mas excluindo eventual reclassificação contábil de ágio) ou de participação em outras sociedades (incluindo direitos de subscrição e títulos ou valores mobiliários conversíveis em participação societária) cujo valor unitário ou agregado durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores seja igual ou superior a US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas), convertido em reais pela Taxa de Conversão, sem a aplicação integral, no prazo de 90 (noventa) dias da data em que tais recursos se tornaram disponíveis à Emissora e/ou às suas controladas, conforme o caso, dos recursos líquidos (i) no pagamento de dívidas de sua titularidade, excluídas as dívidas entre quaisquer das seguintes sociedades: a Emissora, quaisquer controladoras ou controladas, diretas ou indiretas, ou coligadas da Emissora; ou (ii) na aquisição de bens de mesmo valor, que irão integrar o ativo permanente da Emissora ou de suas controladas, conforme o caso;
- XIV. mudança do objeto social da Emissora na qual acionistas exerçam seu direito de recesso;
- XV. as declarações previstas na Cláusula 10.1 abaixo provarem-se inverídicas ou incorretas em qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas;
- XVI. realização, pela Emissora, de operação, negócio ou atividade não contemplado em seu objeto social que possa comprovadamente comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Vinculação;
- XVII. (a) celebração, pela Emissora, na qualidade de mutuante, de contratos de empréstimo em dinheiro, ou qualquer forma de repasse ou empréstimo, pela Emissora, de recursos financeiros, incluindo por meio de assunções de dívidas ou compromissos, subscrições de títulos ou valores mobiliários, adiantamentos para futuro aumento de capital, aumentos de capital e aquisição de ações resgatáveis, (i) a qualquer controlada, direta ou indireta, ou coligada da Emissora, cujo valor unitário ou agregado exceda, a qualquer tempo, 20% (vinte por cento) do EBITDA da Emissora; ou (ii) a qualquer acionista, direto ou indireto, da Emissora; ou (iii) a qualquer terceiro; ou (b) permissão, pela Emissora, que qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora celebre, na qualidade de mutuante, contratos de empréstimo em dinheiro, ou de qualquer forma repasse ou empreste recursos

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



financeiros, incluindo por meio de assunções de dívidas e compromissos, subscrições de títulos ou valores mobiliários, adiantamentos para futuro aumento de capital, aumentos de capital e aquisição de ações resgatáveis, a qualquer entidade, pessoa física ou pessoa jurídica que não seja a Emissora ou uma controlada da Emissora;

XVIII. falta de enquadramento da Emissora, ao final de cada semestre de seu exercício social em que existirem Debêntures em circulação, dentro dos seguintes índices e limites financeiros, a serem apurados com base nas demonstrações financeiras da Emissora preparadas e entregues pela Emissora ao Agente Fiduciário de acordo com o disposto nas alíneas (a) e (b) do inciso I da Cláusula 7.1 abaixo:

- (a) EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas Desembolsadas igual ou superior a (i) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) em 2004; e (ii) 3 (três) a partir de 2005 até a Data de Vencimento;
- (b) Dívida Bancária Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3 (três) até a Data de Vencimento;
- (c) Dívida Bancária Líquida/Patrimônio Líquido igual ou inferior a 0,7 (sete décimos) até a Data de Vencimento; e
- (d) DSCR (*Debt Service Credit Ratio*) = EBITDA/Serviço da Dívida igual ou superior a (i) 1,2 (um inteiro e dois décimos) em 2004 e 2005; e (ii) igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos) a partir de 2006 até a Data de Vencimento; ou

XIX. não manutenção, pela Emissora, de seguro adequado para os seus bens, conforme práticas correntes de mercado, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário.

Para os fins desta Escritura de Emissão, aplicar-se-ão as seguintes definições:

"Despesas Financeiras Líquidas Desembolsadas": cálculo considerando os últimos 12 (doze) meses (incluindo o mês da base de cálculo): Despesas Financeiras (Encargos de Dívidas (DRE)) decorrentes de Dívidas Bancárias, efetivamente desembolsadas, excluindo operações relativas a Ativo Regulatório e Variações Monetárias (DRE), e deduzidas as Receitas Financeiras (rendas de aplicações financeiras, acréscimos moratórios sobre contas de energia) do mesmo período.

"Dívida Bancária Líquida": cálculo considerando os últimos 12 (doze) meses (incluindo o mês da base de cálculo): Saldo de Dívidas Bancárias (excluindo operações relativas a Ativo Regulatório e Eletrobras), deduzido o saldo de

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



Disponibilidades e Depósitos Vinculados (aplicações financeiras e contas reservas vinculadas a operações de crédito).

"EBITDA": cálculo considerando os últimos 12 (doze) meses (incluindo o mês da base de cálculo): Resultado do Serviço (DRE) (+) Depreciação (+) Amortização (incluindo efeito do ágio pela aquisição da Emissora) (+) Provisões Operacionais (fiscais, trabalhistas, cíveis e crédito de liquidação duvidosa).

"Patrimônio Líquido": Saldo do Patrimônio Líquido do mês da base de cálculo.

"Serviço da Dívida": cálculo considerando os últimos 12 (doze) meses (incluindo o mês da base de cálculo): Despesas Financeiras (Encargos de Dívidas (DRE)) decorrentes de Dívidas Bancárias, efetivamente desembolsadas, excluindo operações relativas a Ativo Regulatório e Variações Monetárias (DRE), e deduzidas as Receitas Financeiras (rendas de aplicações financeiras, acréscimos moratórios sobre contas de energia) do mesmo período (+) amortizações efetivamente realizadas com Dívidas Bancárias (excluindo amortizações relativas a Ativo Regulatório, pagamentos de dívidas realizados com saldo de caixa e depósito vinculado na posição de novembro de 2003 e rolagens de dívidas que não impliquem em acréscimo líquido do saldo de dívidas) (-) saldo de Disponibilidades e Depósitos Vinculados (aplicações financeiras e contas reservas vinculadas a operações de crédito).

6.1.1 Observados os prazos de cura e demais ressalvas previstos na Cláusula 6.1 acima, ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I a IX da Cláusula 6.1 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, sendo certo que os eventos previstos nos incisos I, IV, V e VI que envolvam qualquer inadimplemento da CERJ ou de suas controladoras ou controladas, enquanto a CERJ for controlada direta ou indiretamente por Endesa España, serão objeto de deliberação dos debenturistas nos termos da Cláusula 6.1.2 abaixo.

6.1.2 Observados os prazos de cura e demais ressalvas previstos na Cláusula 6.1 acima, ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos na Cláusula 6.1 acima (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.1.1 acima), que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 8.9.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada sua ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembléia de

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



debenturistas, os debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia de debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

- 6.1.3 Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II da Cláusula 6.1 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

VII

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

- 7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil – explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices e limites a que se refere o inciso XVIII da Cláusula 6.1 acima – e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Vinculação, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos índices e limites a que se refere o inciso XVIII da Cláusula 6.1 acima;
- (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil – explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices e

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



limites a que se refere o inciso XVIII da Cláusula 6.1 acima, quando for o caso – e declaração de que está em cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Vinculação, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos índices e limites a que se refere o inciso XVIII da Cláusula 6.1 acima, quando for o caso;

- (c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
 - (d) informações sobre alterações de titularidade de ações de emissão da Emissora no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento do relatório enviado de tempos em tempos pela instituição depositária das ações da Emissora;
 - (e) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições (i) desta Escritura de Emissão e do Contrato de Vinculação imediatamente; e (ii) de quaisquer contratos relevantes à sua respectiva atividade, de que a Emissora seja parte no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data do descumprimento, respeitadas as normas e regulamentos da CVM sobre divulgação de fato relevante; e
 - (f) qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva solicitação, respeitadas as normas e regulamentos da CVM sobre divulgação de fato relevante;
- II. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, ressalvadas as leis, regulamentos e normas administrativas (i) que estão sendo questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito; e (ii) cujo inadimplemento não cause ou tenha a capacidade de causar um efeito materialmente adverso nas condições econômicas ou outras da Emissora;
- III. manter e fazer com que suas controladas mantenham, todas as licenças operacionais, ambientais, de funcionamento e demais licenças, em qualquer caso essenciais à consecução e desenvolvimento de seu objeto social;

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



- IV. manter o pagamento ou questionar, de boa-fé e com razoáveis fundamentos de direito, nas competentes esferas administrativas e judicial, todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária e ambiental e quaisquer outras obrigações impostas por lei, comprovando ao Agente Fiduciário, por meio de documento hábil, sempre que exigido, o cumprimento destas obrigações;
- V. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- VI. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, observando as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- VII. manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- VIII. manter todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e do Contrato de Vinculação e ao cumprimento de todas as obrigações ali e aqui previstas, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, incluindo as autorizações necessárias da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- IX. manter sua programação financeira devidamente adequada, de forma a atender, integral e tempestivamente, todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Vinculação;
- X. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas despesas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Vinculação, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Centralizador, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Bovespa Fix) e a agência de classificação de risco prevista nesta Escritura de Emissão;
- XI. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.7 abaixo;
- XII. notificar imediatamente o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de debenturistas pela Emissora;

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



- XIII. comparecer às assembleias de debenturistas sempre que solicitada;
- XIV. contratar para o início da distribuição pública das Debêntures: manter atualizada, pelo menos anualmente, a classificação de risco das Debêntures, elaborada pela Moody's, devendo, ainda, (a) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue o relatório com a respectiva súmula da classificação de risco; (b) entregar ao Agente Fiduciário o relatório com a respectiva súmula da classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do respectivo recebimento pela Emissora; e (c) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação de risco concedida às Debêntures e o início de qualquer processo de revisão de tal classificação de risco;
- XV. sempre que a Emissora realizar qualquer das operações previstas no inciso XII da Cláusula 6.1 acima e respeitadas as normas e regulamentos da CVM sobre divulgação de fato relevante, (a) informar o Agente Fiduciário, por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da realização da respectiva operação; (b) contratar a agência de classificação de risco Moody's para realizar a revisão da classificação de risco das Debêntures e da Emissora ou da empresa resultante, devendo os respectivos relatórios de classificação de risco ser enviados ao Agente Fiduciário no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva operação; e (c) efetuar o cálculo dos limites e índices a que se refere o inciso XVIII da Cláusula 6.1 acima, entregando ao Agente Fiduciário cópia de suas últimas demonstrações financeiras trimestrais, pro-forma, refletindo a operação realizada, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil – explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices e limites e acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos índices e limites; e
- XVI. cumprir com todas as obrigações assumidas no Contrato de Vinculação, praticando todos os atos para que a Vinculação e o Penhor permaneçam válidos e eficazes até o cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Vinculação.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610

VIII

DO AGENTE FIDUCIÁRIO



- 8.1 A Emissora constitui e nomeia agente fiduciário dos debenturistas da emissão objeto desta Escritura de Emissão, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.
- 8.2 O Agente Fiduciário declara neste ato que:
- I. não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
 - II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
 - III. aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
 - IV. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil;
 - V. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983;
 - VI. verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;
 - VII. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
 - VIII. verificou a regularidade da constituição da Vinculação e do Penhor, bem como o atendimento ao Limite Mínimo, e observará a manutenção da suficiência do Limite Mínimo, observado o prazo a que se refere a Cláusula 5.8.2.3 acima, e exequibilidade da Vinculação e do Penhor;
 - IX. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



- X. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- XL esta Escritura de Emissão constitui obrigação do Agente Fiduciário exequível de acordo com os seus termos e condições.
- 8.2.1 O Agente Fiduciário obriga-se, de forma irrevogável e irretirável, a indenizar os debenturistas e o Coordenador Líder por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas e pelo Coordenador Líder em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 8.2 acima.
- 8.2.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.2.1 acima, o Agente Fiduciário compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas e o Coordenador Líder caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.
- 8.3 A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.
- 8.4 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia geral de debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Se a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria assembléia geral de debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.4.6 abaixo.
- 8.4.1 Na hipótese do Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.
- 8.4.2 Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado
Nº 193610



- 8.4.3 É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 8.4.4 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.
- 8.4.5 Os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.
- 8.4.6 O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (i) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembléia geral de debenturistas; ou (ii) a assembléia geral de debenturistas a que se refere a Cláusula 8.4 acima não delibere sobre a matéria.
- 8.4.7 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, averbado na Junta Comercial do local de registro desta Escritura de Emissão e nos cartórios de registro de títulos e documentos a que se refere o inciso II da Cláusula 2.1 acima, conforme previsto no artigo 5º da Instrução CVM n.º 28/83.
- 8.4.8 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 5.24 acima.
- 8.4.9 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a Data de Vencimento.
- 8.4.10 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.5 Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:
- I. parcelas trimestrais no valor de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) cada, sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil subsequente à data de assinatura desta Escritura de Emissão e as demais, na mesma data dos trimestres subsequentes até a Data de Vencimento ou, se for o

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Registro microfilmado
Nº 193610



caso, o cancelamento das Debêntures. O valor da unidade deverá ser calculado *pro rata die* até a Data de Vencimento.

- II. o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
 - III. o valor das parcelas será atualizado anualmente pela variação acumulada do IGPM, desde a data de assinatura desta Escritura de Emissão até a data de pagamento de cada parcela, calculado *pro rata die*, se necessário;
 - IV. a remuneração acima será devida até o cancelamento das Debêntures e mesmo após o vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
 - V. a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas razoáveis e devidamente comprovadas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da sua função, sendo tais despesas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação;
 - VI. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, exceto se o Agente Fiduciário não cumprir com sua obrigação referida no inciso II acima; e
 - VII. as parcelas serão acrescidas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 8.5.1 Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas devidamente comprovadas com especialistas, caso sejam consideradas necessárias em base razoável, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas.
- 8.6 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis, observados os padrões de mercado, em que tenha comprovadamente incorrido

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 5 (cinco) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas razoáveis a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros comprovados, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

- 8.6.1 Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 8.6 acima os debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação.
- 8.7 As despesas a que se refere a Cláusula 8.6 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:
- I. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - II. extração de certidões;
 - III. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
 - IV. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.
- 8.7.1 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado



na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora as mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.8 Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Vinculação, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- II. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- IV. verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, conforme já verificado nos termos da declaração prevista no inciso VI da Cláusula 8.2 acima;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, conforme já verificado nos termos da declaração prevista no inciso VII da Cláusula 8.2 acima;
- VI. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. verificar a regularidade da constituição da Vinculação e do Penhor, bem como o atendimento ao Limite Mínimo, conforme já verificado nos termos da declaração prevista no inciso VIII da Cláusula 8.2 acima, e observar a manutenção da suficiência do Limite Mínimo e exequibilidade da Vinculação e do Penhor;
- X. intimar a Emissora a reforçar o Limite Mínimo nos termos do Contrato de Vinculação;

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



- XI. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos;
- XII. solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- XIII. convocar, quando necessário, assembleia geral de debenturistas e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembleia geral de debenturistas;
- XIV. comparecer à assembleia geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da realização da assembleia geral de debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembleia geral de debenturistas;
- XV. elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, relativos aos exercícios sociais da Emissora e ao primeiro, segundo e terceiro trimestres dos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização, resgate e pagamento de Remuneração das Debêntures eventualmente realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação de bens e valores entregues à sua administração;

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Vinculação;
- (i) declaração acerca da suficiência do Limite, apresentando demonstrativo bancário;
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XVI. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XV acima aos debenturistas da seguinte forma: (a) relatório relativo ao exercício social anterior, até o dia 30 de abril de cada ano; (b) relatório relativo ao primeiro trimestre de cada exercício social, até o dia 31 de maio de cada ano; (c) relatório relativo ao segundo trimestre de cada exercício social, até o dia 31 de agosto de cada ano; e (d) relatório relativo ao terceiro trimestre de cada exercício social, até o dia 30 de novembro de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no local por ele indicado;
- (c) na CVM;
- (d) na CETIP e na Bovespa; e
- (e) junto à instituição de liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

XVII. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 5.24 acima, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XV acima encontra-se à sua disposição nos locais indicados no inciso XVI acima;

XVIII. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CETIP e à CBLC, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a CETIP, a CBLC, e a Instituição Depositária a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos debenturistas;

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193 610



- XIX. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações obtidas da Emissora e informações públicas;
- XXI. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Vinculação, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- (a) à CVM;
 - (b) à CETIP e à Bovespa; e
 - (c) à Emissora; e
- XXII. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto nas Cláusulas 8.5, 8.6 e 8.7 acima; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários.
- 8.9 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos na Cláusula 6.1 acima, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 6.1 a 6.1.2 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. observado o disposto no Contrato de Vinculação, utilizar a Receita Vinculada e/ou os Créditos Empenhados, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
 - III. requerer, se assim deliberado pela assembléia de debenturistas, a fulcência da Emissora se não existirem garantias reais;
 - IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



V. representar os debenturistas em processo de falência concordata, ou, se for o caso, intervenção ou liquidação extrajudicial da falência.

- 8.9.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.1 a 6.1.2 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a IV da Cláusula 8.9 acima se, convocada a assembleia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares de todas as Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso V da Cláusula 8.9 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

IX

DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 9.1 Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 9.2 A assembleia de debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A assembleia de debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.3.1 Para os fins de apuração do quorum de instalação em qualquer assembleia de debenturistas, serão excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora.
- 9.4 A presidência da assembleia de debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.
- 9.5 Nas deliberações da assembleia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.
- 9.5.1 Para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer assembleia de debenturistas, serão excluídos os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora, ou qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



- 9.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias dos debenturistas.
- 9.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.8 Aplica-se à assembleia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembleia geral de acionistas.

X

DAS DECLARAÇÕES

10.1 A Emissora neste ato declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, o Contrato de Vinculação e os demais contratos relacionados às Debêntures e à Vinculação e ao Penhor e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. esta Escritura de Emissão e o Contrato de Vinculação e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- IV. a celebração e os termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Vinculação e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, bem como a colocação das Debêntures e a Vinculação e o Penhor, não comprometem a operacionalização e a continuidade da prestação dos Serviços e não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, inclusive com relação aos contratos celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, desde que, no caso desta alínea (a), o valor mensal da Vinculação não exceda o montante total de R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) a qualquer tempo; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto (i) por aqueles já existentes na presente data; (ii) pela Vinculação e pelo Penhor; e (iii) pelas garantias equivalentes à Vinculação e ao Penhor a serem constituídas pela Emissora em favor

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado
Nº 193610



de European Investment Bank ("BEI") em ocorrência de contrato celebrado entre a Emissora e o BEI em 28 de maio de 2002; Emissora não observe as solicitações do BEI; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- V. os prospectos e os suplementos preliminares (se for o caso) e definitivos de distribuição das Debêntures ("Prospectos"), de boa-fé, (a) contêm, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das Debêntures, da Emissora e suas atividades e situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às atividades da Emissora; (b) não contêm declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes, tendo feito todos os esforços para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos são verdadeiros; e (c) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código de Auto-Regulação da ANBID;
- VI. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- VII. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2002 e 2003 e aos períodos encerrados em 30 de junho de 2003 e 2004 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- VIII. exceto se de outra forma informado nos Prospectos, em seu melhor conhecimento, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios ressalvadas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito;
- IX. ressalvadas as obrigações, informadas nos Prospectos, que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



X. ressalvadas as contingências informadas nos Prospectos, não em conhecimento de (a) descumprimento de qualquer obrigação contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou em suas atividades; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar as Receitas Vinculadas os Créditos Empenhados, a Conta Centralizadora, esta Escritura de Emissão ou o Contrato de Vinculação; e

XI. em seu melhor conhecimento não há, nesta data, (a) quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra a Emissora, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; ou (b) dívida vencida e não paga de responsabilidade da Emissora, de valor unitário ou agregado igual ou superior a US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) (ou seu contravalor em outras moedas) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão.

10.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatível, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelo Coordenador Líder em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder caso qualquer das declarações aqui prestadas comprove-se inverídica ou incorreta na data em que foi prestada.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



XI

DAS DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com estruturação, emissão, registro, distribuição e execução das Debêntures e da Vinculação e do Penhor, incluindo publicações, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, à Vinculação e ao Penhor.

XII

DA RENÚNCIA

- 12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XIII

DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E DA EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193610



- 14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

XV
DO FORO

- 15.1 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 1º de outubro de 2004

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Nome: CARLOS EDUARDO FERREIRA
Cargo: DIRETOR GERAL

Nome: AROLDO CARLOS ALVES TEIXEIRA
Cargo: DIRETOR GERAL

PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

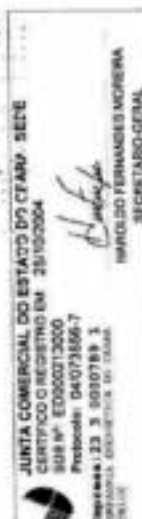
Nome: Maurício da Costa Ribeiro
Cargo: Diretor

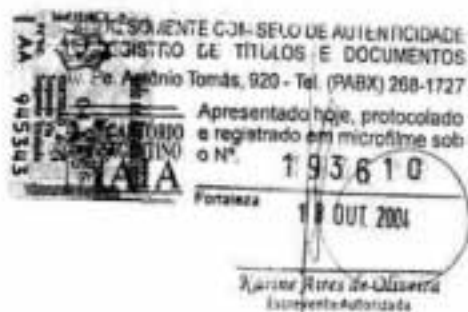
Nome: LILIA DOS SANTOS DA
Cargo: PROCURADORA

Testemunhas:

Nome: EDUARDO SOARES GOMES
Id.: 09933924-4 SP
CPF/MF: 074672337-48

Nome: SARGIO R. L. G. L. L.
Id.: 06705425-4 SP
CPF/MF: 911702547-72





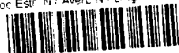
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO B

Contrato de Vinculação

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

4ºRTD-RJ - 645039
Emolumento 247,30 / Distribuidor 8,80
Mutua ACCO-TERJ 6,69 / FETJ 1,51
Total Emolumentos R\$ 315,30
PARA Mês 5 - Nome(s) A - Págs 26
Proc. Egr. N° / Averc. N° / Orig.



1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193609

INSTRUMENTO PARTICULAR DE VINCULAÇÃO DE RECEITAS E OUTRAS AVECTAS CAPITAL - RJ

APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 07/10/2004
REGISTRADO EM CD-R Nº AAA645039

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE, companhia aberta, com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Barão de Studart 2917, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 07.047.251/0001-70, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 4200, Sala 514, Bloco 4, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, como agente fiduciário, nomeada na Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela e aqui interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo); e

BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista federal, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, por sua Agência Empresarial, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Duque de Caxias 560, 2º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 00.000.000/4289-73, neste ato representado nos termos de seu estatuto social ("Banco Centralizador");

CONSIDERANDO que:

- (A) a Emissora é concessionária dos serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Ceará (estes serviços, em conjunto com aqueles que venham a ser contratados ou realizados pela Emissora, doravante denominados "Serviços");
- (B) a Emissora efetua a cobrança dos Serviços prestados a seus consumidores por meio de nota fiscal/conta de energia elétrica ("Contas de Energia");
- (C) os clientes e consumidores da Emissora realizam os pagamentos decorrentes da cobrança das Contas de Energia junto à rede de agentes credenciados pela Emissora ("Arrecadação");
- (D) as instituições financeiras relacionadas no Anexo I ("Arrecadores"), dentre outras, são credenciadas pela Emissora para prestação de serviços relacionados com o recebimento de parte da Arrecadação;
- (E) a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram, nesta data, a "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Primeira Emissão de Companhia Energética do Ceará – Coelce", e seus posteriores aditamentos ("Escritura de Emissão"), que estabelece os termos e condições da primeira emissão de debêntures pela Emissora, no valor total de R\$88.527.000,00 (oitenta e oito milhões



[Handwritten signatures and initials]

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193509



quinhentos e vinte e sete mil reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Debêntures");

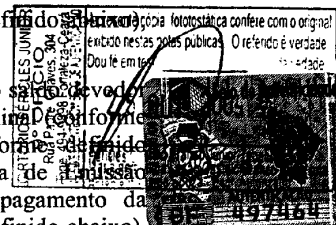
- (F) em garantia do cumprimento de todas as obrigações da Emissora previstas na Escritura de Emissão, a Emissora obrigou-se, em caráter irrevogável e irretratável, a (i) vincular, em favor dos debenturistas, parte de sua Arrecadação; e (ii) empenhar, em favor dos debenturistas, os direitos creditórios de titularidade da Emissora relacionados ao item (i) acima; e
- (G) a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL aprovou a Vinculação e o Penhor (conforme definidos abaixo) de acordo com os termos e condições estipulados neste instrumento por meio do Ofício n.º 315/2004-SFF/ANEEL, de 2 de março de 2004, e do Ofício n.º 1296/2004-SFF/ANEEL, de 4 de agosto de 2004;

resolvem celebrar este "Instrumento Particular de Vinculação de Receitas de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Contrato"), de acordo com os termos e condições seguintes:

I. DA VINCULAÇÃO DE RECEITAS

CLÁUSULA 1ª – Em garantia do fiel e integral cumprimento de todas as obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão e neste Contrato, incluindo obrigações de pagar principal, juros, comissões, custos, Encargos Moratórios (conforme definido na Escritura de Emissão), indenizações, reembolsos e despesas, devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, das Debêntures e deste Contrato, bem como do ressarcimento de toda e qualquer importância que os debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar em virtude da constituição, manutenção, utilização e/ou excussão da Vinculação e/ou do Penhor (conforme definidos abaixo) ("Obrigações"), a Emissora, por este Contrato e na melhor forma de direito, vincula, em favor dos debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, por meio da transferência, no tempo e modo previstos neste Contrato, de fundos imediatamente transferíveis e disponíveis para a Conta Centralizadora (conforme definido abaixo) parte de sua Arrecadação em valor correspondente ("Vinculação"):

- I. ao valor mensal equivalente a 20% (vinte por cento) do saldo devido das Debêntures, assim entendido o saldo do Valor Nominal (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) ou a data do último pagamento da Remuneração até cada Data de Apuração (conforme definido abaixo), e dos Encargos Moratórios (se houver), multiplicado pela quantidade



1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Registro microfilmado
Nº 193609



de Debêntures emitidas e não resgatadas ou canceladas ("Saldo Devedor das Debêntures") ("Limite Mínimo"); ou

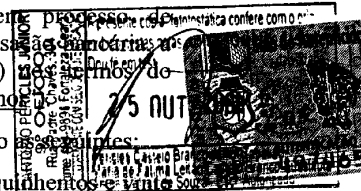
- II. em caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das Obrigações e observado o disposto no parágrafo 5º da Cláusula 6ª abaixo, ao valor mensal equivalente a 20% (vinte por cento) do saldo devedor das Obrigações apurado na data do inadimplemento (incluindo o Saldo Devedor das Debêntures naquela data), sem prejuízo da aplicação da Remuneração até a data da liquidação total das Obrigações ("Novo Limite Mínimo") (o *caput* e os incisos I e II em conjunto, "Receitas Vinculadas").

Parágrafo 1º – As Receitas Vinculadas incluem (i) o produto do pagamento dos clientes da Emissora decorrente da prestação dos Serviços; (ii) o produto do pagamento dos clientes da Emissora decorrente de multas e penalidades aplicadas pela Emissora com relação à prestação dos Serviços; (iii) o produto do pagamento decorrente de indenizações devidas pelos clientes da Emissora por força dos contratos de prestação dos Serviços; e (iv) quaisquer outros direitos creditórios devidos pelos clientes da Emissora oriundos, decorrentes ou relacionados à prestação dos Serviços de que a Emissora seja ou venha a se tornar titular e que aqui não estejam descritos, ou outras convenções e acordos realizados pela Emissora a respeito do fornecimento de energia elétrica aos seus clientes.

Parágrafo 2º – Sem prejuízo do disposto no *caput* desta Cláusula, a Emissora, por este Contrato e na melhor forma de direito, constitui, em favor dos debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, de forma indivisível e no mesmo grau de preferência, nos termos do artigo 1.451 e seguintes do Código Civil, penhor sobre os créditos depositados junto ao Banco Centralizador decorrentes (i) dos recursos recebidos por conta da Emissora em pagamento das Receitas Vinculadas; e (ii) dos recursos a que se referem os parágrafos 2º e 3º da Cláusula 4ª abaixo, em ambos os casos mantidos em depósito na conta corrente de titularidade da Emissora n.º 5893-9, aberta e mantida pela Emissora exclusivamente para esse fim na agência n.º 1604-7 do Banco Centralizador ("Conta Centralizadora"), independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, ressalvada, no caso de trânsito ou compensação bancária, a liberação para a Conta Movimento (conforme definido abaixo) nos termos do parágrafo 2º da Cláusula 5ª abaixo ("Créditos Empenhados") ("Penhor").

Parágrafo 3º – As principais características das Obrigações são as seguintes:

- I. principal: R\$88.527.000,00 (oitenta e oito milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais), representado por 88.527 (oitenta e oito mil, quinhentas e vinte e sete) Debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal");



[Handwritten signatures and marks]

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Registro microfilmado
Nº 193609

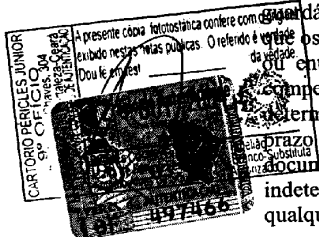


- II. prazo: 96 (noventa e seis) meses, contados de 20 de fevereiro de 2012 ("Data de Emissão"), vencendo-se, portanto, em 20 de fevereiro de 2012 ("Data de Vencimento"); e
- III. taxa de juros: juros remuneratórios correspondentes a 116% (cento e dezesseis por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela Câmara de Custódia e Liquidação no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração"), observado o disposto na Escritura de Emissão.

II. DO APERFEIÇOAMENTO DA VINCULAÇÃO E DO PENHOR

CLÁUSULA 2ª – Como parte do processo da Vinculação e do Penhor:

- I. a Emissora desde já obriga-se a manter junto aos Bancos Arrecadadores um volume de Arrecadação equivalente a, no mínimo, o Limite Mínimo ou, conforme o caso, o Novo Limite Mínimo;
- II. a Emissora, por si ou por meio dos Bancos Arrecadadores, permanece, por um prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data do depósito da respectiva Receita Vinculada na Conta Centralizadora, na posse e guarda dos documentos representativos das Receitas Vinculadas e assume, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, e sem direito a qualquer remuneração, o encargo de fiel depositária destes documentos, obrigando-se a bem custodiá-los, guardá-los e conservá-los, e a exibi-los ou entregá-los, ou fazer com que os Bancos Arrecadadores custodiem, guardem, conservem, exibam ou entreguem, conforme o caso, ao Agente Fiduciário ou ao juízo competente, quando solicitados, dentro do prazo que lhes for determinado pelo Agente Fiduciário ou pelo juízo, sendo certo que o prazo mencionado neste inciso com relação à posse e guarda dos documentos representativos das Receitas Vinculadas será por tempo indeterminado na ocorrência de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das Obrigações;
- III. a Emissora deverá, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de assinatura deste Contrato, entregar ao Agente Fiduciário original ou cópia autenticada da notificação preparada substancialmente nos termos do Anexo II, devidamente assinada pelos Bancos Arrecadadores, (a) informando-os da Vinculação; e (b) instruindo-os a depositar e transferir a Arrecadação por eles recebida para a Conta Centralizadora;



4 937

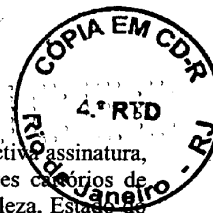
[Handwritten signatures and initials]

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193609



- IV. no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da respectiva assinatura, (a) este Contrato deverá ser registrado nos competentes cartórios de registros de títulos e documentos da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, e da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e (b) uma via original de tais documentos e o comprovante de tais registros deverão ser enviados ao Agente Fiduciário;
- V. as Receitas Vinculadas e os Créditos Empenhados ficarão indisponíveis à Emissora e à disposição do Agente Fiduciário exclusivamente nos termos deste Contrato; e
- VI. nos termos e para os fins dos artigos 1.454 e 1.455 do Código Civil, e sem prejuízo de quaisquer das demais disposições previstas neste Contrato, a Emissora neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 do Código Civil, (a) nomeia e constitui o Agente Fiduciário seu procurador com poderes irrevogáveis e irretratáveis para, nos termos e nas hipóteses da Cláusula 6ª abaixo, por si ou por seus representantes, proceder à cobrança direta dos Créditos Empenhados junto ao Banco Centralizador no montante necessário para a liquidação das Obrigações; e (b) outorga poderes ao Banco Centralizador para, independentemente de consulta prévia à Emissora, acatar todas as ordens e instruções do Agente Fiduciário emitidas em conformidade com os termos deste Contrato, inclusive, se assim determinado pelo Agente Fiduciário, para bloquear a Conta Centralizadora e permitir o saque e a utilização dos recursos da Conta Centralizadora no montante necessário para a liquidação das Obrigações nos termos da Cláusula 6ª abaixo.

III. DO PRAZO

CLÁUSULA 3ª – Este Contrato vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as Obrigações, ficando entendido ainda que, liquidadas as Obrigações (conforme certificado pelo Agente Fiduciário em notificação neste sentido a ser enviada à Emissora), este Contrato ficará terminado de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, de caráter judicial ou extrajudicial, devendo a Vinculação e o Penhor serem liberados imediatamente e o Agente Fiduciário assinar, se solicitado pela Emissora nos termos deste Contrato, qualquer documento eventualmente necessário para esta finalidade.

IV. DO LIMITE MÍNIMO

CLÁUSULA 4ª – Até o último dia útil (inclusive) de cada mês (sendo o último dia útil de cada mês considerado uma "Data de Apuração"), o valor dos recursos recebidos em pagamento das Receitas Vinculadas que tenham sido depositados na Conta Centralizadora durante o respectivo mês, ainda que liberado nos termos



[Handwritten signatures and initials]

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193609



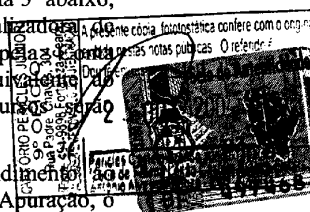
parágrafo 2º da Cláusula 5ª abaixo, deverá ser equivalente a, no mínimo, o Limite Mínimo.

Parágrafo 1º – A Emissora obriga-se, desde já e independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, do Agente Fiduciário neste sentido, a fazer com que, até cada Data de Apuração, o valor dos recursos recebidos em pagamento das Receitas Vinculadas depositados mensalmente na Conta Centralizadora seja equivalente a, no mínimo, o Limite Mínimo.

Parágrafo 2º – A fim de assegurar a manutenção do Limite Mínimo:

- I. o Agente Fiduciário, caso verifique o não atendimento do Limite Mínimo até o 5º (quinto) dia útil anterior a cada Data de Apuração, relativamente à estimativa do Saldo Devedor das Debêntures realizada pelo Agente Fiduciário utilizando como parâmetro a última Taxa DI disponível, enviará notificação neste sentido à Emissora; e
- II. a Emissora deverá, sempre que necessário:
 - (a) incluir novos bancos arrecadadores com volume de Arrecadação suficiente para que o saldo de recursos transitados pela Conta Centralizadora até cada Data de Apuração seja equivalente ao Limite Mínimo, sendo certo que (i) o volume de Arrecadação de tais novos bancos arrecadadores deverá ser comprovado por meio da apresentação do histórico de Arrecadação recebida por tais novos bancos arrecadadores nos últimos 12 (doze) meses; (ii) este Contrato deverá ser aditado para incluir tais novos bancos arrecadadores; (iii) os procedimentos previstos na Cláusula 2ª acima deverão ser observados; e (iv) o procedimento previsto nesta alínea será obrigatório caso a Emissora tenha depositado recursos próprios na Conta Centralizadora nos termos da alínea (b) abaixo durante 3 (três) meses consecutivos; ou
 - (b) sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º da Cláusula 5ª abaixo, transferir recursos próprios para a Conta Centralizadora, de forma que o saldo de recursos transitados pela Conta Centralizadora até a Data de Apuração seja equivalente ao Limite Mínimo, sendo certo que referidos recursos serão considerados Créditos Empenhados.

Parágrafo 3º – Caso o Agente Fiduciário verifique o não atendimento do Limite Mínimo no 1º (primeiro) dia útil contado da respectiva Data de Apuração, o Agente Fiduciário deverá, na mesma data, enviar notificação fundamentada ao Banco Centralizador e à Emissora, informando sobre o não atendimento ao Limite Mínimo e solicitando à Emissora que inclua novos bancos arrecadadores para



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large stylized 'D' and various other marks.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193609



atender ao Limite Mínimo do mês cujo inadimplemento foi verificado nos termos e de acordo com os procedimentos da alínea (a) do inciso II do parágrafo 2º acima observado o seguinte procedimento:

- I. a Emissora deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da comunicação do Agente Fiduciário ("Período de Cura"):
 - (a) incluir novos bancos arrecadadores para atender ao Limite Mínimo do mês cujo inadimplemento foi verificado nos termos e de acordo com os procedimentos da alínea (a) do inciso II do parágrafo 2º acima; ou
 - (b) depositar recursos próprios na Conta Centralizadora para atender ao Limite Mínimo do mês cujo inadimplemento foi verificado, sendo certo que (i) a Emissora deverá, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data em que tais recursos tenham sido depositados, incluir novos bancos arrecadadores nos termos da alínea (a) acima ("Período Adicional"); e (ii) referidos recursos (x) serão considerados Créditos Empenhados e ficarão bloqueados na Conta Centralizadora juntamente com os demais recursos ali depositados a partir do 1º (primeiro) dia útil contado da respectiva Data de Apuração, nos termos do inciso II abaixo até a inclusão dos novos bancos arrecadadores; e (y) não serão considerados para o cálculo do Limite Mínimo do mês subsequente ao mês cujo inadimplemento foi verificado; e
- II. o Banco Centralizador deverá bloquear a Conta Centralizadora, de modo que os Créditos Empenhados ficarão indisponíveis à Emissora e à disposição do Agente Fiduciário, devendo o Agente Fiduciário:



no 1º (primeiro) dia útil contado da data em tiver recebido a comunicação sobre o cumprimento do disposto no inciso I acima ou do término do Período de Cura, o que ocorrer primeiro, verificar o cumprimento, pela Emissora, do disposto no inciso I acima e, (i) em caso afirmativo, observar o disposto na alínea (b) abaixo; ou (ii) em caso negativo, considerar a Emissora inadimplente e observar o disposto na Escritura de Emissão; e

- (b) autorizar por escrito o Banco Centralizador a transferir os recursos depositados na Conta Centralizadora para a Conta Movimento, após verificar o atendimento do Limite Mínimo e a inexistência de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas Obrigações, observado que:

[Handwritten signatures and initials]

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193609



- (i) no caso da alínea (a) do inciso I acima, a verificação do Agente Fiduciário será realizada na data a que se refere a alínea (a) acima; e
- (ii) no caso da alínea (b) do inciso I acima, (1) a verificação do Agente Fiduciário será realizada no 1º (primeiro) dia útil contado da data em tiver recebido a comunicação sobre o cumprimento do disposto no item (i) da alínea (b) do inciso I acima ou o término do Período Adicional, o que ocorrer primeiro; e (2) o Agente Fiduciário deverá considerar a Emissora inadimplente e observar o disposto na Escritura de Emissão se a verificação constatar o não cumprimento do ali disposto.

V. DA CONTA CENTRALIZADORA

CLÁUSULA 5ª – A Emissora obriga-se a (i) manter a Conta Centralizadora, na qual serão depositados os recursos recebidos em pagamento das Receitas Vinculadas e os recursos a que se referem os parágrafos 2º e 3º da Cláusula 4ª acima; e (ii) fazer com que os Bancos Arrecadadores depositem os recursos referentes à Arrecadação na Conta Centralizadora.

Parágrafo 1º – Durante a vigência deste Contrato, a Emissora não poderá movimentar a Conta Centralizadora, não sendo permitida a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação, sendo a Conta Centralizadora movimentada unicamente pelo Banco Centralizador ou, nos termos da Cláusula 6ª abaixo, pelo Agente Fiduciário, neste caso mediante ordens por escrito e firmadas por representante devidamente cadastrado junto ao Banco Centralizador.

Parágrafo 2º – Observado o disposto na alínea (b) do inciso I e no inciso II do parágrafo 3º da Cláusula 4ª acima, os Créditos Empenhados ficarão indisponíveis à Emissora e à disposição do Agente Fiduciário, sendo certo entretanto que o Banco Centralizador transferirá os recursos depositados na Conta Centralizadora para a conta corrente de titularidade da Emissora n.º 730100-6, mantida pela Emissora na agência n.º 084 do Banco do Estado do Ceará S.A. ("Conta Movimento") a partir das 14h01 (horário de Brasília, DF) do mesmo dia do depósito dos respectivos créditos na Conta Centralizadora, salvo se o Agente Fiduciário enviar comunicação escrita ao Banco Centralizador até as 14h00 (horário de Brasília, DF) daquele mesmo dia, instruindo-o a não transferir tais recursos para a Conta Movimento em decorrência de inadimplência, pela Emissora, de qualquer de suas Obrigações. Os recursos transferidos para a Conta Movimento nos termos desta Cláusula serão de livre e exclusiva movimentação e utilização pela Emissora.

Parágrafo 3º – A Emissora, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável consoante o artigo 684 do Código Civil, nomeia o Banco Centralizador e, nos termos da Cláusula 6ª abaixo, o Agente Fiduciário, seus bastantes procuradores

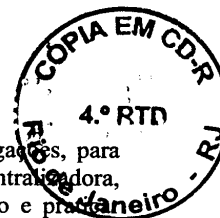
8

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193609

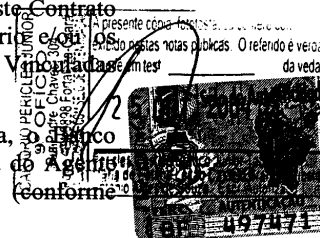


pelos períodos necessários ao cumprimento integral de todas as Obrigações, para (i) serem as únicas pessoas autorizadas a movimentar a Conta Centralizadora, podendo efetuar as transferências de recursos previstas neste Contrato e praticar todos os demais atos necessários para tanto; e (ii) destruir todos os talões de cheques e cartões eventualmente emitidos para movimentação da Conta Centralizadora; podendo praticar todos os demais atos necessários ao cumprimento do disposto nesta Cláusula.

VI. DA RETENÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS RECEITAS VINCULADAS E DA EXCUSSÃO DO PENHOR

CLÁUSULA 6ª – Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures ou de vencimento das Debêntures sem pagamento dos valores devidos na Data de Vencimento, o Agente Fiduciário, em conformidade com o disposto na Escritura de Emissão e neste Contrato, poderá, de forma amigável e de boa-fé, judicial ou extrajudicialmente, no todo ou em parte, independentemente de avaliação, notificação judicial ou extrajudicial, ou de qualquer outro procedimento, reter as Receitas Vinculadas, por meio de uma ou várias retenções e/ou excutir o Penhor até a integral liquidação das Obrigações, ficando para tanto desde já autorizado pela Emissora a vender, ceder, transferir, usar, sacar, aplicar ou resgatar as Receitas Vinculadas e/ou os Créditos Empenhados, utilizando o produto obtido única e exclusivamente na satisfação das Obrigações e de todos e quaisquer tributos incidentes sobre a venda, cessão, transferência, uso, saque, aplicação ou resgate das Receitas Vinculadas e/ou dos Créditos Empenhados e sobre o pagamento aos debenturistas do montante de seu crédito, inclusive qualquer quantia relativa ao pagamento do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF (ou tributo equivalente), entregando, ao final, à Emissora, o que sobejar, ficando o Agente Fiduciário, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, pelo presente e na melhor forma de direito, como condição deste Contrato, autorizado, na qualidade de mandatário da Emissora a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários para tanto, podendo, inclusive, exercer todos os direitos e praticar todos os atos previstos no artigo 1.422, no inciso IV do artigo 1.433 e nos artigos 1.454 e 1.455 do Código Civil e no parágrafo 2º do artigo 120 do Decreto-Lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945. Fica certo e ajustado que, para todos os fins e efeitos deste Contrato e da Escritura de Emissão, em nenhuma hipótese o Agente Fiduciário e os debenturistas terão direito a promover qualquer cobrança das Receitas Vinculadas junto aos clientes da Emissora.

Parágrafo 1º – Para os fins do disposto no *caput* desta Cláusula, o Banco Centralizador, mediante o recebimento de simples comunicação escrita do Agente Fiduciário, reterá diariamente e transferirá à Instituição Depositária (conforme



1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193609



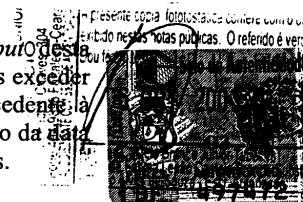
definido na Escritura de Emissão) o valor das Receitas Vinculadas depositado na Conta Centralizadora e utilizará tais valores nos termos do parágrafo 3º abaixo.

Parágrafo 2º – Fica desde já certo e ajustado que, na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures ou de vencimento das Debêntures sem pagamento dos valores devidos na Data de Vencimento, os procedimentos descritos nos incisos I, V e VI da Cláusula 2ª acima continuarão válidos e aplicáveis, obrigando-se desde já o Agente Fiduciário a instruir, e o Banco Centralizador a acatar, a retenção dos valores depositados na Conta Centralizadora, e a utilizar esses valores nos termos do parágrafo 3º abaixo, sem prejuízo da possibilidade do Agente Fiduciário tomar quaisquer outras medidas que lhe forem autorizadas por lei, pela Escritura de Emissão ou por este Contrato, observado sempre o disposto na parte final do *caput* desta Cláusula.

Parágrafo 3º – Os recursos apurados de acordo com o disposto no *caput* desta Cláusula, na medida em que forem sendo recebidos pelo Agente Fiduciário, deverão ser aplicados na liquidação dos valores devidos relativos às Debêntures, na proporção da respectiva participação de cada um dos debenturistas. Na hipótese do produto obtido com os procedimentos previstos no *caput* desta Cláusula não serem suficientes para quitar simultaneamente todos os valores devidos relativos às Debêntures, o valor obtido será utilizado no pagamento dos valores abaixo, na seguinte ordem: (i) quaisquer valores devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão que não sejam os valores a que se referem os itens (ii), (iii) e (iv) abaixo; (ii) quaisquer valores devidos pela Emissora nos termos deste Contrato que não sejam os valores a que se referem os itens (iii) e (iv) abaixo; (iii) Remuneração e demais encargos, inclusive moratórios, dos valores devidos relativos às Debêntures; e (iv) pagamento do saldo do Valor Nominal de todas as Debêntures. Caso a quantia apurada não seja suficiente para o pagamento das quantias constantes em (i), (ii), (iii) e (iv) acima, os valores deverão ser alocados na ordem direta das prioridades estabelecidas acima de tal forma que, uma vez liquidadas as quantias referentes a um dos itens, os valores sejam alocados para o item seguinte.

Parágrafo 4º – Caso o produto obtido com os procedimentos previstos no *caput* desta Cláusula não seja suficiente para liquidar os valores devidos relativos às Debêntures, a Emissora permanecerá responsável pelo saldo remanescente das Obrigações e respectivos encargos moratórios.

Parágrafo 5º – Se, entretanto, em decorrência do disposto no *caput* desta Cláusula, a quantia retida e transferida à Instituição Depositária em um mês exceder o Novo Limite Mínimo, a Instituição Depositária colocará o saldo excedente à disposição da Emissora na Conta Movimento, em até 1 (um) dia útil contado da data do referido pagamento, em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis.



Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, along with the number 10.

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado
Nº 193509

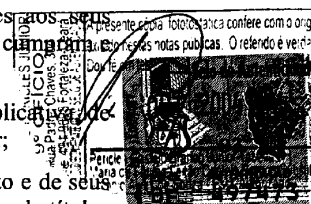


Parágrafo 6º – Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures ou de vencimento das Debêntures sem pagamento dos valores devidos na data de Vencimento, o Agente Fiduciário poderá, a seu exclusivo critério e às expensas da Emissora, notificar os Bancos Arrecadadores e/ou o Banco Centralizador, respectivamente devedores das Receitas Vinculadas e dos Créditos Empenhados, informando-os de que todos os valores a serem pagos à Emissora decorrentes das Receitas Vinculadas e dos Créditos Empenhados deverão ser efetuados conforme instruído na referida notificação.

VII. DAS OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

CLÁUSULA 7ª – Além das demais obrigações previstas na Escritura de Emissão, neste Contrato ou em lei, a Emissora obriga-se a:

- I. manter a Vinculação e o Penhor sempre existentes, válidos, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição;
- II. observar a manutenção do Limite Mínimo ou do Novo Limite Mínimo, conforme o caso;
- III. manter todas as autorizações necessárias à assinatura da Escritura de Emissão e deste Contrato e ao cumprimento de todas as obrigações ali e aqui previstas, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor;
- IV. cumprir fiel e integralmente todas as suas obrigações previstas neste Contrato e na Escritura de Emissão;
- V. manter o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária e ambiental, comprovando ao Agente Fiduciário, por meio de documento hábil, sempre que exigido, o cumprimento destas obrigações e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, ressalvadas aquelas obrigações que estiverem sendo legalmente questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial competentes, com razoáveis fundamentos de direito;
- VI. dar ciência deste Contrato e de seus termos e condições aos seus diretores e conselheiros, a qualquer tempo, e fazer com que cumpram e façam cumprir todos os seus termos e condições;
- VII. destacar, em seus registros contábeis, na forma de nota explicativa, de forma ordenada, eficiente e segura, a Vinculação e o Penhor;
- VIII. proceder ao registro da Escritura de Emissão, deste Contrato e de seus eventuais aditamentos, nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos nos termos do inciso IV da Cláusula 3ª acima, ou



1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



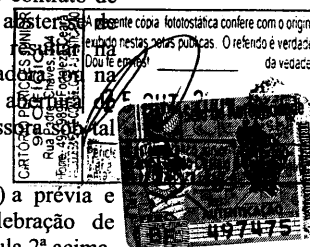
Registro microfilmado

Nº 193609



parágrafo 2º acima da Cláusula 4ª acima; ou (b) no caso previsto no parágrafo 3º da Cláusula 4ª acima;

- XV. direcionar todos os pagamentos relativos à Arrecadação realizada junto aos Bancos Arrecadadores para a Conta Centralizadora;
- XVI. desde que os recursos creditados na Conta Centralizadora sejam inferiores ao Limite Mínimo ou ao Novo Limite Mínimo, conforme o caso, no evento de qualquer dos devedores das Receitas Vinculadas e dos Créditos Empenhados, ou terceiros em nome de quaisquer destes devedores, façam os pagamentos devidos de forma outra que não resulte em depósito na Conta Centralizadora, (a) fazer com que os recursos correspondentes a tais pagamentos sejam creditados na Conta Centralizadora até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data de recebimento de tal pagamento; e (b) comunicar tal fato prontamente ao Agente Fiduciário, esclarecendo o motivo;
- XVII. enviar ao Agente Fiduciário, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, relatório detalhado contendo relativamente ao mês anterior, (a) a totalidade dos recursos transitados pela Conta Centralizadora; (b) o volume de Arrecadação pago junto a cada um dos Bancos Arrecadadores; e (c) a ocorrência de eventual cessão, transferência, caução, oneração, comprometimento ou prestação de garantia, efetuada por qualquer meio e forma, realizado individualmente ou em uma série de atos, de suas receitas decorrentes da prestação dos Serviços;
- XVIII. não ceder ou, de qualquer forma ou a qualquer título, dispor, transferir, rescindir ou onerar, no todo ou em parte, as Receitas Vinculadas e os Créditos Empenhados e/ou os documentos representativos das Receitas Vinculadas e dos Créditos Empenhados, sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário, exceto quanto aos valores liberados à Emissora nos termos deste Contrato;
- XIX. não alterar, encerrar ou onerar a Conta Centralizadora ou permitir que seja alterada qualquer cláusula ou condição do respectivo contrato de abertura de conta corrente, nem praticar qualquer ato, ou permitir que seja praticado qualquer ato, que possa, de qualquer forma, resultar na alteração, encerramento ou oneração da Conta Centralizadora, ou, na alteração, expressa ou tácita, do respectivo contrato de abertura de conta corrente ou, ainda, na renúncia de direitos da Emissora sob tal contrato;
- XX. não alterar qualquer dos Bancos Arrecadadores sem (a) a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário; e (b) a celebração de aditamento a este Contrato, observado o disposto na Cláusula 2ª acima, incluindo as instruções a que se refere o inciso III da Cláusula 2ª acima



1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193609



ao(s) novo(s) Banco(s) Arrecadador(es) que venha(m) a ser incluído(s) neste Contrato; e

- XXI. não alterar qualquer das instruções enviadas aos Bancos Arrecadadores nos termos do inciso III da Cláusula 2ª acima sem (a) a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário e, (b) quando for o caso, a celebração de aditamento a este Contrato, observado o disposto na Cláusula 2ª acima.

VIII. DAS OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

CLÁUSULA 8ª – Além das demais obrigações previstas na Escritura de Emissão, neste Contrato ou em lei, o Agente Fiduciário obriga-se a:

- I. verificar a regularidade da Vinculação e da constituição do Penhor, observando a manutenção de sua suficiência relativamente ao Limite Mínimo ou ao Novo Limite Mínimo, conforme o caso, e sua exequibilidade;
- II. verificar o atendimento, pela Emissora, do Limite Mínimo ou ao Novo Limite Mínimo, conforme o caso;
- III. verificar a constituição e a manutenção da Conta Centralizadora;
- IV. emitir todas as notificações, ordens e instruções ao Banco Centralizador referentes a este Contrato e/ou à Escritura de Emissão com estrita observância das disposições, procedimentos e demais condições ali acordadas, por meio de pessoas devidamente cadastradas junto ao Banco Centralizador, mantendo tais registros atualizados; e
- V. tomar todas as providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos, incluindo a determinação do bloqueio da Conta Centralizadora e a excussão do Penhor, utilizando as Receitas Vinculadas para a liquidação das Obrigações.

IX. DOS DIREITOS E DEVERES DO BANCO CENTRALIZADOR

CLÁUSULA 9ª – Além das demais obrigações previstas neste Contrato, o Banco Centralizador, desde que solicitado por escrito pelo Agente Fiduciário, obriga-se a:

partir de qualquer inadimplemento da Emissora, do vencimento antecipado das Debêntures ou de vencimento das Debêntures sem pagamento dos valores devidos na Data de Vencimento, mensalmente reter e transferir à Instituição Depositária, as Receitas Vinculadas até o Novo Limite Mínimo, e assim sucessivamente, de forma que a Instituição Depositária receba e repasse aos debenturistas, integralmente, 100% (cem por cento) dos valores relativos às Obrigações;

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

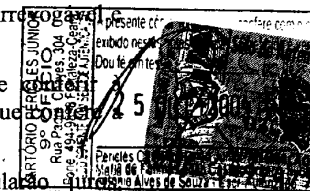
Nº 193609



- II. prestar ao Agente Fiduciário todas as informações e enviar todos os documentos de que tiver conhecimento (a) necessários ao controle do Limite Mínimo e do Novo Limite Mínimo; e (b) relativos à Conta Centralizadora, para o que está desde já expressamente autorizado pela Emissora de forma irrevogável e irretroatável;
- III. franquear ao Agente Fiduciário, ou a quem este indicar, independentemente de anuência ou consulta prévia à Emissora, meio de consulta, inclusive eletrônico, da Conta Centralizadora mantida em sua agência;
- IV. atender, independentemente de anuência ou consulta prévia à Emissora, todas as ordens do Agente Fiduciário emitidas em conformidade com o previsto neste Contrato, devendo, inclusive, se assim determinado pelo Agente Fiduciário, bloquear a Conta Centralizadora e permitir a excussão dos Créditos Empenhados e o saque e a utilização dos recursos da Conta Centralizadora para a liquidação das Obrigações, para o que está desde já expressamente autorizado pela Emissora de forma irrevogável e irretroatável;
- V. até o pagamento integral das Obrigações, emitir e enviar ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de comunicação escrita neste sentido, extrato com toda a movimentação da Conta Centralizadora, referente aos 30 (trinta) dias anteriores à data de emissão do respectivo extrato;
- VI. zelar pelo fiel desempenho das obrigações previstas neste Contrato e observar, na sua execução, as suas disposições;
- VII. cadastrar e atualizar, conforme solicitação do Agente Fiduciário, os representantes do Agente Fiduciário autorizados a emitir quaisquer ordens e instruções com relação a este Contrato e/ou à Escritura de Emissão; e
- VIII. permanecer no exercício de suas funções em caso de sua substituição, observado o disposto na Cláusula 10 abaixo.

Parágrafo Único – As partes, por este Contrato, concordam de forma irrevogável e irretroatável que:

- I. o Banco Centralizador não terá qualquer obrigação de garantir a Vinculação e ao Penhor um grau maior de cuidado do que o de seus próprios bens semelhantes;
- II. os Créditos Empenhados não auferirão nem acumulação, atualização monetária ou qualquer remuneração, salvo se aplicados



1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193609



pelo Agente Fiduciário de acordo com as disposições do Capítulo da Cláusula 6ª acima;

- III. este Contrato expressamente dispõe sobre todas as atribuições do Banco Centralizador com relação a todas e quaisquer questões pertinentes a este Contrato. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada neste Contrato contra o Banco Centralizador;
- IV. o Banco Centralizador não será responsável, salvo por dolo ou culpa, por quaisquer prejuízos, obrigações, reivindicações, ações, danos e despesas, inclusive honorários advocatícios e desembolsos razoáveis, oriundos de e relacionados a este Contrato, os quais serão de única e exclusiva responsabilidade da Emissora;
- V. o Banco Centralizador não será solicitado a atuar na qualidade de árbitro com relação a qualquer controvérsia entre as partes relacionada a este Contrato ou a qualquer direito oriundo deste Contrato;
- VI. o Banco Centralizador poderá, de boa-fé, confiar em qualquer mandado, sentença, declaração, exigência, notificação, instrumento ou outro documento que lhe for entregue nos termos deste Contrato, sem ser obrigado a apurar a autenticidade ou a precisão de qualquer fato mencionado no mesmo ou a propriedade, validade ou a entrega do mesmo, podendo, ainda, confiar em qualquer instrumento ou assinatura que acredite ser autêntico e poderá supor que qualquer pessoa que pretenda dar recibo ou orientação ou que preste qualquer declaração ou assine qualquer documento com relação às disposições deste Contrato foi devidamente autorizada a atuar nesse sentido, mediante apresentação da respectiva documentação comprobatória;
- VII. o Banco Centralizador é ora autorizado a obedecer e a cumprir todas as medidas, mandados, sentenças ou decisões expedidas por qualquer autoridade judiciária, órgão administrativo ou autoridade arbitral a que as partes se submeterem que afetem a Vinculação e o Penhor. O Banco Centralizador não será responsável perante qualquer das partes contratantes em virtude do cumprimento das referidas medidas, mandados, sentenças ou decisões, não obstante essas medidas, mandados, sentenças ou decisões serem posteriormente alteradas, modificadas, revogadas ou anuladas. Na hipótese de haver controvérsia ou conflito entre as partes contratantes e/ou qualquer outra pessoa física ou jurídica, com relação à Vinculação ou ao Penhor, conforme informado pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, o Banco Centralizador terá o direito de recusar-se a cumprir todas e quaisquer reivindicações, exigências ou instruções com relação a esses bens detidos nos termos deste Contrato, enquanto



1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193609



a referida controvérsia ou conflito subsistir. Nessas circunstâncias, o Banco Centralizador poderá optar, a seu critério exclusivo, em depositar os Créditos Empenhados numa conta depósito em juízo. O Banco Centralizador poderá recusar-se a atuar até que as reivindicações, exigências ou instruções tenham sido decididas por sentença judicial transitada em julgado, por sentença arbitral não passível de recurso a que as partes se submeterem ou por acordo entre as partes conflitantes. Os custos e as despesas (inclusive honorários advocatícios e custas razoáveis), incorridos com relação a esse processo serão pagos por e serão considerados obrigação da Emissora;

- VIII. na hipótese de qualquer discordância entre as outras partes contratantes que resultem em reivindicações ou exigências prejudiciais com relação à Vinculação ou ao Penhor (inclusive aos Créditos Empenhados), conforme informado pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, ou na hipótese do Banco Centralizador, de boa-fé, estar em dúvida quanto às medidas a tomar nos termos deste Contrato, o Banco Centralizador terá o direito de reter os Créditos Empenhados até que tenha recebido sentença judicial transitada em julgado, sentença arbitral não passível de recurso a que as partes se submeterem ou acordo entre as partes conflitantes, caso em que o Banco Centralizador desembolsará os Créditos Empenhados em conformidade com a referida sentença ou acordo;
- IX. o Banco Centralizador não presta qualquer declaração quanto à validade, valor, autenticidade ou possibilidade de cobrança de qualquer Receita Vinculada ou Crédito Empenhado ou outro documento ou instrumento detido por ou a eles entregue;
- X. a Emissora pagará ou reembolsará o Banco Centralizador, mediante solicitação, de quaisquer tributos de transferência ou outros tributos relacionados ao Penhor, incorridos com relação a este Contrato, bem como indenizará e isentará o Banco Centralizador de quaisquer valores que ele seja obrigado a pagar no tocante aos referidos tributos, desde que devidamente comprovados; e
- XI. a remuneração do Banco Centralizador pelos serviços prestados nos termos deste Contrato terá sua previsão em contrato(s) específico(s) entre a Emissora e o Banco Centralizador.

X. DA SUBSTITUIÇÃO DO BANCO CENTRALIZADOR

CLÁUSULA 10 – O Banco Centralizador poderá ser substituído, aprovada pelos titulares das Debêntures reunidos em convocada especialmente para esse fim, observado o quorum geral de



17

[Handwritten signatures and initials]

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193609



previsto na Escritura de Emissão; ou (ii) por sua renúncia, mediante comunicação à Emissora e ao Agente Fiduciário.

Parágrafo 1º – Ocorrendo a destituição ou a renúncia do Banco Centralizador, a Emissora obriga-se, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data da renúncia ou destituição, a indicar uma lista tripla de instituições (que já tenham manifestado por escrito sua intenção de assumir o encargo) para substituir o Banco Centralizador e a submetê-la à assembléia geral de debenturistas convocada especialmente para esse fim, que determinará, dentre tais instituições, uma delas para ser o novo banco centralizador.

Parágrafo 2º – O Banco Centralizador assim substituído somente estará exonerado de suas atribuições previstas neste Contrato quando, cumulativamente, (i) este Contrato for aditado para excluir o Banco Centralizador e incluir a instituição substituta conforme procedimento a que se refere o parágrafo 1º acima; e (ii) o Banco Centralizador entregar os Créditos Empenhados e os documentos relacionados à instituição substituta a que se refere o parágrafo 1º acima.

XI. DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

CLÁUSULA 11 – A Emissora, neste ato, declara, e quando da assinatura de qualquer aditamento a este Contrato ou seus Anexos será tida como se tivesse declarado, que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada a celebrar este Contrato, a Escritura de Emissão e os demais contratos relacionados às Debêntures e à Vinculação e ao Penhor e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. este Contrato, a Escritura de Emissão e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;



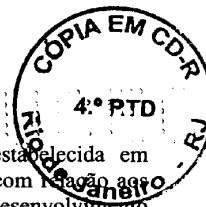
a celebração e os termos deste Contrato, da Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, bem como a colocação das Debêntures, a Vinculação, o Penhor e os termos e condições dos documentos representativos das Receitas Vinculadas e dos Créditos Empenhados e dos contratos relativos à Conta Centralizadora, não comprometem a operacionalização e a continuidade da prestação dos Serviços pela Emissora e não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora, nem resultarão em

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

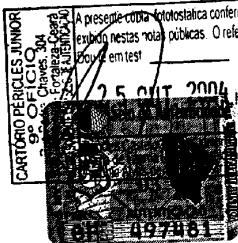
Nº 193609



(a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, inclusive com relação aos contratos celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás ("Eletrobrás"), desde que, no caso desta alínea (a), o valor mensal da Vinculação não exceda o montante total de R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) a qualquer tempo; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto (i) por aqueles já existentes na presente data; (ii) pela Vinculação e pelo Penhor; e (iii) pelas garantias equivalentes à Vinculação e ao Penhor a serem constituídas pela Emissora em favor de European Investment Bank ("BEI") em decorrência de contrato celebrado entre a Emissora e o BEI em 28 de maio de 2002, caso a Emissora não observe as solicitações do BEI; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- V. exceto se de outra forma informado nos prospectos preliminar (se for o caso) e definitivo de distribuição das Debêntures ("Prospectos"), em seu melhor conhecimento, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, ressalvadas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito;
- VI. ressalvadas as obrigações, informadas nos Prospectos, que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;

VII. ressalvadas as contingências informadas nos Prospectos, não tem conhecimento de (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou em suas atividades; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar a Vinculação, o Penhor, as Receitas Vinculadas, os Créditos Empenhados, a Conta Centralizadora, a Escritura de Emissão ou este Contrato;



19

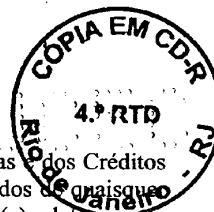
[Handwritten signatures and initials]

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193609



VIII. é legítima e única proprietária das Receitas Vinculadas dos Créditos Empenhados, que se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus, judiciais, extrajudiciais ou fiscais, ressalvado (a) relativamente às Receitas Vinculadas, no caso de vencimento antecipado dos valores de um ou mais dos contratos a que se refere o Anexo III a este Contrato que impeçam o depósito das Receitas Vinculadas em valor igual ao Limite Mínimo; e (b) os contratos celebrados entre a Emissora e a Eletrobrás descritos no Anexo III; e

IX. todos os mandatos outorgados nos termos deste Contrato o foram como condição do negócio ora contratado, em caráter irrevogável e irretratável nos termos do artigo 684 do Código Civil.

Parágrafo 1º – A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar o Agente Fiduciário e/ou os debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelo Agente Fiduciário e/ou pelos debenturistas, em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula. A indenização a que se refere este parágrafo deverá ser paga em dinheiro, em até 1 (um) dia útil após o recebimento de notificação neste sentido enviada pelo Agente Fiduciário e/ou pelos debenturistas.

Parágrafo 2º – Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º desta Cláusula, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

XII. DAS COMUNICAÇÕES

CLÁUSULA 12 – As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos deste Contrato serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

I. para a Emissora:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE
Av. Barão de Studart 2917
60127-900 Fortaleza, CE

At.: Diretor de Relações com Investidores

Telefone: (85) 216 1350

Fac-símile: (85) 216 1401

Correio Eletrônico: investor@coelce.com.br



1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193509



II. para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. D.T.V.M.
Av. das Américas 4200, Sala 514, Bloco 4
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Maurício da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385 4565
Fac-símile: (21) 3385 4046
Correio Eletrônico: pentagono@pentagonotrustee.com.br

III. para o Banco Centralizador:

BANCO DO BRASIL S.A.
Av. Duque de Caxias 560, 2º andar
60035-110 Fortaleza, CE
At.: José Wilton Teixeira Lima
Telefone: (85) 255 3110
Fac-símile: (85) 254 4099
Correio Eletrônico: age1604@bb.com.br

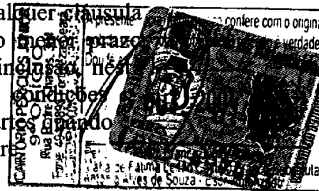
XIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 13 – Este Contrato constitui parte integrante e complementar da Escritura de Emissão, cujos termos e condições as partes declaram conhecer e aceitar.

CLÁUSULA 14 – As obrigações assumidas neste Contrato têm caráter irrevogável e irretroatável, obrigando as partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu fiel e pontual cumprimento. Os documentos anexos a este Contrato constituem parte integrante e complementar deste instrumento.

CLÁUSULA 15 – Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará em novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

CLÁUSULA 16 – A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Contrato não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula deste Contrato, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a intenção, neste Contrato, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se inseriu.



1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

193609



CLÁUSULA 17 – Qualquer alteração dos termos e condições deste Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

CLÁUSULA 18 – A Emissora desde já concorda, como condição deste Contrato, a tomar todas e quaisquer medidas e produzir todos e quaisquer documentos necessários à formalização e, se for o caso, à excussão do Penhor, obrigando-se a tudo praticar e/ou ratificar de modo a possibilitar o bom exercício dos direitos e prerrogativas estabelecidos neste Contrato.

CLÁUSULA 19 – Todo e qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido e comprovado pela Emissora no cumprimento de suas obrigações previstas neste Contrato será de inteira responsabilidade da Emissora, não cabendo ao Agente Fiduciário ou aos debenturistas qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso à Emissora.

CLÁUSULA 20 – A Emissora obriga-se a reembolsar, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do recebimento de comunicação escrita neste sentido, o Agente Fiduciário e/ou os debenturistas por todos os custos e despesas comprovadamente incorridos e necessários à efetivação da Vinculação e do Penhor, inclusive o seu registro nos órgãos competentes, bem como a liberação da Vinculação e do Penhor e recebimento do produto para aplicação no pagamento dos valores devidos relativos às Debêntures, caso necessária, e os custos, despesas e prejuízos comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário e/ou pelos debenturistas na hipótese de não cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão e/ou neste Contrato.

CLÁUSULA 21 – Salvo disposição específica, quaisquer custos e/ou despesas razoáveis (observados os padrões de mercado) comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário e/ou pelos debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas previstos neste Contrato, incluindo custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais (observados os padrões de mercado) ou quaisquer outros encargos relacionados com tais processos, procedimentos ou medidas serão de responsabilidade da Emissora, devendo ser reembolsados ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas, conforme o caso, no prazo de 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento de notificação neste sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário e/ou pelos debenturistas, conforme o caso.

CLÁUSULA 22 – Toda e qualquer importância devida aos debenturistas nos termos deste Contrato deverá ser paga em moeda corrente, sendo a forma de compensação.



22

[Handwritten signatures and initials]

**CARTORIO
ERGENTINO
MAIA**

Nº 193609

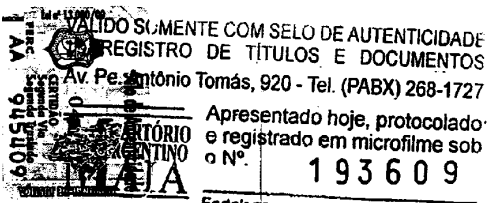
105

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2º OFÍCIO RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

ANEXO I

BANCOS ARRECADADORES

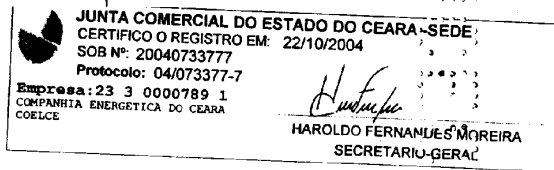
Banco Arrecador	Agência
Banco do Brasil S.A.	Todas as Agências.



Fortaleza

18 OUT. 2004

Karine Aires de Oliveira
Escritor Autorizada



HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETÁRIO-GERAL

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

Nº 193609

ANEXO II

NOTIFICAÇÃO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º DEPARTAMENTO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

[papel timbrado de Companhia Energética do Ceará – Coelce]

Fortaleza, [•] de 2004

[Banco Arrecadador]
[Endereço]
[CEP] [Fortaleza, CE]

At.: [•]

[Nome do Contrato de Arrecadação de Receitas]

Prezados Senhores:

Fazemos referência ao [nome do contrato de arrecadação de receitas] celebrado entre Companhia Energética do Ceará – Coelce ("Coelce") e V.Sas. em [data], [conforme aditado em [data]]¹ ("Contrato de Arrecadação") para expor e ao final solicitar o que segue:

1. A Coelce celebrou, em [•] de 2004, com Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), a "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis e Quirografárias da Primeira Emissão de Companhia Energética do Ceará – Coelce" ("Escritura de Emissão"), a qual vigorará pelo período compreendido entre 20 de fevereiro de 2004 e 20 de fevereiro de 2012, ou até o final cumprimento, pela Coelce, de todas as obrigações por ela assumidas na Escritura de Emissão.

2. Por meio da Escritura de Emissão, a Coelce emitirá 88.527 (oitenta e oito mil, quinhentas e vinte e sete) debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais no valor total de R\$88.527.000,00 (oitenta e oito milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais) ("Debêntures").

3. Em garantia do cumprimento de suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão, a Coelce obrigou-se a vincular, em favor dos detentores, parte da receita de titularidade da Coelce decorrente da prestação do serviço público de distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Ceará.



¹ Somente no evento de aditamentos terem sido celebrados.

[Handwritten signatures and initials]

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



Registro microfilmado

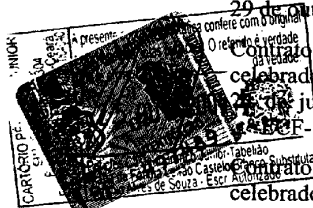
Nº 193609

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º GFCI4 - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

ANEXO III

CONTRATOS COM VINCULAÇÃO DE RECEITAS DA EMISSORA

1. Contrato de Mútuo para Repasse de Empréstimo Externo – Resolução n.º 2770, de 30.8.2000, do Conselho Monetário Nacional, Contrato n.º A0018698, no valor de US\$30.000.000,00, celebrado entre Banco Votorantim S.A. e Companhia Energética do Ceará – Coelce ("Coelce") em 20 de fevereiro de 2004.
2. Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, no valor de R\$6.959.728,02, celebrado entre a União Federal, a Coelce, o Governo do Estado do Ceará e como intervenientes o Banco do Brasil S.A. ("BB") e o Banco do Estado do Ceará S.A. ("BEC") em 15 de agosto de 1997, conforme alterado pelo 1º Aditivo ao Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, celebrado em 5 de julho de 2002.
3. Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívidas, no valor de CR\$33.122.364.565,51, celebrado entre a União Federal, o Governo do Estado do Ceará como interveniente garante, e a Coelce em 30 de março de 1994, conforme alterado pelo Aditivo de Retificação e Ratificação ao Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívidas, celebrado em 30 de junho de 1994.
4. Contrato de Financiamento n.º ECF-1972/00, no valor de R\$63.750.000,00, celebrado entre Eletrobrás, Coelce e o Ministério de Minas e Energia e o BEC na qualidade de intervenientes, em 3 de março de 2000.
5. Contrato de Financiamento n.º ECF-1673/97, no valor de R\$2.252.953,00, celebrado entre Eletrobrás, Coelce e o BEC na qualidade de interveniente, em 6 de fevereiro de 1998, conforme alterado pelo Aditivo ao Contrato de Financiamento n.º ECF-1673-A/00, celebrado em 3 de outubro de 2000.
6. Contrato de Financiamento n.º ECF-1576/97, no valor de R\$1.585.780,00, celebrado entre Eletrobrás, Coelce e o BEC na qualidade de interveniente, em 29 de outubro de 1997.
7. Contrato de Financiamento n.º ECF-1420/96, no valor de R\$5.099.680,00, celebrado entre Eletrobrás, Coelce e o BEC na qualidade de interveniente, em 25 de julho de 1996, conforme alterado pelo Contrato de Financiamento n.º ECF-1420-A/97, celebrado em 6 de novembro de 1997.
8. Contrato de Financiamento n.º ECF-1361/95, no valor de R\$2.590.300,00, celebrado entre Eletrobrás, Coelce e o BEC na qualidade de interveniente, em 27 de março de 1996, conforme alterado pelo Aditivo ao Contrato n.º ECF-1361/95, n.º ECF-1361-A/97, celebrado em 13 de outubro de 1997.



[Handwritten signatures and initials]

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

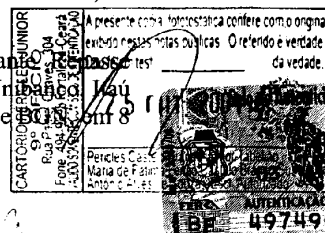


Registro microfilmado

Nº 193509

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

9. Contrato de Financiamento n.º ECF-1288/94, no valor de R\$2.600.000,00, celebrado entre Eletrobrás e Coelce em 31 de agosto de 1994.
10. Contrato de Consolidação de Dívida, no valor de R\$46.558.185,39, celebrado entre Fundação Coelce de Seguridade Social – Faelce e Coelce, em 30 de junho de 1999, conforme alterado pelo Termo Aditivo n.º 1 ao Contrato de Consolidação de Dívida, celebrado em 23 de dezembro de 1999.
11. Contrato de Compra e Venda de Energia, no valor de R\$1.162.894.593,04, celebrado entre Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF e Coelce em 27 de janeiro de 2000.
12. Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado entre Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF e Coelce em 23 de setembro de 2002.
13. Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado entre CIEN – Companhia de Interconexão Energética e Coelce em 14 de outubro de 2002, conforme alterado pelo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em 4 de setembro de 2003.
14. Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 96.2.365.3.1, no valor de R\$18.781.000,00, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES"), Coelce e o Governo do Estado do Ceará e o BEC na qualidade de intervenientes, em 28 de novembro de 1996.
15. Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 02.2.080.3.1, no valor de R\$162.096.950,00, celebrado entre o BNDES, Coelce e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e o BEC na qualidade de intervenientes, em 8 de março de 2002, conforme alterado pelo (i) Aditivo n.º 1 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 02.2.080.3.1, celebrado em 6 de setembro de 2002; (ii) Aditivo n.º 2 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 02.2.080.3.1, celebrado em 17 de outubro de 2002; e (iii) Aditivo n.º 3 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 02.2.080.3.1, celebrado em 17 de junho de 2003.
16. Contrato de Financiamento n.º 93.0008/2, no valor de R\$2.600.000,00, celebrado entre BEC, Coelce e Secretaria da Infra-Estrutura – SEINFRA, na qualidade de interveniente, em 13 de junho de 2000.
17. Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento mediante Balcão, contratado com o BNDES n.º 10/299.464-8, celebrado entre o Unibanco, Itaú, BBA, Bradesco, Safra, Alfa de Investimentos, ABC Brasil, BIC e Coelce em 8 de abril de 2004, no valor de R\$144.525.000,00.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

CARTÓRIO
ARGENTINO
ATA

Registro microfilmado
Nº 193609

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
NEX: AO DOCUMENTO ARQUIVADO

18. Cédula de Crédito Industrial n.º 07047251-A, emitida em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.A, em 15 de outubro de 1997, com vencimento para 15 de outubro de 2006, no valor de R\$1.222.240,00.
19. Contrato de Financiamento ECF n.º 008/2004, celebrado entre Coelce e Eletrobrás, firmado em 4 de junho de 2004, no valor de R\$12.789.560,00 e R\$63.947.800,00 (subvenção econômica).

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

<p>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/10/2004 SOB Nº: 20040733777 Protocolo: 04/073377-7 Empresa: 23 3 0000789 1 COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ COELCE</p>		<p><i>[Handwritten signature]</i> HAROLDO EDUARDES MOREIRA SECRETÁRIO-GERAL</p>
---	--	--

<p>CARTÓRIO PERICLES JUNIOR 9º OFÍCIO Rua Padre Chaves, 304 Fone: 3341.9593 / 3341.9594 11005-000 - JUAZEIRO DO NORTE - CE</p>	<p>Apresente esta Ata em qualquer momento para ser exibido nestas condições. Não se responsabiliza por danos em caso de falsificação. Dou fe em 25/10/2004 Pericles Castelo Branco Junior - Tabelião Maria de Fátima Leão Castelo Branco-Suzaulinda Antônio Alves de Souza - Esc. Autógrafo</p>
---	---



Fortaleza, 6 de outubro de 2004

Banco do Brasil S.A.
Av. Duque de Caxias 560
60035-110 Fortaleza, CE

At.: Sr. Marcelo Pavan Júnior

Contrato Geral de Prestação de Serviços

Prezados Senhores:

Fazemos referência ao Contrato Geral de Prestação de Serviços celebrado entre Companhia Energética do Ceará – Coelce ("Coelce") e V.Sas. em 1º de setembro de 2003 ("Contrato de Arrecadação") para expor e ao final solicitar o que segue:

1. A Coelce celebrou, em 1º de outubro de 2004, com Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), a "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis e Quirografárias da Primeira Emissão de Companhia Energética do Ceará – Coelce" ("Escritura de Emissão"), a qual vigorará pelo período compreendido entre 20 de fevereiro de 2004 e 20 de fevereiro de 2012, ou até o final cumprimento, pela Coelce, de todas as obrigações por ela assumidas na Escritura de Emissão.

2. Por meio da Escritura de Emissão, a Coelce emitirá 88.527 (oitenta e oito mil, quinhentas e vinte e sete) debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais no valor total de R\$88.527.000,00 (oitenta e oito milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais) ("Debêntures").

3. Em garantia do cumprimento de suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão, a Coelce obrigou-se a vincular, em favor dos debenturistas, parte da receita de titularidade da Coelce decorrente da prestação do serviço público de distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Ceará, a ser paga junto a determinados bancos arrecadadores, inclusive V.Sas. ("Receitas Vinculadas").

Assim sendo, servimo-nos da presente para notificar V.Sas. quanto à existência da vinculação das Receitas Vinculadas, ficando V.Sas. desde já instruídos, em caráter irrevogável e irretratável, a transferir em até (i) 3 (três) dias úteis de seu recebimento; ou (ii) o prazo acordado no Contrato de Arrecadação, o que for menor, todo e qualquer recurso decorrente do pagamento das Receitas



Certos de podermos contar com a adoção por V.Sas. dos procedimentos ora solicitados permanecemos à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

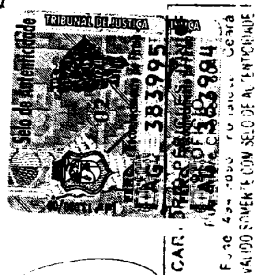
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE

Nome: JOSÉ TAVORA BATISTA
Cargo: DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO

Nome: JOSE WILTON TEIXEIRA LIMA
Cargo: Gerente de AGENCIA

Nome: MARCELO PAVAN JUNIOR
Cargo: Gerente de Negócios

Cur
ay 13/10/2009



Res: INACC. a.s. (maia) Antônio Olyrio
RUIZ TELLEPA E JOSE VILHOS
BATISTA Dou le
 Em text da cidade Fortaleza-CE

~~OUT. 2894~~

PERICLES CASTELO BRANCO JUNIOR Tabelão
MARIA DE FÁTIMA LEITÃO CASTELO BRANCO Substituta
ANTÔNIO LUIZ DE SOUZA Escr. Autorização

CARTORIO PERICLES JUNIOR
Rua Padre Craveiro, 304
Fone: 494-8884 Fátima, Ceará
CE 61.015-010 (085) 494-8884

A presente cota fotostática cartiere com o original
existido nestas mías publicas. O referido é veroside
Doule por este / da verdade

48 OUT 2014

Pericles Castelo Branco Ju.
Maria de Fátima Leão Co.
Antonio Alves de Souza - E

REPUBLICA DO BRASIL
GOV. DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE DEFESA CIVIL
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO CIVIL

476309

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO C

Súmula da Classificação de Risco Atribuída às Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Moody's Investors Service

Global Credit Research

Rating Action

26 JUL 2004

Rating Action: Companhia Energética do Ceará (COELCE)

MOODY'S ATRIBUI RATING A3.br PARA EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA COELCE

Aproximadamente R\$ 88,7 Milhões de Títulos de Dívida Afetados.

São Paulo, July 26, 2004 -- A Moody's América Latina Ltda. atribuiu os seguintes ratings para a emissão de R\$ 88,7 milhões em debêntures quirográficas vencíveis em 2012, a serem emitidas pela Companhia Energética do Ceará ("Coelce"):

- Ratings de emissor e da emissão de debêntures quirográficas A3.br na Escala Nacional Brasileira
- Ratings de emissor e da emissão de debêntures quirográficas Ba3 na Escala Global de Moeda Local.

A perspectiva de rating é estável.

Os ratings atribuídos refletem a condição monopolista da empresa, como prestadora de serviço essencial de distribuição de eletricidade no Estado do Ceará, com histórico consistente de crescimento de receita e margens operacionais. Adicionalmente, os ratings consideram o controle da Coelce pela Endesa S.A. (Baa1 senior unsecured), através da subsidiária Enersis S.A. (Ba2 senior unsecured). Finalmente, os ratings atribuídos incorporam a alavancagem financeira moderada da Coelce, com baixa exposição ao risco cambial; a melhoria de seu perfil de endividamento, considerando-se a futura emissão de debêntures e o financiamento recentemente aprovado pelo BNDES; o progresso obtido pela distribuidora na melhoria da qualidade de serviço em sua área de concessão e o histórico de crescimento econômico do Estado do Ceará, superior à média nacional.

Os ratings são limitados pelo histórico de fluxo de caixa livre negativo da empresa, em razão dos elevados níveis de investimento e dividendos distribuídos, resultando numa elevação do indicador dívida sobre capitalização, de 10,5% em 1999 para 40,2% em 2002, apesar da administração da empresa ter comunicado seu compromisso de não aumentar o endividamento da empresa. Os ratings também incorporam as incertezas associadas ao modelo regulatório para o setor elétrico no Brasil, atualmente em desenvolvimento, que poderia resultar em maiores obrigações de investimentos e redução da flexibilidade operacional para as empresas distribuidoras.

Os ratings também consideram uma redução esperada no retorno do ativo e fluxo de caixa bruto da Coelce em 2004 e 2005, originadas pelo aumento do custo de aquisição de energia elétrica, em razão da obrigatoriedade contratual de compra de energia elétrica da geradora termoeletrica Central Geradora Termoeletrica de Fortaleza ("CGTF"), cujo controle pertence, em última análise, à Endesa S.A. A CGTF teve suas operações iniciadas em dezembro de 2003 e atualmente, concentra cerca de 30% das compras de energia elétrica da Coelce, cuja tarifa de fornecimento é maior que o dobro do custo médio observado na Coelce em 2003. Em razão do aumento de custo resultante deste contrato ser recuperado somente após o reajuste tarifário da Coelce em abril de 2005, a empresa deverá apresentar redução de margens e geração de caixa, fato que poderá persistir em 2006. Adicionalmente, os ratings são limitados pelo risco de aumento da inadimplência de consumidores e furtos após um reajuste tarifário em 2005, que provavelmente será superior à inflação; fato que poderá resultar em despesas operacionais adicionais visando atenuar os efeitos de um aumento tarifário elevado sobre a imagem da empresa e inadimplência de consumidores. Este risco é ainda potencializado pelo reduzido nível da renda per capita no Estado do Ceará (US\$1.277 per capita, comparativamente à renda nacional per capita de US\$ 3.570, em 2001).

No que tange a caução de recebíveis, que garante os pagamentos relativos às debêntures, na opinião da Moody's, tal garantia poderia não ser executável num processo falimentar e, desta forma, atribuiu os ratings considerando as debêntures como sendo apenas quirográficas. Num cenário de inadimplência, em razão da inexistência de antecedentes acerca da exequibilidade deste tipo de caução no Brasil, a Moody's acredita que a justiça poderá indeferir sua execução, acarretando atrasos significativos no recebimento dos pagamentos por parte dos debenturistas. Adicionalmente, a Moody's observa que mais da metade da dívida da distribuidora é beneficiada por formas similares de caução de recebíveis. A perspectiva estável reflete a expectativa de que menores níveis de investimento e de pagamento de dividendos compensem os efeitos da elevação do custo de aquisição de energia elétrica em 2004 e 2005, até que este seja totalmente repassado às tarifas, ao final de 2005. A expectativa da Moody's é que a empresa mantenha fluxo de caixa livre positivo neste período, com nível de endividamento estável ou ligeiramente reduzido.

Os ratings e a perspectiva podem ser negativamente afetados refletindo a geração de fluxo de caixa livre negativo, em razão de aumento do endividamento; a impossibilidade de repasse total do custo da compra de energia elétrica da geradora termoeletrica aos consumidores ou aumento dos níveis de inadimplência ou perdas (furtos). Os ratings e a perspectiva podem ser positivamente afetados pela habilidade da distribuidora em aumentar suas tarifas para manter

seu nível histórico de retorno do ativo, sem que isto implique em aumento considerável da inadimplência ou perdas (furto), conjuntamente ao uso de fluxo de caixa livre para redução da dívida e, menores incertezas quanto ao ambiente regulatório.

No período findo em 31 de dezembro de 2003, a Coelce gerou um fluxo de caixa bruto de R\$ 180 milhões e fluxo de caixa líquido de R\$ 102 milhões, com dívida total ajustada de R\$ 764 milhões (após ajuste de R\$ 75 milhões referente a obrigações atuariais), indicador dívida total ajustada por EBITDA de 2,3x e EBITDA por despesa financeira bruta de 3,0x. Aproximadamente 30% da dívida total da empresa é referenciada ao dólar, entretanto, o risco de exposição à desvalorização é limitado a 3% da dívida total, por meio de operações de swap dólar / CDI.

O rating A3.br na Escala Nacional Brasileira indica um emissor com idoneidade creditícia acima da média, relativamente a outros emissores brasileiros. O rating Ba3 na Escala Global de Moeda Local da Moody's compara o emissor a todos os emissores, mundialmente, e traduz a habilidade em honrar obrigações em moeda local, incorporando todos os riscos relativos ao Brasil, incluindo a volatilidade potencial da economia brasileira, excluindo, entretanto, o risco de conversibilidade em moeda estrangeira.

Os ratings atribuídos na Escala Nacional comparam emissores brasileiros relativamente entre si, e são basicamente destinados à investidores locais. Os ratings nas Escalas Nacionais incluem uma extensão de identificação do país, como a notação ".br", para o Brasil, e não são comparáveis aos ratings nas escalas globais da Moody's. Ratings na Escala Nacional não são opiniões sobre riscos de inadimplência absolutos, entretanto isolam riscos sistêmicos. Desta forma, eles não incluem a expectativa de perda que possa estar associada a eventos sistêmicos, que podem afetar a todos emissores em um determinado país - mesmo aqueles com os mais altos ratings na escala nacional.

Sediada em Fortaleza, no Estado do Ceará, Brasil, a Coelce distribui energia elétrica para mais de 2,1 milhões de consumidores e apresentou receitas líquidas de R\$ 1,03 bilhão em 2003.

São Paulo
Alexander I. Carpenter
Vice President - Senior Analyst
Corporate Finance Group
Moody's Investors Service
55-11-3443-7444

New York
Chee Mee Hu
Senior Vice President
Corporate Finance Group
Moody's Investors Service
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1853

Direito Autoral: 2004 Moody's Investors Service, Inc., 99 Church Street, Nova York, Nova York 10007 e/ou qualquer uma de suas subsidiárias, incluindo Moody's Assurance Company, Inc., e Moody's América Latina Ltda. (conjuntamente "MOODY'S"); Av. das Nações Unidas, 12.551 - 17º andar; CEP 04578-903; São Paulo; SP - Brasil. Todos os direitos reservados.

TODAS AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SÃO PROTEGIDAS POR DIREITOS AUTORAIS EM NOME DA MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC. ou qualquer uma de suas subsidiárias, incluindo Moody's América Latina Ltda., E NENHUMA DESSAS INFORMAÇÕES PODE SER COPIADA OU DE OUTRA FORMA REPRODUZIDA, RESEMBLADA, AINDA TRANSMITIDA, TRANSFERIDA, DIVULGADA, REDISTRIBUÍDA OU REVENDIDA OU ARMAZENADA PARA USO SUBSEQUENTE PARA QUALQUER DESSES FINS, NO TODO OU EM PARTE, EM QUALQUER FORMA OU MANEIRA OU POR QUALQUER MEIO QUE SEJA, POR QUALQUER PESSOA SEM O PRÉVIO CONSENTIMENTO POR ESCRITO DA MOODY'S. Todas as informações contidas neste documento são obtidas pela MOODY'S de fontes por ela consideradas como sendo precisas e confiáveis. Devido à possibilidade de erro humano ou mecânico bem como outros fatores, contudo, essas informações são fornecidas "como estão" sem garantia de qualquer tipo e a MOODY'S, especificamente, não faz qualquer declaração ou concede qualquer garantia, expressa ou implícita, quanto à precisão, pontualidade, integridade, comercialidade ou adequação a qualquer fim específico de qualquer dessas informações. Sob nenhuma circunstância a MOODY'S terá qualquer responsabilidade perante qualquer pessoa física ou jurídica por (a) qualquer prejuízo ou dano, no todo ou em parte, sofridos por, resultantes de ou referentes a qualquer erro (por negligência ou de outra forma) ou outra circunstância ou contingência, dentro ou fora do controle da MOODY'S ou de qualquer de seus diretores, administradores, empregados ou agentes em relação à obtenção, coleta, compilação, análise, interpretação, comunicação, publicação ou entrega de qualquer dessas informações, ou (b) qualquer dano direto, indireto, especial, imprevisto, compensatório ou inerente de qualquer natureza (incluindo sem limitações, perda de lucro), mesmo se a MOODY'S for informada antecipadamente da possibilidade desses danos, resultantes do uso ou incapacidade de uso, de qualquer dessas informações. Os ratings de crédito e os comentários nos relatórios de análise financeira, se houver, que fazem parte das informações contidas neste documento, são e devem ser interpretados somente como declaração de opinião e não declaração de fato ou recomendação de compra, venda ou retenção de quaisquer valores mobiliários. NENHUMA GARANTIA, EXPRESSA OU IMPLÍCITA, QUANTO À PRECISÃO, PONTUALIDADE, INTEIREZA, COMERCIALIZAÇÃO OU ADEQUAÇÃO A QUALQUER FIM ESPECÍFICO DE QUALQUER RATING OU OUTRA OPINIÃO OU INFORMAÇÃO É DADA PELA MOODY'S DE QUALQUER FORMA OU MANEIRA QUE SEJA. Cada rating ou outra opinião deve ser pesada como apenas um fator em qualquer decisão de investimento tomada por, ou em nome de, qualquer usuário das informações contidas neste documento e cada um desses usuários deve, consequentemente, realizar seu próprio estudo e avaliação de cada valor mobiliário, de cada emissor e garantidor do, de cada fornecedor de apoio de crédito para, cada valor mobiliário que ele possa considerar comprar, deter ou vender. A MOODY'S neste ato divulga que a maioria dos emissores de valores mobiliários de dívida (incluindo títulos corporativos e municipais, debêntures, notes e notas promissórias) e de ações preferenciais classificadas pela MOODY'S se obriga, antes da atribuição de qualquer rating, a pagar a MOODY'S, por serviços de avaliação e rating por ela prestados, taxas de US\$1.500 a US\$2.300.000. A Moody's Corporation (MCO) e sua subsidiária integral, a agência de classificação de risco Moody's Investors Service (MIS), também mantém políticas e procedimentos a fim de assegurar a independência dos ratings e dos processos de rating da MIS. Informações acerca de certas afiliações que possam existir entre diretores da MCO e entidades classificadas por ratings, e entre entidades que possuem ratings da MIS e também informam publicamente à SEC (Security and Exchange Commission - EUA) participação acionária maior que 5% na MCO, são postadas anualmente no website da Moody's - www.moody's.com - sob o título "Shareholder Relations - Corporate Governance - Director and Shareholder Affiliation Policy."

ANEXO D

Atos Societários Relativos à Emissão das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

CNPJ n.º 07.047.251/0001-70

NIRE n.º 23300007891

ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 29 DE ABRIL DE 2004

(lavrada sob a forma de sumário, de acordo com a autorização contida
no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei n.º 6.404/76)

DATA, HORA E LOCAL: 29 de abril de 2004, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Barão de Studart, n.º 2917/83.

PRESENÇA: Acionistas representando mais de 2/3 do do capital social com direito de voto, conforme se verificou das assinaturas no Livro de Presença de Acionistas, e ainda, os Diretores Presidente e Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, além do representante dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Marcelo Andres Llévènes Rebolledo – Presidente
Guilherme Pacheco de Britto – Secretário

PUBLICAÇÕES:

1. Aviso aos Acionistas, nos termos do Art. 133, da Lei nº 6.404/76, cuja circulação ocorreu nos seguintes jornais: Diário do Nordeste, dias 29/03/2004, 31/03/2004 e 01/04/2004 às fls. 5.5 e 9, respectivamente; Valor Econômico, dias 29/03/2004, 31/03/2004 e 01/04/2004, às fls. A-60, A-4 e C-2, respectivamente; Diário Oficial do Estado, dias 30/03/2004, 31/03/2004 e 01/04/2004, às fls. 79, 244 e 20, respectivamente;

2. Edital de Convocação aos Acionistas nos termos do art. 124, § 1º, da Lei nº 6.404/76, cuja circulação ocorreu nos seguintes jornais: Diário do Nordeste, dias 14/04/2004, 15/04/2004 e 16/04/2004, às fls. 6, 3 e 13, respectivamente; Valor Econômico, dias 14/04/2004, 15/04/2004 e 16/04/2004, às fls. C-12, A-11 e A-13, respectivamente; Diário Oficial do Estado, dias 16/04/2004, 19/04/2004 e 20/04/2004, às fls. 70, 54 e 54, respectivamente;

3. Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31/12/2003, Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, nos termos do Art. 133, incisos I à IV, § 3º, da Lei nº 6.404/76, cuja circulação ocorreu nos seguintes



jornais: Diário do Nordeste, dia 16/04/2004 às fls. 4,5,6,7 e 8; Valor Econômico, dia 16/04/2004, às fls. A-6, A-7, A-8, A-9 e A-10; Diário Oficial do Estado, dia 22/04/2004, às fls. 79 a 96.

ORDEM DO DIA:

Em Assembléia Geral Extraordinária:

1. Desdobramento e simultâneo resgate de ações;
2. Programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, no montante máximo de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). A primeira emissão de debêntures ao amparo de tal programa será no valor total de R\$ 88.527.000,00 (oitenta e oito milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais), com penhor de direitos creditórios de titularidade da Companhia e/ou com vinculação de receitas de titularidade da Companhia. Alternativamente ao programa de distribuição, emissão de debêntures para distribuição pública no valor total de R\$ 88.527.000,00 (oitenta e oito milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais), com penhor de direitos creditórios de titularidade da Companhia e/ou com vinculação de receitas de titularidade da Companhia.
3. Sem prejuízo do disposto na primeira parte do § 1º do Art. 59 da Lei 6.404/76 e do § Único do Art. 23 do Estatuto Social, delegação ao Conselho de Administração dos poderes previstos na segunda parte do § 1º do Art. 59 da Lei 6.404/76 e § Único do Art. 23 do Estatuto Social e autorização para que os administradores da Companhia, observados os termos e condições a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, possam praticar e adotar todos os atos e medidas cabíveis para implementar o programa de distribuição das debêntures e/ou a primeira emissão de debêntures para distribuição pública;
4. Assuntos Gerais que não dependam de deliberação assemblear.

Em Assembléia Geral Ordinária:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras, Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, todos referentes ao exercício social findo em 31/12/2003;
2. Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, inclusive juros sobre capital próprio;
3. Eleição de conselheiros para preencher vagas no Conselho de Administração;
4. Fixação da remuneração global dos administradores da Companhia;
5. Eleição de membros do Conselho Fiscal e fixação de sua remuneração;

6. Assuntos Gerais que não dependam de deliberação assemblear.

DELIBERAÇÕES: Após análise e discussão dos temas constantes da ordem do dia, foi deliberado pela Assembléia, deixando de votar os legalmente impedidos, o seguinte:

I. Em sede de Assembléia Geral Extraordinária:

1. Os Acionistas deliberaram, por unanimidade, não examinar, momentaneamente, a operação de desdobramento e resgate de ações de emissão da Companhia, em razão dos questionamentos e manifestações contrários da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ficando o assunto para exame e deliberação em futura Assembléia Geral. Tal decisão, ainda que contrária aos interesses particulares dos Acionistas, visa primordialmente preservar os interesses sociais da Companhia, evitando uma postura de afronta ao órgão regulador até que o assunto esteja finalmente decidido. A administração da Companhia informou, ainda, que as operações de desdobramento e resgate, na forma que vem sendo efetuadas, são absolutamente legais e regulares e que está adotando todas as medidas necessárias para solucionar a questão junto à ANEEL.

1.1. A Administração da Companhia informou, também, que a proposta para desdobramento e resgate das ações de emissão da Companhia, a ser submetida a futura Assembléia Geral será a seguinte: criação de 5.776.863.262 (cinco bilhões, setecentos e setenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e três mil, duzentas e sessenta e duas) novas ações nominativas, sem valor nominal, equivalente a aproximadamente 3,71% do total de ações da Companhia, sendo 3.566.640.941 (três bilhões, quinhentos e sessenta e seis milhões, seiscentos e quarenta mil, novecentos e quarenta e uma) novas ações ordinárias, 2.086.400.245 (dois bilhões, oitenta e seis milhões, quatrocentas mil, duzentas e quarenta e cinco) novas ações preferenciais “Classe A” e 123.822.066 (cento e vinte e três milhões, oitocentos e vinte e dois mil e sessenta e seis) ações preferenciais “Classe B”, e o imediato resgate das mencionadas ações criadas em virtude do desdobramento, nas mesmas proporções, quantidades e em igualdade de condições para todos os Acionistas, pelo seu valor patrimonial, no total de R\$ 42.198.476,91 (quarenta e dois milhões, cento e noventa e oito mil, quatrocentos e setenta e seus reais e noventa e um centavos), equivalente a R\$ 7.30473875, por lote de mil ações, conforme Balanço Patrimonial levantado em 31.12.2003.

2. Após análise do parecer do Conselho Fiscal, foi aprovado, por maioria absoluta com abstenção do acionista Wisteria Holdings LLC, o seguinte:

2.1. O programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, no montante máximo de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) (“Programa de Distribuição”), ficando postergado para o momento das ofertas as condições específicas das respectivas emissões:

2.2. A primeira emissão de debêntures pela Companhia, amparada no Programa de Distribuição, no valor de R\$88.527.000,00 (oitenta e oito milhões quinhentos e vinte e sete mil reais), na data de emissão, dividida em 88.527 (oitenta e oito mil quinhentas e vinte e sete) debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), de acordo com as seguintes características: (i) prazo de vencimento: 96 (noventa e seis) meses; (ii) séries: série única; (iii) forma: nominativas, não conversíveis em ações e escriturais; (iv) espécie: quirografária, com vinculação de receitas e penhor sobre direitos creditórios de titularidade da Companhia (a) no valor mensal equivalente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do saldo devedor das debêntures em circulação ou; (b) em caso de inadimplemento, no valor mensal equivalente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do saldo devedor, apurado na data do inadimplemento, de todas as obrigações da Companhia (incluindo o saldo devedor das debêntures em circulação naquela data) devidas nos termos da escritura de emissão e do contrato de penhor; (v) remuneração dos investidores: juros remuneratórios correspondentes a 116% (cento e dezesseis por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"); (vi) pagamento da remuneração: a remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão; (vii) pagamento do principal: o principal será pago em 8 (oito) parcelas iguais, anuais e sucessivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês (inclusive) contado da data de emissão até a data de vencimento; (viii) repactuação: não haverá repactuação programada; (ix) forma de subscrição e de integralização: a subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP e da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia e a integralização das debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição; (x) preço de subscrição: as debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal, acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data de integralização; (xi) modo de colocação: as debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, com colocação mediante regime de garantia firme, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, privilegiando, independentemente de qualquer ordem cronológica, as propostas dos investidores que não condicionarem a subscrição das debêntures à distribuição total das debêntures, sendo certo que a distribuição será realizada ainda que não haja a colocação total das debêntures; e (xii) banco coordenador: Banco Votorantim S.A.;

2.3. Delegar ao Conselho de Administração da Companhia poderes para que este (i) delibere ou altere as matérias de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76; (ii) cancele as debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e (iii) cancele as debêntures que forem adquiridas pela própria Companhia,

mediante declaração do Agente Fiduciário de que as debêntures a serem canceladas não são de titularidade de debenturistas outros que a Companhia;

2.4. Autorizada a diretoria executiva a (i) contratar o coordenador da emissão e firmar contrato de coordenação com garantia firme de colocação de R\$88.527.000,00 (oitenta e oito milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais); e (ii) praticar todos os atos necessários para efetivar a emissão das debêntures e o registro do Programa de Distribuição, inclusive negociar condições adicionais das debêntures e da sua distribuição, contratar outras instituições financeiras além das indicadas acima, e celebrar a escritura de emissão de debêntures, o contrato de coordenação e quaisquer outros instrumentos relacionados à emissão das debêntures e ao Programa de Distribuição.

II. Em sede de Assembléia Geral Ordinária:

1. Foram aprovadas, por unanimidade, sem ressalvas, as contas e o Relatório da Administração da Companhia, Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2003, abstendo-se de votar o acionista Wisteria Holdings LLC;

2. Foi aprovada, por maioria absoluta, abstendo-se de votar o acionista Wisteria Holdings LLC, a proposta da Diretoria quanto à destinação do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2003, nos seguintes termos: do lucro líquido do exercício social findo em 31.12.2003, no montante R\$ 91.440.287,55 (noventa e um milhões, quatrocentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), o valor de R\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de reais) foi distribuído e pago ao longo do exercício social passado, a título de juros sobre o capital próprio, e o valor de R\$ 17.999.999,67 (dezessete milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos) foi distribuído e pago a título de dividendos intermediários, com base em balanço intermediário referente ao terceiro trimestre do mesmo exercício social. O saldo remanescente, após dedução dos 5% (cinco por cento) sobre o total do lucro líquido, destinados à Reserva Legal, no valor de R\$ 4.572.014,38 (quatro milhões, quinhentos e setenta e dois mil, catorze reais e trinta e oito centavos), importa em R\$ 15.868.273,50 (quinze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, duzentos e setenta e três reais e cinquenta centavos), cuja distribuição aos Acionistas é aprovada, a título de dividendos, por lote de mil ações, fazendo *ex-dividendos*, a partir de 30.04.2004, da seguinte forma:

Natureza	Ordinários	Preferenciais "A"	Preferenciais "B"
Dividendos	R\$ 0,10190876	R\$ 0,10190876	R\$ 0,10190876

2.1. Ratificada a distribuição de R\$ 3.240.000,00 (três milhões, duzentos e quarenta mil reais), efetuada aos empregados da Companhia, como participação nos resultados da Companhia do exercício social findo em 31.12.2003, conforme o disposto no Art. 190, da Lei nº 6.404/76 e Art. 28, inciso I, do Estatuto Social da Companhia e da Cláusula Segunda

do Acordo Coletivo de Trabalho, firmado entre a COELCE e o Sindicato de Eletricistas do Ceará – SINDELETRO, em 31.10.2002.

3. Foi oferecida a possibilidade de eleição em separado de membro do Conselho de Administração, nos termos do inciso II do art. 141 da Lei n. 6.404/76, sendo que os acionistas em questão não quiseram utilizar de sua prerrogativa legal.

3.1. Em consequência, foram eleitos, por maioria absoluta, com abstenção do acionista Wisteria Holdings LLC, para os cargos de membros do Conselho de Administração, por um mandato de 03 (três) anos, ou seja, até a Assembléia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31.12.2006, os Srs. **GONZALO VIAL VIAL**, chileno, casado, advogado, portador da carteira de identidade para estrangeiro nº 7.040.526-1, residente e domiciliado na Av. Santa Rosa, nº 76 - Santiago, Chile, com sua respectiva suplente **PRISCILA SARTORI PACHECO E SILVA**, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade n. 11.118.062-4 – SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n. 146.940.258-05, residente e domiciliada na cidade e estado de São Paulo, na Av. Pedroso de Moraes n. 1201- 5º andar, Bairro Pinheiros, **EUNICE RIOS GUIMARÃES BATISTA**, brasileira, casada, psicóloga, portadora do RG nº 15380824-X, inscrito no CPF/MF sob o nº 248371136-72, residente e domiciliada na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, Pça. Leoni Ramos, nº 01, com seu respectivo suplente, **JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 611854-SSP/Ce, inscrito no CPF/MF sob o nº 116258723-72, residente e domiciliado nesta capital, na Rua Alberto Leal, nº 75 – Cidade dos Funcionários e **CARLOS ALBERTO SILVA DE ALMEIDA E LOUREIRO**, português, casado, engenheiro eletrotécnico, portador do passaporte português n. E-572795, inscrito no CPF/MF sob o n. 228.339.958-06, residente e domiciliado na cidade de Cascais, Portugal, na Rua Manoel Julio Carvalho Costa, n. 116 – 3º andar – 2750, com seu respectivo suplente **ANTÔNIO JOSÉ SELLARE**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade n. 7.780.432-6 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n. 533.003.948-72, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Paulista n. 2300, 6º andar, Conjuntos 62/64.

3.2. Foram também reeleitos, por maioria absoluta, com abstenção do acionista Wisteria Holdings LLC, para os cargos de membros do Conselho de Administração, por um mandato de 03 (três) anos, ou seja, até a Assembléia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31.12.2006, os Srs. **MARCELO ANDRES LLÉVENES REBOLLEDO**, chileno, casado, engenheiro, residente na Av. Presidente Riesco, nº 6161/213, cidade de Santiago, Chile, portador do passaporte chileno nº 9085706-1, para Presidente do Conselho de Administração da Companhia, **LUCIANO ALBERTO GALASSO SAMARIA**, chileno, casado, engenheiro, portador do protocolo para carteira de identidade nº 08270.004256/2003-79, inscrito no CPF/MF sob o nº 058.330.147-94, residente e domiciliado nesta cidade na Av. Historiador Raimundo Girão, nº 900/22 – Praia de Iracema, para Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, e, ainda, como Membros Titulares do Conselho de Administração da Companhia os Srs. **CRISTÓBAL SÁNCHEZ ROMERO**, espanhol, casado, engenheiro, portador do

passaporte nº2083616, residente e domiciliado na cidade de Santiago – Chile, na Av. Santa Rosa, nº 76, com seu respectivo suplente, **ANTONIO CARLOS VIANA DE BARROS**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade n. 9.406.030-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n. 066.050.018-34, residente e domiciliado na cidade e estado de São Paulo, na Av. Pedrosa de Moraes, n. 1201 – 5º andar, Bairro Pinheiros, **LUIZ GASTÃO BITTENCOURT DA SILVA**, brasileiro, divorciado, empresário, portador do RG nº 98002321689, inscrito no CPF/MF sob o nº 671.636.967-87, residente e domiciliado nesta capital na Rua Joaquim Nabuco, nº 1889, apto. 1300 – Meireles, com seu respectivo suplente, **ANTONIO ALBERTO GOUVÊA VIEIRA**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG n. 03292619-8, expedido em 14.08.1995 pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n. 338907227-68, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, 85 - 17º andar, **ANTONIO CLEBER UCHOA CUNHA**, brasileiro, casado portador da carteira de identidade nº 90001036403 e do CPF nº 053637133-49, domiciliado na Rua Canuto de Aguiar nº 300 apartamento 2100, **JORGE PARENTE FROTA JÚNIOR**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 179.924, SPSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 001.841.793-00, domiciliado na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, na Av. Barão de Studart, 1980, **JOSÉ ALVES DE MELLO FRANCO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da CI nº 23470/D CREA/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 283.567.996-00, residente e domiciliado na cidade de Niterói/RJ, na Av. Quintino Bocaiuva, nº 151 A, apto. 316, São Francisco, com seu respectivo suplente, Sr. **ANTONIO BASÍLIO PIRES E ALBUQUERQUE**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n. 68.586, inscrito no CPF/MF sob o n. 721.694.197-72, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo n. 200 – 11º andar, como representante dos funcionários, o Sr. **FERNANDO ANTÔNIO DE MOURA AVELINO**, brasileiro, casado, eletrotécnico, portador do RG nº 155661 SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob o nº 108.346.804-91, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza/Ce, na Av. Santos Dumont, n. 6944, apto. 703 – Papicu, com seu respectivo suplente, Sr. **JUAREZ FERREIRA DE PAULA**, brasileiro, casado, eletrecitário, portador da identidade n. 65.572 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o n. 002.505.623-9, residente e domiciliado em Fortaleza – Ceará, na Rua Doutor Guido Furtado Pinto, n. 65.

3.3. Os acionistas que submeteram à Assembléia Geral a indicação dos membros do Conselho de Administração eleitos e seus respectivos Suplentes entregaram as Declarações de Desimpedimento de que trata a Instrução CVM nº 367/2002 ou declararam que obtiveram dos mesmos a informação de que estão condições de firmá-las. Desta forma, o Conselho de Administração passa a ter a seguinte composição:

TITULARES	SUPLENTES
Marcelo Andres Llénenes Rebolledo – Presidente	Vago
Luciano Alberto Galasso Samaria - Vice-Presidente	Vago
Cristóbal Sánchez Romero	Antonio Carlos Viana de Barros
Jorge Parente Frota Junior	Vago
Antônio Cleber Uchoa Cunha	Vago
Luis Gastão Bittencourt da Silva	Antônio Alberto Gouvêa Vieira

Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro	Antônio José Sellart
José Alves de Melo Franco	Antonio Basílio Pires E Albuquerque
Eunice Rios Guimarães Batista	José Nunes de Almeida Neto
Fernando Antônio de Moura Avelino	Juarez Ferreira De Paula
Gonzalo Vial Vial	Priscila Sartori Pacheco e Silva

4. Foi aprovada, por maioria absoluta, com abstenção do acionista Wisteria Holdings LLC, a remuneração global dos Administradores da Companhia, a ser praticada no exercício de 2004, no montante máximo de R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais), entre fixos e variáveis, a qual será distribuída e individualizada entre seus membros, conforme deliberado em reunião da Diretoria.

4.1. Foi aprovado que do valor fixado no item precedente, cada membro do Conselho de Administração receberá a título de remuneração a quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais), por cada Reunião do Conselho de Administração da qual participar.


5. A pedido do acionista Banque Safrá Luxembourg S.A. foi aprovado, por unanimidade, manter instalado o Conselho Fiscal, composto por 03 (três) membros efetivos e suplentes, até a próxima Assembléia Geral Ordinária que vier a deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31.12.2004.


5.1. Para o referido Conselho, a acionista Investluz elegeu os Srs. **JOSÉ ALDRO LUIZ DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº 239757 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 001.684.403-34, residente e domiciliado nesta capital na Rua Vicente Linhares, nº 614/1700 – Aldeota, e **ALDEMIR FERREIRA DE PAULA AUGUSTO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o n. 15.769-A, residente e domiciliado em Pernambuco, Recife, na Rua Cardeal Arcoverde n. 116/804, e, como membros titulares do Conselho Fiscal, e os seus respectivos suplentes, os Srs **HÉLDER DE QUEIROZ LACERDA**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade n. 433.844 SSP/PB, inscrito no CPF/MF n. 236.708.004-68, residente e domiciliado em João Pessoa, Paraíba, Rua Manoel Ferreira Machado, n. 305, Bairro dos Estados, e **RAYMUNDO IVAN DE OLIVEIRA FERNANDES**, brasileiro casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o n. 7908, inscrito no CPF/MF sob o n. 081.943.273-34, residente e domiciliado nesta capital na Rua Monsenhor Bruno, 780 – apto. 201 – Meireles; como suplente deste último, todos com mandato até a próxima Assembléia Geral Ordinária. Os Acionistas minoritários elegeram como membro titular o Sr. **SÉRGIO QUEIROZ LYRA**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade n. 119.666 SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o n. 117.843.007-30, e como seu membro suplente o Sr. **LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade n. 16.457.720-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n. 131.951.338-73, todos com mandato até a próxima Asembléia Geral Ordinária. A remuneração mensal individual dos membros do Conselho Fiscal será de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), nos termos da lei.

6. Informar aos Acionistas que, na forma do disposto no parágrafo 4º do art. 289 da Lei das S.A., as publicações ordenadas pela lei passarão a ocorrer nos seguintes jornais: Gazeta Mercantil, O Povo e Diário Oficial do Estado do Ceará, até ulterior decisão da Assembleia.


ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, depois de lida, foi unanimemente aprovada e assinada pelos presentes, autorizada a sua publicação com omissão das assinaturas, na forma da lei.

Fortaleza, 29 de abril de 2004


Marcelo Andres Llervies Rebolledo
Presidente


Guilherme Pacheco de Brito
Secretário


Acionistas:


Investluz S.A.


Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS


LAIF II LLC


Banco Itaú BBA S.A.


Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS


Wisteria Holdings LLC

Continuação da folha de assinaturas da Ata das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária da Companhia Energética do Ceará – COELCE, realizada no dia 29 de abril de 2004, às 10/00 hrs.


Banque Safra Luxembourg S.A.



Itaú LAM ACE UPPER FITVM AÇÕES


Fibra Incentivado Fundo Mutuo de Ações Incentivadas

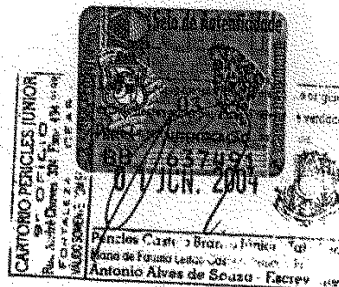

Rodrigo Ferrazo Dantas


Elton Ugnini


Cristián Eduardo Fierro Montes


Antonio Osvaldo Alves Teixeira


Auditor Independente – Deloitte Touche Tohmatsu



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM: 28/05/2004

SOB Nº: 20040397122

Protocolo: 04/039712-2

Empresa: 23 3 0000789 1
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ
COELCE


HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE

CNPJ n.º 07.047.251/0001-70

NIRE n.º 23300007891

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2004

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL, realizada em 27 de abril de 2004, por meio de Conferência Telefônica, com base nas informações prestadas na reunião do Conselho Fiscal de 22 de março de 2004, realizada na sede da Companhia Energética do Ceará - Coelce, às 09:00 h, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Barão de Studart 2917/83, e em informações adicionais encaminhadas posteriormente.

PARTICIPANTES: os conselheiros efetivos, Robson Garcia, José Aldro Luiz de Oliveira e Egon Handel, o Diretor Financeiro da Companhia e o Gerente Financeiro da Companhia.

ORDEM DO DIA: PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES

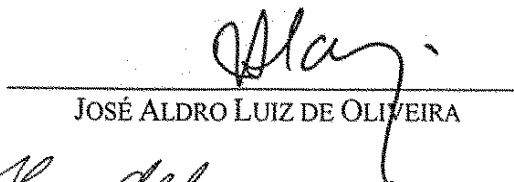
Após analisar o programa de distribuição de debêntures ("Programa de Distribuição") e a primeira emissão de debêntures, amparada no Programa de Distribuição, que serão submetidos à aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas de acordo com recomendação da Diretoria em reunião realizada em 16 de abril de 2004, conforme Ata que segue como anexo da presente, resolveu, por unanimidade, dar seu parecer favorável, por entender ser positivo o alongamento do perfil da dívida atual, que foi contraída para financiar os investimentos da Companhia.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que, lida, achada conforme e unanimemente aprovada, foi por todos assinada.

Fortaleza, 27 de abril de 2004

CONSELHEIROS


ROBSON GARCIA


JOSÉ ALDRO LUIZ DE OLIVEIRA


EGON HANDEL

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

CNPJ n.º 07.047.251/0001-70

NIRE n.º 23300007891

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2004.

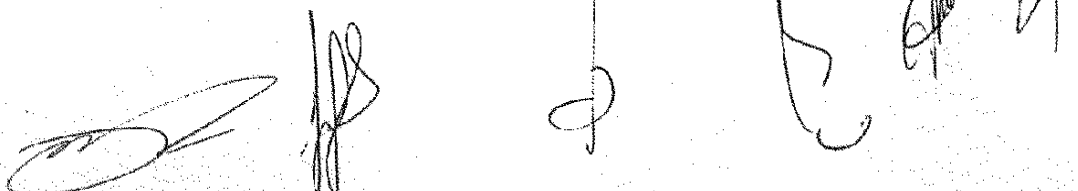
DATA, HORA E LOCAL: 16 de abril de 2004, às 09:00 horas, na sede da Companhia Energética do Ceará - Coelce, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Barão de Studart 2917/83.

MESA:

Presidente: Cristián Eduardo Fierro
Montes, Diretor Presidente da Companhia
Secretário: Silvia Cunha Saraiva Pereira

PRESENÇA:

Cristián Eduardo Fierro Montes (Diretor
Presidente da Companhia)
Antônio Osvaldo Alves Teixeira (Diretor
Vice-Presidente Administrativo-Financeiro e
de Relações com Investidores)
José Renato Ferreira Barreto (Diretor Vice-
Presidente de Organização e Recursos
Humanos)
Luciano Alberto Galasso Samaria (Diretor
Vice-Presidente Comercial)
José Távora Batista (Diretor Vice-
Presidente de Distribuição)
José Nunes de Almeida Neto (Diretor Vice-
Presidente de Projetos Institucionais)
Abel Perez Claros (Diretor Vice-Presidente
de Planejamento e Controle de Gestão)
Silvia Cunha Saraiva Pereira (Gerente
Jurídica)



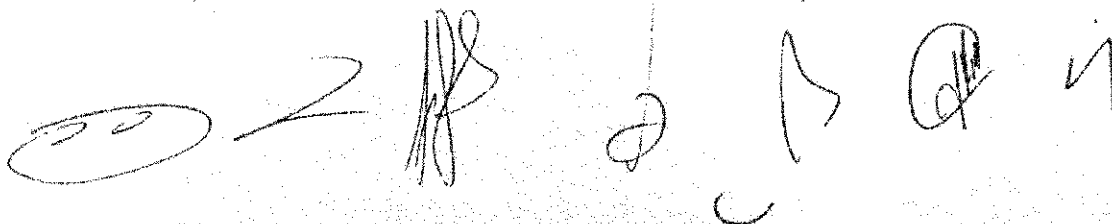
DELIBERAÇÕES: foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:

1. Recomendar à Assembléia Geral de Acionistas, após parecer do Conselho Fiscal, a aprovação de programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, no montante máximo de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ("Programa de Distribuição"). As condições das debêntures colocadas no âmbito do Programa de Distribuição deverão ser definidas previamente a cada emissão, conforme deverá ser determinado pela Assembléia Geral de Acionistas.
2. Recomendar à Assembléia Geral de Acionistas, após parecer do Conselho Fiscal, a aprovação da primeira emissão de debêntures pela Companhia, amparada no Programa de Distribuição, no valor de R\$88.527.000,00 (oitenta e oito milhões quinhentos e vinte e sete mil reais), na data de emissão, dividida em 88.527 (oitenta e oito mil quinhentas e vinte e sete) debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), de acordo com as seguintes características: (I) prazo de vencimento: 96 (noventa e seis) meses; (II) séries: série única; (III) forma: nominativas, não conversíveis em ações e escriturais; (IV) espécie: : quirografária, com vinculação de receitas e penhor sobre direitos creditórios de titularidade da Companhia (a) no valor mensal equivalente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do saldo devedor das debêntures em circulação ou; (b) em caso de inadimplemento, no valor mensal equivalente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do saldo devedor, apurado na data do inadimplemento, de todas as obrigações da Companhia (incluindo o saldo devedor das debêntures em circulação naquela data) devidas nos termos da escritura de emissão e do contrato de penhor; (V) remuneração dos investidores: juros remuneratórios correspondentes a 116% (cento e

dezesseis por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"); (VI) pagamento da remuneração: a remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão; (VII) pagamento do principal: o principal será pago em 8 (oito) parcelas iguais, anuais e sucessivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês (inclusive) contado da data de emissão até a data de vencimento; (VIII) repactuação: não haverá repactuação programada; (IX) forma de subscrição e de integralização: a subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP e da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia e a integralização das debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição; (X) preço de subscrição: as debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis desde a data de emissão até a data de integralização; (XI) modo de colocação: as debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, com colocação mediante regime de garantia firme, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, privilegiando, independentemente de qualquer ordem cronológica, as propostas dos investidores que não condicionarem a subscrição das debêntures à distribuição total das debêntures, sendo certo que a distribuição será realizada ainda que não haja a colocação total das debêntures; e (XII) banco coordenador: Banco Votorantim S.A.

3. Recomendar à Assembléia Geral de Acionistas, que aprove a delegação ao Conselho de Administração da Companhia para que este delibere ou altere as matérias de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76.

4. Encerramento: nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que, lida, achada conforme e unanimemente aprovada, foi por todos assinada. Fortaleza, 16 de abril de 2004, Cristián Eduardo Fierro Montes, Presidente;

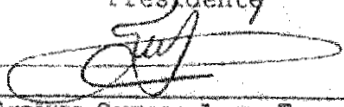


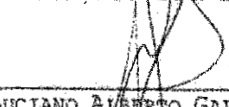
Silvia Cunha Saraiva Pereira, Secretário; Antônio Osvaldo Alves Teixeira (Diretor Vice-Presidente Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores; José Renato Ferreira Barreto (Diretor Vice-Presidente de Organização e Recursos Humanos); Luciano Alberto Galasso Samaria (Diretor Vice-Presidente Comercial); José Távora Batista (Diretor Vice-Presidente de Distribuição); José Nunes de Almeida Neto (Diretor Vice-Presidente de Projetos Institucionais); Abel Perez Claros (Diretor Vice-Presidente de Planejamento e Controle de Gestão).

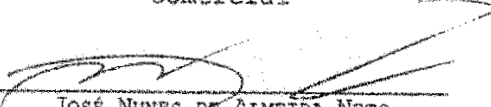
A presente é cópia fiel da ata da Reunião de Diretoria da COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE, realizada em 16 de abril de 2004, lavrada em livro próprio.

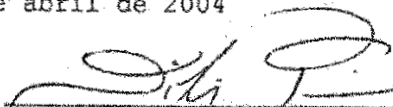
Fortaleza, 16 de abril de 2004



CRISTIÁN EDUARDO FIERRO MONTES
Presidente


ANTÔNIO OSVALDO ALVES TEIXEIRA
Diretor Vice-Presidente
Administrativo-Financeiro e
de Relações com Investidores

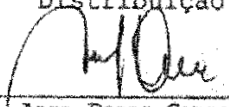

LUCIANO ALBERTO GALASSO SAMARIA
Diretor Vice-Presidente
Comercial



JOSÉ NUNES DE ALMEIDA NETO
Diretor Vice-Presidente de
Projetos Institucionais


SILVIA CUNHA SARAIVA PEREIRA
Secretário


JOSÉ RENATO FERREIRA BARRETO
Diretor Vice-Presidente de
Organização e Recursos
Humanos

(3)
JOSÉ TÁVORA BATISTA
Diretor Vice-Presidente de
Distribuição


ABEL PEREZ CLAROS
Diretor Vice-Presidente de
Planejamento e Controle de
Gestão


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/05/2004
SOB Nº: 20040408310
Protocolo: 04/040831-0
Empresa: 23 3 0000789 1
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ
COELCE


HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETÁRIO-GERAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO E

Autorização da ANEEL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DOCUMENTO COPIA
48536.057195/04-00



Ofício nº **1296** /2004-SFF/ANEEL

Brasília, 04 de Agosto de 2004.

A Sua Senhoria o Senhor
Antônio Osvaldo Alves Teixeira
Diretor Vice-Presidente da
Companhia Energética do Ceará - COELCE
Fortaleza - CE

Assunto: Pedido de anuência para emissão de debêntures.

Senhor Diretor,

Referindo-nos à Carta nº 184/2004, de 28 de julho de 2004, por meio da qual a Companhia Energética do Ceará - COELCE, submete à anuência desta Agência emissão de debêntures, cuja dação de resolúveis em garantia já foi aprovada pela ANEEL e cujas características são as seguintes:

- a) VALOR: R\$ 60,0 milhões;
- b) PRAZO: 8 anos;
- c) JUROS: 11,5% CDI;
- d) GARANTIAS: Recebíveis; e
- e) DESTINAÇÃO: "Investimentos já realizados em 2003"

2. Considerando que o pedido de anuência envolve o cancelamento de garantias, a Concessionária obtive a devida anuência da ANEEL, conforme aprovado pelo Ofício nº 318/2004-SFF/ANEEL, de 02 de março de 2004.

3. Ressalte-se que a COELCE, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.804, de 17 de dezembro de 2002, informou a destinação dos recursos, que seja, investimentos destinados à Concessão ocorridos em 2003/2004, atendendo à exigência legal.

4. Isso posto, esta Superintendência, nos termos da delegação de competência expressa no art. 1º da Resolução nº 164, de 22 de maio de 1998, com nova redação dada pelo art. 1º, inciso VI, da Resolução nº 161, de 19 de maio de 2000, aprova a emissão das debêntures, ficando vedado o repasse dos recursos captados às partes relacionadas, sob qualquer forma.

Assinatura

SCM - Guardar 02 / Modelos 1º e 2º
CEP 20035-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: 55 (61) 429 8400
Ouvidoria 0800 61 2910
www.aneel.gov.br

CERJ - Diretoria
de Regulação e
Gestão de Energia
05/08/2004
11.0

DOCUMENTO CÓPIA
48536.057195/04-00



(Fla. 2 do Ofício nº 1296/2004-SFF/ANEEL de 04/10/2004)

5. Ressaltamos, entretanto, que a autorização refere-se à emissão das debêntures e ao oferecimento da garantia, na forma apresentada, sendo de responsabilidade da Concessionária a análise dos riscos quanto aos custos inerentes à captação dos recursos, cuja concordância não dará aos agentes financeiros direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência do descumprimento, pela COELCE, dos seus compromissos financeiros.

8. Outrossim, solicitamos cópia dos documentos definitivos da captação, após o registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com o relatório de respectiva due diligence.

Atenciosamente,

Antônio Araújo da Silva
ANTÔNIO ARAÚJO DA SILVA

Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira em Exercício

Emissora

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Avenida Barão de Studart, 2.917, 60127-900 - Fortaleza, CE

Coordenador Líder

BANCO VOTORANTIM S.A.

Avenida Roque Petroni Júnior, 999, 16º andar - 04707-910 - São Paulo, SP

Agente Fiduciário

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, 4.200, Sala 514, Bloco 4 - 22640-102 - Rio de Janeiro, RJ

Banco Mandatário e Escriturador

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar - 06029-900 - Osasco, SP

Consultor Jurídico

PINHEIRO GUIMARÃES - ADVOGADOS

Avenida Paulista, 1.842, Torre Norte, 13º andar - 01310-200 - São Paulo, SP

Este Suplemento está disponível no Website:

www.mercadosdecapitais.com.br



(11) 3259-3000

